



Bruna Karoline Pinto da Silva

**A inclusão e participação de jovens na política
internacional: construções ambíguas e a agenda
Juventude, Paz e Segurança**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais

Orientadora: Profa. Paula Drumond Rangel Campos

Co-orientadora: Profa. Jana Tabak

Rio de Janeiro

Setembro de 2022



Bruna Karoline Pinto da Silva

**A inclusão e participação de jovens na política
internacional: construções ambíguas e a agenda
Juventude, Paz e Segurança**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profa. Paula Drumond Rangel Campos

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais - PUC-Rio

Profa. Jana Tabak

Co-orientadora

Departamento de Relações Internacionais - UERJ

Profa. Paula Orrico Sandrin

Instituto de Relações Internacionais - PUC-Rio

Prof. Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão

Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais - UFBA

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2022

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Bruna Karoline Pinto da Silva

Graduou-se em Relações Internacionais pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia em 2019. Em 2021 fundou o GEIRI (Grupo de Estudos sobre Infância em Relações Internacionais). Seus interesses de pesquisa estão focados nas áreas de Segurança Internacional, Infância, Juventude, Pós-colonialismo, Teoria das Relações Internacionais e Agência.

Ficha Catalográfica

Silva, Bruna Karoline Pinto da

A inclusão e participação de jovens na política internacional: construções ambíguas e a agenda Juventude, Paz e Segurança / Bruna Karoline Pinto da Silva; orientadora: Paula Drumond Rangel Campos; coorientadora: Jana Tabak. – 2022.

129 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2022.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Jovens. 3. Juventude. 4. Paz e segurança. 5. Neoliberalismo. 6. Política internacional. I. Campos, Paula Drumond Rangel. II. Tabak, Jana. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

CDD: 327

Dedico esta dissertação a todos aqueles que, em juventude, seja ela qual
for, ainda buscam se encontrar nas definições da vida.

“A vida não é útil” — Ailton Krenak

Agradecimentos

Esta dissertação não poderia ser escrita sem a maternidade, espiritual e material. Agradeço à Osun que há cinco anos me ensina a ser água. Às minhas mães, sanguínea e espontânea, Goreti e Luciane, pelo amor, acolhimento e paciência. Às minhas avós, Dinah e Maria, por serem a força que eu não precisei ser.

Ao meu pai, Walter, por me lembrar ao longo dos anos de ser a protagonista da minha própria história. À Walkyria e todos os meus familiares pela presença e felicidade.

Às minhas irmãs, Thaís e Natalia, obrigada pelo companheirismo, compreensão e amor incondicional. À minha irmã, Fernanda e ao meu irmão, Carlos, por serem presença mesmo na distância.

Às minhas bonecas, Alex(i)a, Gabriel, Danielle, Laís, Laura, Luara, Lucas, Miki, Salerno e Vidinha, por tornarem a graduação os melhores anos e me proporcionaram as ferramentas para enfrentar os anos de pandemia. Ao Lucas e Maíra, vocês estão comigo desde às 11 horas da manhã há uma década e que venham muitas mais. “I’m as good as the best of you”¹.

Aos meus colegas do IRI, por proporcionarem risadas em momentos inadequados e por todo o suporte e apoio ao longo dos últimos três anos. Agradeço à Maria e Camilla, por serem parceiras de desabafos e construções.

Ao GeIRI e seus integrantes por proporcionarem espaços de acolhimento, ricos debates, e conquistas que eu sequer sonhava. Obrigada por me ajudarem a crescer enquanto pesquisadora.

Ao IRI e à PUC-Rio pela oportunidade concedida de realizar este trabalho. Em especial à professora Paula Sandrin pelos semestres de muitos aprendizados e ao professor Daniel Aragão que, juntos, compuseram minha banca avaliadora.

À minha orientadora, Paula Drumond, e à co-orientadora, Jana Tabak. Obrigada pela paciência, apoio e por me guiarem ao longo das muitas dúvidas e obstáculos nessa jornada.

¹ Extrato da série “Ted Lasso”.

Resumo

Silva, Bruna Karoline P.; Campos, Paula Drumond Rangel (Orientadora); Tabak, Jana (Co-orientadora). **A inclusão e participação de jovens na política internacional: construções ambíguas e agenda Juventude, Paz e Segurança**. Rio de Janeiro, 2022, 130p. Dissertação de Mestrado — Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A juventude passou ao longo dos séculos por construções ambíguas que informam suas mobilizações na política internacional. Entre narrativas de problema e/ou solução, os jovens foram assimilados e diferenciados dos adultos, passando por percepções de imaturidade, desenvolvimento, ingenuidade, inexperiência, recurso para o futuro e agentes da paz. Diante disso, este trabalho tem como propósito abordar como a categoria juventude é construída de maneira relacional a outras construções, como a de adulto, e os desdobramentos disso para a manutenção da ordem social. Com foco especial na agenda Juventude, Paz e Segurança (JPS), o trabalho propõe analisar como os jovens são mobilizados na política internacional por meio de debates sobre a participação da sociedade civil em processos de paz. O argumento central a ser desenvolvido é de que se por um lado a agenda JPS é um arcabouço normativo para os jovens exigirem políticas de inclusão em processos de paz, por outro ela pode ser usada como ferramenta da paz liberal, contribuindo para a manutenção de práticas de exclusão e participação simbólica dos jovens. A partir disso e com uma abordagem pós-estruturalista e pós-colonial, a dissertação busca engajar com os estudos críticos de juventude, questionando a partir deles formulações tidas como naturais e universais que regem a política internacional.

Palavras-chave

Jovens; juventude; paz e segurança; neoliberalismo; política internacional.

Abstract

Silva, Bruna Karoline P.; Campos, Paula Drumond Rangel (Advisor); Tabak, Jana (Co-advisor). **Youth inclusion and participation in international politics: ambiguous constructions and the Youth, Peace and Security agenda**. Rio de Janeiro, 2022, 130p. Master's Dissertation — Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Over the centuries, youth have undergone ambiguous constructions that inform their mobilizations in international politics. Between narratives of problem and/or solution, young people have been assimilated and differentiated from adults, passing through perceptions of immaturity, development, naivety, inexperience, a resource for the future, and agents of peace. In light of this, the purpose of this work is to address how the category of youth is constructed in a relational way to other constructions, such as that of adults, and the consequences of this for the maintenance of the social order. With a particular focus on the Youth, Peace, and Security (YPS) agenda, this paper proposes to analyze how young people are mobilized in international politics through debates about the participation of civil society in peace processes. The central argument to be developed is that although on the one hand, the YPS agenda is a normative framework for young people to demand inclusion policies in peace processes, on the other hand, it can be used as a tool of liberal peace, contributing to the maintenance of practices of exclusion and symbolic participation of young people. Based on this and with a post-structuralist and post-colonial approach, the dissertation seeks to engage with critical youth studies, questioning, in light of their contributions, formulations taken as natural and universal that govern international politics.

Keywords

Young people; youth; peace and security; neoliberalism; international politics.

Sumário

1 Introdução	10
1.1 Conceitos básicos	100
1.2 Contexto e Estrutura da Dissertação	144
1.3 Metodologia	23
2 As construções ambíguas sobre os jovens na política internacional	25
2.1 Introdução	25
2.2 Construções ambíguas sobre os jovens na política internacional	288
2.3 Documentos e a materialização de conhecimentos sobre os jovens	345
2.4 Corpo crítico sobre juventude	42
2.5 Considerações finais	48
3 A participação política e o papel dos jovens	49
3.1 Introdução	50
3.2 A inclusão da sociedade civil nos processos de paz	52
3.3 Debate teórico sobre participação	59
3.4 Inclusão e participação de jovens na política internacional	65
3.4.1 Malala Yousafzai	712
3.5 Considerações finais	756
4 A Agenda Juventude, Paz e Segurança	76
4.1 Introdução	76
4.2 Contexto e debates prévios à agenda JPS	790
4.2.1 Resoluções	834
4.3 Documentos decorrentes da Agenda Juventude, Paz e Segurança	89
4.3.1 Estudo em Progresso: <i>The Missing Peace</i>	90
4.3.2 Debates Abertos	94
4.4 Avanços e limites	103
4.4.1 Relatórios	1035
4.4.2 A securitização de jovens	107
4.5 Considerações finais	112
5 Conclusão	114
Referências bibliográficas	119

What if the meaning of life on earth is not eternal progress toward some unspecified goal—the engineering and production of more and more powerful technologies, the development of more and more complex and abstruse cultural forms? What if these things just rise and recede naturally, like tides, while the meaning of life remains the same always—just to live and be with other people?

Sally Rooney — *Beautiful World, Where Are You*

1

Introdução

O objetivo geral do trabalho é analisar como os jovens são mobilizados na política internacional a partir de construções ambíguas, como isso se reflete na construção e implementação da agenda Juventude, Paz e Segurança (JPS) e, a partir disso, como ela propõe a participação desses atores. Os objetivos específicos foram separados em três, referentes aos três capítulos seguintes: (i) analisar a construção da juventude na política internacional a partir de um ideal de sujeito; (ii) analisar os debates sobre inclusão e participação da sociedade civil em processos de paz; (iii) analisar como esses debates refletem a agenda Juventude, Paz e Segurança e como os principais autores envolvidos compreendem a participação de jovens.

O argumento central a ser desenvolvido é de que se por um lado a agenda JPS é um arcabouço normativo para os jovens exigirem políticas de inclusão em processos de paz, por outro ela pode ser usada como ferramenta da paz liberal, contribuindo para a manutenção de práticas de exclusão e participação simbólica dos jovens. A proposta é evidenciar como caracterização dos jovens como um “excesso populacional” é predominante nos documentos e discursos que são aqui analisados, assim como a associação de políticas neoliberais como solução para questões de segurança, despolitizando as participações desse grupo.

1.1

Conceitos básicos

O problema que orientou este trabalho corresponde à seguinte pergunta: Como a participação de jovens é mobilizada nas Relações Internacionais? Especificamente, como as tensões apresentadas por este debate refletem na agenda Juventude, Paz e Segurança?

Para que tal feito seja possível, antes é necessário destrinchar alguns conceitos que serão utilizados ao longo da dissertação, bem como meu posicionamento pessoal acerca deles. O termo juventude e/ou jovens é aqui entendido como uma noção imprecisa, que tomou formas distintas ao longo dos

anos e que difere em seu significado conforme a região, cultura e tradição onde é empregado. Para fins técnicos, o trabalho leva em consideração noções estabelecidas tanto na política internacional, quanto dentro dos estudos críticos de infância e juventude.

Em diferentes documentos internacionais, que serão explorados no próximo capítulo, a juventude é considerada a partir dos 12 anos, mais comum a partir dos 15 anos, e seu “final” vai variar mais ainda segundo o contexto (Banco Mundial, 2006; ONU, 2005). Segundo Honwana (2014), a faixa etária que representa os jovens precisa ser entendida de acordo com o local, seu contexto, oportunidades e desigualdades socioeconômicas apresentadas a eles. Neste sentido, em muitas sociedades, devido às violências estruturais, muitos jovens estariam presos em um limbo, sem conseguir cumprir com os ritos de passagem para o que se considera a vida adulta. Chamando de *waithood* (*wait* = esperar + *hood* = sufixo de *adulthood*, vida adulta), os problemas enfrentados os prendem em um período, uma faixa temporal, cada vez mais amplo (Honwana, 2014). Um exemplo disto é como alguns documentos categorizam a juventude em países como Paquistão até os 40 anos (Banco Mundial, 2006). Para a agenda Juventude, Paz e Segurança, como descrito na Resolução 2250 (2015), os jovens são aqueles entre 18 e 29 anos. Ademais, o documento reconhece que variações podem existir e que a população jovem atual é a maior que o mundo já viu (ONU, 2015b).

Este debate acerca da definição etária é essencial para entendermos como as questões econômicas são associadas aos jovens e priorizadas em propostas políticas. O foco nos jovens enquanto maior parte da população de regiões do Sul Global é, em diversos documentos aludidos posteriormente, interligada a taxa de desemprego nestas regiões (Sukarieh et al., 2015). Essa relação entre “excesso populacional” de jovens (*youth bulge*) e o desemprego mobilizadas por teóricos (Huntington, 1997; LaGrafte, 2012; Urdal, 2006) e agências internacionais (Banco Mundial, 2005; Banco Mundial, 2006; EUA, 2008; ONU, 2005) como fatores que condicionam o aumento da violência e tornam os jovens fontes de instabilidade (Sukarieh et al., 2016). Os jovens desempregados são associados a noções de vulnerabilidade e ingenuidade, são construídos como em situação de tédio e sem esperanças para com o futuro (Banco Mundial, 2006), como grupo ocioso que precisa de contenção/intervenção para não recorrer à violência. Por meio de uma abordagem estruturalista (Hansen, 2006) e pós-colonial (Barkawi et al., 2006; Richmond, 2009), mobilizando também autores dos estudos críticos de juventude

(Allen, 1968; Altiok et al., 2021; Berents et al., 2021; McEvoy-Levy, 2011; Sukarieh et al., 2015) e de processos de paz (Mendes, 2021), o trabalho questiona suposições tidas como certas sobre os jovens que navegam a política internacional.

Quanto ao uso do termo “Sul Global”, será priorizado um entendimento pós-colonial que questiona a noção da Europa e do ocidente como autogerados e autônomos e do Sul Global como lugar propício ao conflito (Barkawi et al., 2006). As narrativas históricas predominantes retratam os acontecimentos e as relações de poder privilegiando interesses dominantes, i.e., as regiões do Sul Global, provedoras de matéria-prima para o desenvolvimento e crescimento econômico do Norte Global, são posicionadas como naturalmente atrasadas, como problemas endógenos e intrínsecos a elas. Nesse mesmo sentido, o Norte Global não é construído nesta narrativa considerando o longo processo de colonização e dominação imperial que proporciona ainda hoje seu poder político e econômico (Barkawi et al., 2006; Doty, 1996; Fernandez et al., 2017).

Destarte, o trabalho tem como ponto de partida um entendimento da política internacional levando em consideração as relações de poder desiguais, as relações imperiais que moldam o sistema internacional. Apesar de não aprofundar o debate em uma perspectiva decolonial, a dissertação leva também em consideração a contribuição de Mignolo (2011), que entende o Sul Global para além de uma localização geográfica. Segundo o autor, o Sul Global pode referir-se a regiões nos Estados Unidos e Rússia que não são lembradas pelo capitalismo, bem como sujeitos construídos como outros e que estão presentes no Norte Global, ou seja: “the Global North can be in the south. Southern Arabia, for example, and the Arab Emirates are part of both the Global South (emerging economies) and the Global North (political alliances with imperial countries)” (Mignolo, 2011, p. 184).

Como o trabalho propõe analisar a participação de jovens em processos de paz, cabe aqui uma breve contextualização acerca dos principais termos a serem utilizados ao longo do trabalho e que serão aprofundados no capítulo 3. O termo “processos de paz” refere-se a amplos processos que incluem operações de paz, negociações e mediações entre as partes envolvidas para chegar a um acordo e projetos de peacebuilding, que se desdobram a longo prazo (Mendes, 2021). O termo peacebuilding, em seu sentido normativo, é uma etapa que envolve o fortalecimento das capacidades nacionais para dar fim ao conflito e evitar sua reincidência (ONU, 2010). Devido à dificuldade em definir quando o “peacebuilding” começa e quando termina, ele é entendido por alguns autores

também como um amplo processo cujo propósito é gerar reformas estruturais e, assim, solucionar os conflitos e as contradições políticas que os ocasionaram (Autesserre, 2014, p. 21, apud. Mendes, 2021, p. 31).

Em relação ao caráter político-econômico que o trabalho busca abordar, será utilizado o conceito de “neoliberalismo”. Seguindo as contribuições de Brown (2018) com influências foucaultianas e as contribuições de Sukarieh e Tannock (2008), o neoliberalismo refere-se a uma série de políticas econômicas presentes no global e no local que promovem a acumulação de capital, a regulação de indústrias por meio de privatizações e a organização da força de trabalho de acordo com as demandas de mercado, produzindo, desta maneira, formas de conduta dos sujeitos (Brown, 2018). Considerada produtiva para o capital, a racionalidade neoliberal constrói uma ordem social específica onde o principal locus organizacional é o mercado, contando com o auxílio de instituições ocidentais seculares como universidades, a medicina, o exército e próprio Estado, que torna-se secundário (Brown, 2018; Sukarieh et al., 2008).

Em processos de paz, essa prática política se apresenta por meio da “paz liberal”. A paz liberal é entendida aqui como uma estratégia política associada ao nexos segurança-desenvolvimento por priorizar políticas econômicas como soluções de problemas de segurança a partir de abordagens neoliberais. Com o objetivo de transpor em sociedades do Sul Global práticas sociais, políticas e econômicas ocidentais por meio de intervenções, a paz liberal é um projeto que prioriza o fortalecimento do Estado moderno (*statebuilding*), a lógica de mercado e, conseqüentemente, o neoliberalismo, tornando secundário o bem-estar social e a solução de violências estruturais (Richmond, 2009). Por meio de instituições internacionalmente reconhecidas, é estabelecido com o local uma relação hierárquica e antiética (Richmond, 2009, p. 558).

Em relação à juventude, o neoliberalismo promove a construção ambígua de jovens como problema e/ou solução a fim de controlar suas agências e facilitar a promoção de políticas que, longe de ajudarem os jovens e levar em consideração seus interesses e demandas, alimentam os problemas políticos estruturais e históricos, tornando-os individualmente responsáveis em encontrar soluções para tais problemas (Sukarieh et al., 2008). Nesse sentido, podemos mencionar também como o neoliberalismo ajuda a silenciar o papel do Norte Global na construção desigual do Sul Global e das relações de poder hierárquicas no sistema internacional (Mignolo, 2011; Sukarieh et al., 2017).

Com o propósito de analisar como os jovens são mobilizados na política internacional e como isso é refletido pela agenda JPS, serão utilizados também os conceitos de “inclusão”, “participação” e “representação política”. A inclusão é associada neste trabalho com o movimento de integração da sociedade civil em processos de paz, que ajudaria a entender melhor as realidades dos conflitos, suas origens e como resolvê-los, visando uma paz duradoura e estável, tornando-se com o tempo um arcabouço normativo (Kew et al., 2008). Vista como ferramenta essencial para uma inclusão efetiva, a participação e a representação políticas são entendidas como complementares, i.e., para que a inclusão de atores da sociedade civil seja benéfica para a resolução dos conflitos é necessário que a participação, dela derivada, aconteça vinculada ao seu caráter político, onde todos os membros da sociedade sejam representados por aqueles envolvidos (Mendes, 2021). A participação será debatida aqui com o reconhecimento de que é uma noção imprecisa e comentada a partir de modelos fornecidos por Paffenholz (2014). Já a representação política será apenas brevemente comentada no capítulo 3, entendendo seu papel complementar, visto que a participação direta de *toda* a sociedade civil se torna um movimento deveras difícil. Portanto, para que a participação da sociedade civil aconteça em ambientes de tomada de decisão de maneira justa, é necessário que aqueles presentes representem os interesses e visões políticas múltiplas presentes nas sociedades (Barnes, 2002; Young, 2000).

1.2

Contexto e Estrutura da Dissertação

A política internacional, intrínseca ao surgimento da modernidade, pautou-se desde seu início em práticas de inclusão e exclusão a partir da relação entre *eus* e *outros*. Orientados por uma lógica ocidental dicotômica e com a concepção de uma história linear, o Estado moderno e o internacional surgiram em resposta a problemas de ordem social e comunidade política, demarcando a vida *dentro* e *fora* de suas estruturas, ou seja, dentro e fora do *nacional* e do *internacional* (Walker, 1992; 2006b). Construídos enquanto comunidades políticas, eles tornaram-se aparatos burocráticos e reguladores de uma forma específica de vida considerada moderna, tornando particularidades referentes ao modelo liberal de ordem social em aspectos universais da vida humana (Walker, 2006).

Neste sistema político moderno, normas de conduta são estabelecidas, regras intrínsecas à modernidade e que são condições para sua possibilidade (Hansen, 2006). Dentre elas, está a concepção de um sujeito ideal, pautado nos moldes liberais, i.e., resultado de uma configuração histórica e política específica e que acopla aspectos de autonomia e individualidade, que se tornou central para a manutenção de uma ordem social particular. Por meio de um arquivo de conhecimento, códigos e significados informaram a concepção de quem seria o sujeito ideal e quais seriam seus *outros* (Foucault, 1999; Hansen, 2006). Este arquivo consiste em instituições consolidadas ao longo dos séculos, como o próprio Estado, a medicina, a Igreja, o exército, as universidades, entre outras que continuam a informar a modernidade e suas práticas políticas de inclusão e exclusão (Foucault, 1999). Nesses espaços, o conhecimento é formado e discursos derivados tornam-se propostas políticas, inscritos e constitutivos da realidade material (Hansen, 2006; Holzschleiter, 2010).

Ao longo deste processo de surgimento de um sujeito liberal e de construção de uma história única e linear, a participação de regiões colonizadas e do atual Sul Global na constituição da modernidade foi silenciada (Fernandez et al., 2017). Para além de um evento do passado, a colonização e a expansão européia resultaram em consequências permanentes nas relações internacionais, gerando encontros imperiais e produções de conhecimento pautadas em dicotomias e hierarquizações (Doty, 1996; Fernandez et al., 2017; Hansen, 2006). Como consequência dessa relação, na política hodierna, o Sul Global é o principal *outro* articulado, contribuindo para que o Norte Global se coloque enquanto moderno, desenvolvido e civilizado, se reconstruindo enquanto autônomo, independente e autogerado (Fernandez et al., 2017). No entanto, as regiões colonizadas foram peças-chave para que, durante o processo de expansão europeia e colonização, o ocidente pudesse iniciar seu crescimento econômico e controle de atividades de ordem política e social em regiões externas a ele, entre elas o controle sobre a produção de conhecimento sobre essas regiões e seus sujeitos (Mignolo, 2011).

Desse modo, a delimitação de um sujeito ideal e suas derivações em identidades *outras* é produtiva para a manutenção e controle da ordem social ao estabelecer normas de conduta àqueles integrados na modernidade. A delimitação de um sujeito ideal levou a processos de oposição, assimilação e diferenciação de sujeitos considerados *outros* (Hansen, 2006), que não se encaixam no ideal delimitado — homem, branco, hétero, cisgênero, neurotípico, etc. (Smith, 2012).

No entanto, diferente de uma definição fixa, esses processos e o ideal, ao longo dos séculos, são reformulados e adaptados para cumprir propósitos políticos, ou seja, constantemente sujeitos *outros* são discursivamente assimilados e diferenciados do ideal, incluídos e excluídos da modernidade (Hansen, 2006).

É a partir deste contexto que, hoje, as relações de poder assimétricas presentes na política internacional, bem como em áreas de conhecimento como as Relações Internacionais, são informadas por um histórico de relações hierárquicas entre o Norte Global e o Sul Global, entre *eus* e *outros* que continuam a privilegiar o primeiro (Fernandez et al., 2017). O que muitos estudos críticos buscam questionar é o suposto caráter natural e universal sobre os sujeitos, objetos e instituições. O arquivo de conhecimento construído ao longo dos séculos possibilita que códigos e significados passem por justaposições, onde uns são valorizados em detrimento de outros em um constante processo de assimilação e diferenciação que proporciona “a revival of these identities, [...] a resurrection which would tell the national narratives anew” (Hansen, 2006, p. 23). Desse modo, tais códigos são referenciais para a (re)construção de um sujeito ideal que evidencia a construção não só de um *outro* oposto, mas de uma série de identidades que se aproximam e afastam deste ideal (Hansen, 2006). É neste sentido que as dicotomias que informam as identidades são múltiplas e instáveis, necessitando de constante (re)articulação e (re)produção discursiva sobre elas (Hansen, 2006; Walker, 2002), reproduzindo assim narrativas que influenciam tomadas de decisões políticas (Holzscheiter, 2010).

Entre as categorias construídas nesse processo está a juventude. Os jovens são (re)articulados discursivamente por meio de práticas políticas e noções decorrentes das formulações sobre um sujeito ideal (McEvoy-Levy, 2011; Sukarieh et al., 2015). Como veremos ao longo do trabalho, a juventude passa por constantes rearticulações, sendo construída, a priori, em oposição a duas outras categorias, a da criança e a do adulto (Sukarieh et al., 2015). A separação entre vida adulta e infância como mundos diferentes pode ser associada com o surgimento do Estado moderno, por volta do século XV e, especificamente, em alguns países europeus, onde crescia a busca pela exatidão e definição da vida e suas etapas (Ariès, 1960; Jenks, 2005). Nesse processo, funções sociais foram designadas conforme a faixa etária, bem como diferentes tratamentos e expectativas, onde a criança passava cada vez mais a ser construída como pertencente ao espaço privado e longe de espaços políticos (Watson, 2006a), representando estruturas ideológicas específicas acerca

da ordem social (Allen, 1968). Consequentemente, crianças e jovens foram inferiorizados em relação aos adultos, considerados inexperientes e imaturos e, assim, afastados de ambientes políticos (Allen, 1968).

Indissociável de ambas, a categoria juventude pode ser considerada uma construção posterior, com alta notoriedade a partir do século XIX (Ariès, 1960). Ou seja, a juventude pode ser entendida como um desdobramento da relação dicotômica e hierárquica entre crianças e adultos. O jovem, neste sentido, é continuamente (re)articulado em relação ao adulto e à criança — e a um ideal de sujeito —, mobilizando noções de autonomia, (i)maturidade, (in)experiência, desenvolvimento, vítima entre outros (Sukarieh et al., 2015). Discursos sobre essas três categorias se sobrepõem uns aos outros, se conectam e se afastam, onde a linguagem moderna toma emprestado e ressignifica os termos para designar novas realidades (Ariès, 1960). Ademais, apesar de ainda hoje encontrarmos variações nas definições de juventude entre diferentes sociedades e culturas, ao longo dos séculos e, mais recente, com o processo de industrialização e as rápidas mudanças decorrentes, uma visão que equaliza a idade com níveis de desenvolvimento, capacidade, competência e autonomia moldaram discursos políticos sobre crianças, jovens e adultos e a maneira como eles retratados, assimilados e diferenciados (Allen, 1968; Beier, 2015).

Em relação aos jovens na política internacional, como veremos no próximo capítulo em mais detalhes, há uma constante rearticulação do argumento de que atualmente o mundo encara a maior quantidade de jovens já vista (DeGraaf, 2018; Urdal, 2006). Assim como em relação a sujeitos construídos como *outros*, a complexidade e heterogeneidade em termos de classe, raça, gênero, religião, etnia, etc. que atravessa a categoria juventude é percebida como possível fonte de instabilidade social, gerando ansiedades sobre suas agências, seus *status* enquanto sujeitos políticos e seu crescimento demográfico (Beier, 2015; Berents et al., 2015). Essa percepção levou ao desenvolvimento e articulação de discursos políticos com concepções antagônicas sobre a juventude, construções ambíguas que evidenciam uma constante rearticulação de suas identidades por uma série de atores políticos, ativistas e pesquisadores e, entre eles, os próprios jovens (Allen, 1968; Sukarieh et al., 2015).

Dentro dos estudos críticos de juventude, há o entendimento de que essa categoria precisa ser analisada em relação ao contexto no qual está inserida e articulada, bem como seus fatores sociais, culturais e políticos (Sukarieh et al.,

2015). Reconhecendo que os jovens são mobilizados discursivamente por mudanças políticas e econômicas, muitos autores do campo (Allen, 1968; Berents et al., 2021; Honwana, 2012; McEvoy-Levy, 2011; Sukarieh et al., 2015; entre outros) argumentam que sua construção e definição é complexa e aberta, uma vez que eles são construídos de acordo com a modernidade, sua concepção de progresso e suas práticas de inclusão e exclusão (Allen, 1968; Sukarieh et al., 2015). Além disso, os jovens são constantemente inseridos em sistemas de representação que, muitas vezes, produzem justificativas comportamentais sobre eles de maneira desvinculada a suas estruturas sociais (Allen, 1968).

Percebidos como fontes de instabilidade na política internacional hodierna, os jovens são mobilizados por relações de poder e narrativas ambíguas que os enquadram como problema e/ou solução, evidenciando práticas de inclusão e exclusão, reproduzindo suas identidades segundo os interesses políticos em jogo e assimilando e diferenciando os jovens de características associadas às crianças e aos adultos, bem como características associadas a um sujeito ideal (Allen, 1968; McEvoy-Levy, 2011). Dentro da disciplina de Relações Internacionais, suas teorizações ganharam força principalmente na área da Segurança Internacional que, em seu desenvolvimento teórico e prática, reproduz entendimentos universalizados sobre crianças e jovens (Beier, 2015). Isso porque, como mencionado, relações etárias são parte constitutiva de estruturas ideológicas também presentes na política e segurança internacional (Allen, 1968).

Apesar de ainda em um local à margem das construções teóricas, entre as transformações e ampliação da disciplina de Relações Internacionais, as crianças e os jovens foram gradualmente reconhecidos enquanto atores políticos importantes (Berents et al., 2021). Especificamente no campo da segurança internacional, a abertura ontológica, metodológica e epistemológica proporcionou novos olhares para fatores presentes nos conflitos. Com a virada local, um novo olhar para atores marginalizados ganhou espaço, bem como suas contribuições para a construção da paz em regiões de conflito e pós-conflito (Beier, 2015; Berents et al., 2015; Berents, 2018; Hellman et al. 2010; McEvoy-Levy, 2011; Pruitt, 2011; Richmond, 2009, entre outros).

Dito isso, as últimas quatro décadas propiciaram o aumento do debate sobre a inclusão de novos atores — sociedade civil — nos processos de paz, em especial os jovens (Sukarieh et al., 2017). A construção da paz, apesar de fundada a partir de princípios liberais, foi um dos principais propulsores desta temática. O

crescimento de jovens ativistas e sua maior visibilidade devido à crescente interconectividade global, fomentou o debate acerca de suas inclusões e a percepção de que eles são importantes atores políticos na resolução de conflitos (Altiok et al., 2020; Berents et al., 2021). Neste crescente, os mais recentes movimentos em prol da centralização de jovens enquanto importantes agentes da paz reconhecem que eles trabalham, vivem e resistem à violência e ao conflito diariamente, criando projetos que dialogam com suas comunidades e navegando as violências postas a eles (Berents et al., 2021).

No entanto, os parâmetros etários/liberais constituintes das construções ambíguas de juventude limitam suas atuações e reforçam os jovens, em especial aqueles marginalizados, como *outros*, inexperientes, vulneráveis e imaturos, com sistemas de representação hierárquicos (Sukarieh et al., 2017). Essas construções são refletidas em propostas políticas que envolvem regiões em conflito e pós-conflito. Um exemplo de como isso acontece é por meio da constante reiteração que aparece em documentos políticos sobre o crescimento demográfico de jovens, considerado um “excesso populacional” (*youth bulge*) (Sukarieh et al., 2017). Além disso, o holofote sobre os jovens em debates sobre inclusão política e segurança internacional aconteceu concomitante com outros três fatores: (i) o aumento do recrutamento para grupos armados não-estatais; (ii) a propagação de políticas intervencionistas voltadas para a prevenção da violência extrema; e (iii) a alta taxa de desemprego causada pelo aumento dos conflitos (Altiok, 2021; Sukarieh et al., 2017).

Este cenário possibilitou que prescrições políticas pautadas na paz liberal mobilizem os jovens como problema e/ou solução, caracterizando-os como fontes de instabilidade devido a seus *status* enquanto desempregados. O desemprego entre os jovens é construído discursivamente como produtor de insegurança, desesperança e vulnerabilidade, o que os tornam suscetíveis ao recrutamento para grupos armados (Sukarieh et al., 2017). Desse modo, ao invés de focar em problemas e violências estruturais que cercam não só os jovens, como suas comunidades, as propostas políticas em processos de *peacebuilding* possuem caráter predominantemente econômico (Distler, 2017; Sukarieh et al., 2017). O que ocorre é a promoção de desejos e agendas ocidentais de governos externos, instituições e organizações que focam na reestruturação do Estado nos moldes neoliberais, priorizando demandas mercadológicas (Richmond, 2009; Roberts, 2011).

Prescrições políticas pautadas na paz liberal ignoram fatores socioeconômicos e culturais enfrentados a nível local pelas comunidades e não estabelecem um diálogo com o local (Berents, 2015; Richmond, 2009). Nesse contexto, mudanças normativas sobre a inclusão de atores da sociedade civil em processos de paz tornam-se alvos de críticas, uma vez que a inclusão acontece sem que haja uma participação legítima dos atores locais, apenas de maneira simbólica a fim de legitimar políticas tradicionais que não lidam com a origem dos conflitos (Richmond, 2009), oriundos de relações imperiais (Doty, 1996). Quando há uma inclusão de atores locais é com o objetivo de moldá-los de acordo com essas mesmas agendas, “rather than paying attention to the lived experience of actual people” (Berents, 2015, p. 191).

Nessa conjuntura, devido, principalmente, ao crescente ativismo de jovens que contribuem para a construção da paz de maneira independente a seus governos, cresceram também as demandas por mudanças normativas e práticas em processos de paz e a inclusão de jovens em espaços políticos institucionais (Berents, 2022). A agenda Juventude, Paz e Segurança é resultado direto de tais demandas e centraliza os jovens a partir de cinco pilares: 1- participação; 2- proteção; 3- prevenção; 4- parceria; 5- desmobilização, desarmamento e reintegração (ONU, 2015b). Ademais, a agenda foi aprovada justamente em um contexto institucional da ONU onde a norma sobre a inclusão de atores da sociedade civil já estava fortemente estabelecida — apesar de ainda ser tratada como um incômodo por parte dos atores tradicionais, devido ao caráter político e plural inerente à inclusão de novos atores (Mendes, 2021).

Mas como eu, Bruna, aqui encarregada de formar uma opinião sobre a temática, me encaixo? Em termos de conflito, o Brasil apresenta problemas que diferem daqueles analisados neste trabalho. Desse modo, enquanto mulher brasileira, branca, bissexual e cisgênero, com regularidade questioneei se a minha opinião sobre a participação de jovens em processos de paz era sequer válida, afinal, a experiência de jovens que passaram pelo conflito não coincide com a minha. Ao mesmo tempo, enquanto sujeito caracterizada por atores externos como jovem, sentia a necessidade de refletir sobre os meus incômodos e me posicionar.

Entre minhas reflexões pessoais, poucas certezas e muitas dúvidas surgiram. Ser jovem, i.e., ter uma data limite para o fim do que é definido enquanto juventude, me pareceu deveras assustador junto às cobranças (pessoais) por progresso de carreira e propósito de vida. Estaria eu desperdiçando este momento ou respeitando

meus limites? Do que adianta respeitar os meus limites e não alcançar os meus objetivos pessoais e os meus sonhos? São meus realmente esses sonhos ou projeções de uma sociedade pautada em progresso contínuo em direção a um horizonte sem fim?

Entre muitos questionamentos, me encontrei descontente com a categoria juventude. Não fui eu quem a criei e sequer sei se me identifico com ela. Quanto mais eu lia acerca das construções ambíguas sobre os jovens, mais certa eu me encontrava de que ela era apenas mais um desdobramento de um ideal de sujeito sempre a postos para produzir mais e mais, almejando a promessa de uma sociedade justa que nunca parece estar ao nosso alcance. Essa percepção foi um grande obstáculo pessoal para compreender o que a agenda JPS representa para muitos jovens em contexto de conflito e pós-conflito. Como argumenta Altioek (2021), a relação entre a participação de jovens em processos de paz e os limites institucionais que dificultam sua efetividade é complexa em sua natureza. Ao mesmo tempo em que a agenda JPS é entendida por muitos como um arcabouço normativo e importante para demandar políticas adequadas (Simpson, 2018), por outros, ela é também percebida como ferramenta neoliberal ao possibilitar a promoção de políticas mercadológicas e intervencionistas (Sukarieh et al., 2017). O ponto principal que me ainda é difícil de estar em paz é que esses dois extremos não se excluem quando se está inserido em um contexto onde o conflito prevalece a anos.

Por ora, as práticas políticas que configuram um processo de paz, bem como suas etapas, são as normas que prevalecem na política internacional. Longe de apoiar políticas intervencionistas, o que quero dizer aqui é que a compreensão do porquê a agenda JPS foi amplamente defendida e formulada por jovens em contexto de conflito e pós-conflito gradualmente cresceu em mim. Como o principal arcabouço político internacional em defesa da inclusão e participação de jovens, a agenda possibilita que políticas de financiamento para projetos de/para jovens sejam criadas, ou ao menos exigidas por aqueles no local. Isso, no entanto, não significa que os jovens sejam míopes em relação a sua possível utilidade para o neoliberalismo.

Foi justamente essa percepção que me fez entender o paradoxo do meu julgamento de valor. Ao me opor veementemente a este tipo de agenda política e sua promoção, questionei as intenções dos jovens envolvidos em defesa da agenda JPS e suas capacidades de discernimento, ao mesmo tempo em que criticava relatórios que nos constroem enquanto inexperientes. Fechando um círculo, passei

por questionamentos sobre a validade da minha opinião, por processos de insatisfação com a delimitação de uma categoria, dúvidas sobre a capacidade de jovens envolvidos na elaboração da agenda JPS, até a percepção de como minha própria opinião havia se tornado ambígua, o que me levou a questionar novamente a validade da minha opinião. Com autocríticas mais gentis, dessa segunda vez me permiti novamente olhar com mais cuidado o envolvimento de jovens no processo de construção da agenda JPS e buscar entender a importância que a agenda poderia ter, mesmo que apenas em termos normativos, para fomentar a nossa participação em processos de paz (Berents, 2022).

Diante da contextualização fornecida e do relato pessoal exposto acima e dentre as possibilidades de análise, este trabalho tem como propósito abordar como a categoria juventude é construída de maneira relacional a outras construções, como a de adulto, e os desdobramentos disso para a manutenção da ordem social. Com foco especial na agenda Juventude, Paz e Segurança (JPS), o trabalho propõe analisar como os jovens são mobilizados na política internacional por meio de processos de assimilação e diferenciação com um ideal de sujeito. Aqui a participação ganha destaque em relação aos outros pilares, uma vez que em propostas políticas e em debates a participação é tida como representante de outros, como intrínseca aos outros pilares. Nesse sentido, o principal argumento em prol da participação de jovens em espaços de tomada de decisão é a necessidade de seus envolvimento na formulação de políticas de proteção, parceria, prevenção, desmobilização, desarmamento e reintegração.

Com a percepção ajustada e em busca de cumprir com o proposto, estruturei o trabalho em três capítulos principais que buscam de contextualizar e analisar como os jovens se inserem e são inseridos na política internacional, os debates sobre inclusão e participação e a agenda JPS. O primeiro deles (capítulo 2) introduz a categoria juventude e sua construção ambígua ao longo dos séculos em relação ao referencial de adultos. Para isso, é contextualizado como os jovens são percebidos discursivamente na política e segurança internacional e como suas construções atravessam esta esfera. Ademais, o capítulo busca refletir criticamente este contexto junto à modernidade com a análise de documentos sobre a categoria juventude e sua associação a percepções de instabilidade da ordem social. O argumento desenvolvido neste capítulo é de que os jovens são mobilizados a partir de um sistema de conhecimentos que não é neutro e nem vazio de ideologia à luz da

contribuição de autores como Allen (1968), Altiok et al. (2021), Berents (2022), McEvoy-Levy (2011) e Sukarieh et al. (2015).

O terceiro capítulo, de natureza teórica, tem como propósito entender como o debate sobre inclusão e, decorrente dele, o debate sobre participação são construídos enquanto norma. Como mencionado anteriormente, a participação é entendida como uma derivação, uma ferramenta auxiliar, à norma da inclusão da sociedade civil em processos de paz (Mendes, 2021). Com foco também nos jovens, o capítulo debate como os jovens ativamente trabalham em prol do fim dos conflitos e como são considerados por muitos enquanto “excepcionais” (Berents, 2022). Este esforço é auxiliar para que no capítulo seguinte seja analisada a agenda Juventude, Paz e Segurança. O esforço do capítulo serve para o argumento que a inclusão de jovens e sua mobilização junto a políticas de paz e segurança precisa ser considerada e analisada em relação aos contextos nos quais eles estão inseridos (Sukarieh et al., 2015).

No capítulo 4, o argumento central a ser desenvolvido é que apesar da funcionalidade da agenda JPS enquanto arcabouço normativo em defesa da inclusão de jovens, ela é mobilizada como ferramenta da paz liberal, onde propostas políticas que contribuem com a securitização dos jovens são legitimadas, levando ao aumento da marginalização de jovens e propagação das construções ambíguas como problema e/ou solução (Altiok, 2021; Distler, 2017; Sukarieh et al., 2017). Para isso, será brevemente recapitulado o contexto do surgimento da agenda JPS, suas resoluções, os debates abertos sobre o tópico, bem como outros documentos decorrentes. O capítulo finaliza analisando os avanços e limites da agenda JPS com análise de relatórios e com um debate sobre a securitização dos jovens.

1.3

Metodologia

Para tratar de questões etárias, a dissertação tem grande influência metodológica dos estudos críticos sobre infância, entendendo ser necessário partir do entendimento de que as construções sociais e suas diferenciações são múltiplas e se entrelaçam. Nesse sentido, as dimensões etárias são (re)construídas por regimes de poder e instituições, ajudando a moldar a ordem social (Thorne, 2004). A partir disso, é reconhecido que a idade é uma forma de diferenciação produzida discursiva

e materialmente, assim como outras como de gênero, classe, raça, sexualidade e muitas outras embutidas, entrelaçadas a relações de poder e autoridade (Thorne, 2004, 2007). Então o principal é entender que há um emaranhado de atravessamentos pautados em subordinações e desigualdades.

Desse modo, o trabalho busca conciliar considerações e perspectivas pós-estruturais, pós-coloniais e dos estudos críticos de infância de uma maneira geral para analisar questões ambíguas em relação à faixa etária. Entender a intersecção entre gênero, raça, classe, religião, etnia, idade, entre muitas outras construções dicotômicas, torna-se importante para questionar a construção de jovens em relação a um ideal de sujeito (Allen, 1968; Sukarieh et al., 2015), considerando os processos de colonização e relações imperiais (Doty, 1996). Com isso busca-se também colocar em questionamento o caráter pré-discursivo e universal das construções sociais, pautadas em dicotomias.

Em termos de métodos, a impossibilidade de analisar todos os programas de *peacebuilding* que envolvem jovens, em específico aqueles criados após a Resolução 2250 (2015), tornou o trabalho dependente de relatórios elaborados pelas próprias instituições aqui questionadas, como a ONU, bem como de produções acadêmicas de autores do campo de estudos críticos sobre a juventude. Nesse sentido, não há como avaliar com profundidade a inclusão proposta por eles e nem o caráter da participação que se desdobra. No entanto, a permanência dos conflitos e as críticas há muito tempo levantas sobre o teor dos processos de paz, bem como a análise dos debates políticos sobre os jovens, torna possível o argumento de que para que suas participações sejam efetivas e não apenas simbólicas é necessária uma transformação na abordagem tecnocrata que permeiam esses processos.

Para tal feito, foram utilizadas como fontes as resoluções que constroem a agenda Juventude, Paz e Segurança, os debates abertos, o estudo em progresso e relatórios, e artigos acadêmicos que tocam, de alguma maneira, temas sobre inclusão, participação, juventude e processos de paz.

2

As construções ambíguas sobre os jovens na política internacional

2.1

Introdução

A categoria juventude não possui uma especificação padrão nem documentos e convenções internacionais que a definem como um período de tempo da vida humana. A idade daqueles considerados jovens varia entre os autores acadêmicos, ativistas, resoluções da ONU e entre os Estados. No Brasil, por exemplo, segundo o Estatuto da Juventude, os jovens são aqueles entre 15 a 29

anos, sendo aqueles entre 15 a 18 anos assegurados, a priori, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2013). Já o UNICEF, a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Banco Mundial (2006) e outros atores e documentos adotam uma definição de juventude que vai dos 15 aos 24 anos (Altiok et al., 2020, p. 436; ONU, 2021). A Agenda Juventude, Paz e Segurança (JPS), por sua vez, define os jovens como aqueles entre 18 a 29 anos (ONU, 2015a).

Para além de suas definições etárias, podemos encontrar em debates acadêmicos análises sobre como outros fatores, como a desigualdade socioeconômica, influenciam na definição sobre o que é juventude (Honwana, 2021). Em algumas culturas, a dificuldade em se desvincular do núcleo familiar devido à insegurança financeira impede que jovens completem ritos sociais que os tornam adultos, os prendendo em limbos temporais e contribuindo para a expansão etária da categoria (Abbink, 2004; Honwana, 2012). No entanto, predominante na política internacional, estão discursos pautados em construções ambíguas sobre os jovens, que os assemelham e diferenciam de um ideal de sujeito liberal, mais especificamente de um homem adulto e branco (Sukarieh et al., 2015). Estas ambiguidades estão presentes em práticas e construções de conhecimento sobre a categoria juventude que vão informar a elaboração de políticas voltadas para os jovens no local e no global e, desse modo, informar as práticas de inclusão e exclusão destes jovens na política internacional (Sukarieh et al., 2015).

A partir desta perspectiva, o objetivo deste capítulo é discutir, por um lado, como os jovens são percebidos discursivamente na política e segurança internacional e como suas construções ambíguas atravessam esta esfera, bem como as consequências desta percepção. E, por outro lado, refletir criticamente sobre as implicações desta ambiguidade com a análise de documentos e relatórios políticos que promovem hierarquizações e discursos raciais que vão justificar políticas externas.

O argumento aqui elaborado à luz das contribuições de autores que há muito se debruçam sobre o tema (Allen, 1968; Altiok et al., 2021; Berents, 2022; McEvoy-Levy, 2011; Sukarieh et al., 2015) é de que os jovens são mobilizados a partir de um sistema de conhecimentos que não é neutro e nem vazio de ideologia. Com foco particular na mais recente articulação da categoria juventude na política internacional, é possível notar que apesar de sua visibilidade ser considerada positiva frente às demandas de jovens ativistas, é necessário levar em consideração o contexto no qual ela acontece e quais autores e símbolos são mobilizados

(Sukarieh et al., 2015). Construções estereotipadas sobre os jovens como um problema aparecem concomitante com seus reconhecimentos enquanto agentes da paz, é um movimento duplo que articula questões raciais, de gênero, étnicas-religiosas e de classe para explicar instabilidades políticas e elaborar soluções (Altiok et al., 2020; Sukarieh et al., 2016).

Para isto, o texto foi dividido em três seções principais. A seção 1.2, por meio de um debate teórico/histórico, analisa como um sistema de conhecimento (re)articula e (re)constrói noções e entendimentos ambíguos sobre os jovens. São noções que vão influenciar a maneira como eles são representados e (re)construídos na modernidade e, conseqüentemente, na política internacional como problema e/ou solução (Sukarieh et al., 2015). Este resgate é essencial para entendermos como esta ambiguidade extrapola o tempo hodierno e tornou-se comum na explicação de crises econômicas e aumento da violência. Os jovens, em especial os jovens desempregados, são associados ao ócio, à falta de esperança, sem prospecção para o futuro, e à imaturidade, características que os tornariam propensos à violência e ao recrutamento para grupos armados (Allen, 1968; Sukarieh et al., 2017).

Em seguida, quatro documentos são analisados com o objetivo de entender como os parâmetros teóricos que conectam os jovens como fonte de instabilidade e problema de segurança internacional são estabelecidos. São dois relatórios do Banco Mundial, intitulados *Children & Youth: A Resource Guide for World Bank Staff* (2005) e *World Development Report 2007* (2006), um relatório da ONU, com o título de *Global analysis and evaluation of national action plans on youth employment* (2005) e, por fim, um relatório dos Estados Unidos chamado *Global Trends 2025: A Transformed World* (2008). A leitura dos relatórios torna evidente que a construção discursiva sobre a categoria juventude e sua associação com problemas de segurança, em especial os jovens do Sul Global sobre os quais são mobilizadas características que os inferiorizam em relação ao adulto. Ademais, os relatórios destacam o desemprego entre os jovens como principal alimento de suas vulnerabilidades e do aumento da violência, ou seja, como um problema de segurança. Como solução para esse problema são propostas políticas econômicas, com o foco na criação de empregos.

Por fim, a seção 1.4 busca questionar a maneira como os jovens são construídos em oposição a um ideal de sujeito liberal — adulto, branco, autônomo —, principalmente aqueles do Sul Global, reforçando estereótipos acerca do local e do internacional e contribuindo na manutenção de relações de poder assimétricas.

Para isso, a seção se debruça sobre o corpo crítico formado pelos autores do campo (Altiok et al., 2021; Berents, 2018; Honwana, 2012; McEvoy-Levy, 2011; Sukarieh et al., 2015, entre outros) para entender como eles questionam essas ambiguidades e a securitização decorrente dela. Grande parte dos autores olham especificamente para como os jovens não apenas são mobilizados, como se mobilizam e navegam o cotidiano, contribuindo para a construção da paz e negociando suas marginalizações (Altiok, 2021; Berents, 2022).

O capítulo termina com as considerações finais onde eu reforço o argumento central do capítulo e busco estabelecer conexões com os próximos capítulos.

2.2

Construções ambíguas sobre os jovens na política internacional

Dentro de uma temporalidade imprecisa, a juventude foi socialmente construída em sequência a infância e precedendo a vida adulta, caracterizada como um período em transição que varia em definição etária e função social e, assim como as outras duas categorias, atravessada por questões de raça, gênero, religião, etnia, classe, etc. (Allen, 1968). Como um desdobramento desta relação dicotômica e hierárquica, e indissociável de ambos, os jovens são (re)articulados em relação a eles em termos de agência, autonomia, (i)maturidade, desenvolvimento, (in)experiência e vulnerabilidade. Desse modo, os discursos sobre infância e vida adulta, na construção da juventude, se sobrepõem mutualmente, se conectando e afastando ao serem articulados (Allen, 1968; Honwana, 2012).

Diferente da infância, definida como entre os 0 aos 17 anos, a juventude, por sua imprecisão, não possui um padrão específico e nem convenções internacionais acordadas por diferentes países, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989. A idade daqueles considerados jovens varia entre acadêmicos, ativistas, resoluções da ONU e internamente em diferentes Estados. No Brasil, segundo o Estatuto da Juventude, os jovens são definidos entre 15 a 29 anos, sendo aqueles entre 15 a 18 anos assegurados, a priori, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2013). Já o UNICEF e a Organização Mundial da Saúde (OMS) adotam uma definição de juventude que vai dos 15 aos 24 anos (Altiok et al., 2020, p. 436; ONU, 2021). A Agenda Juventude, Paz e Segurança, por sua vez, constrói os jovens prioritariamente como aqueles entre 18 a 29 anos (ONU, 2015a).

Segundo Honwana (2014), em algumas culturas entrar para a vida adulta significa desvincular-se da dependência parental e construir uma família, como um objetivo a ser atingido. No entanto, a falta de oportunidades e as desigualdades socioeconômicas dificultam cada vez mais essa transição, prendendo os jovens em um limbo, em uma espera nomeada pela autora de *waithood*. Esta espera, que acontece de maneira externa às vontades e anseios dos jovens, não só os prende nessa temporalidade por um período cada vez maior, como acentua as desigualdades e suas exclusões (Honwana, 2014). De maneira complementa, Abbink (2004) entende a juventude como o período entre 14 a 35 anos, ao identificar que algumas condições socioeconômicas e injustiças sociais são mais comuns e iniciam entre os sujeitos desta faixa etária, como a educação incompleta, a falta de oportunidades, o abandono/perda familiar entre outros problemas (Abbink, 2004, p. 6).

Tanto Abbink (2004), quanto Honwana (2012) olham especificamente, mas não apenas, para as juventudes africanas, considerando seus contextos particulares, onde a maioria nasceu em meio à pobreza, à exclusão, sem acesso à saúde e educação e com baixíssima mobilidade social e qualidade de vida. Para além do continente africano, essa realidade em relação à juventude está também presente em outras regiões e sociedades, com destaque para aquelas no Sul Global (Abbink, 2004; Allen, 1968; Honwana, 2012). Como argumenta Allen (1968):

“Age relations (including youth) are part of economic relations and the political and ideological structures in which they take place. It is not the relations between ages which explain change or stability in societies, but change in societies which explains relations between different ages” (Allen, 1968, p. 321).

Construída de maneira relacional e discursiva, a duração da juventude depende, então, de fatores sociais, culturais e políticos e do contexto em que é (re)produzida, tornando este um processo dinâmico e aberto, adaptável ao fluxo contínuo da modernidade e seu princípio de progresso (Ariès, 1960; Allen, 1968; McEvoy-Levy, 2011; Sukarieh et al., 2015). O início do século XX e a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, retratam parte desta construção dos jovens, onde a adolescência e a transição para o começo dos vinte anos foram vistos como desejados devido a narrativas consequentes dos conflitos e a associação do jovem soldado como um herói (Ariès, 1960). Nesse espaço temporal foi construído um tipo ideal de sujeito intrínseco a uma estrutura ideológica (Allen, 1968; McEvoy-Levy, 2011).

Determinados símbolos, valores morais e ideologias são fatores constitutivos da construção da juventude enquanto categoria política, que assimilam e diferenciam os jovens de um sujeito ideal e informam propostas políticas (Allen, 1968; Berents et al., 2015; Honwana, 2012; McEvoy-Levy, 2011). Sua (re)construção depende, então, de uma ampla rede de atores que vão desde o Estado e suas instituições produtoras de conhecimento — escolas, universidades, medicina, exército, etc. — até atores não-governamentais — veículos de comunicação, ONGs, instituições da sociedade civil, entre outros (Sukarieh et al., 2015; Holzscheiter, 2010). Neste sistema de conhecimento, as narrativas sobre os jovens são definidas em consonância com as relações de poder que informam práticas de inclusão e exclusão (Allen, 1968; Sukarieh et al., 2015). Ou seja, o interesse e a (re)articulação da categoria juventude ganha força e centralidade de acordo com os contextos no qual estão inseridos, bem como suas ideologias e estruturas sociais e políticas, que vão informar a produtividade dos jovens para a ordem social (Sukarieh et al., 2015).

Analizadas através de uma lente pós-colonial, a volatilidade de tais tendências e a inferioridade dos jovens em relação ao adulto podem ser associadas com o discurso colonial sobre o *outro* (Jenks, 2005; Sukarieh et al., 2015). As concepções de imaturidade, vulnerabilidade, inexperiência, em desenvolvimento, entre outras — heranças da construção da infância em oposição à vida adulta — advém do pensamento ocidental, encontradas também em outras relações assimétricas de poder que informaram a estrutura das sociedades atuais, como o selvagem em oposição ao homem ocidental civilizado, principalmente quando esses sujeitos carregam outros marcadores e códigos sociais em seus corpos, que vão diferir do adulto homem e branco (Doty, 1996; Jenks, 2005). Essas diferentes identidades que informam e constituem a multiplicidade que é a categoria juventude, ao contrário de acarretar uma visão holística sobre os jovens, levaram a formação de interpretações particulares que assimilam e diferenciam a categoria em comparação com o sujeito liberal, com o objetivo de constranger e controlar o indivíduo dentro de uma determinada ordem social (Foucault, 1999; Hansen, 2006).

Isso acontece porque a complexidade e heterogeneidade (raça, gênero, classe, etnia, religião, etc.) que atravessa os jovens são percebidas como fontes de instabilidade social, gerando ansiedades sobre suas agências (Sukarieh et al., 2015). A multiplicidade seria um obstáculo para a manutenção da ordem social, uma vez que ela foi construída com base no sujeito ideal e, dessa maneira, poderia gerar insatisfações para aqueles que são marginalizados, principalmente quando há um

grande crescimento demográfico desses *outros* (Beier, 2015; Sukarieh et al., 2015). Então, são essas ansiedades que levam a mobilização dos jovens a partir de construções ambíguas, como um problema/delinquência para explicar instabilidades de ordem social e econômica e como recurso/solução para justificar políticas de controle social em termos de inclusão (McEvoy-Levy, 2011; Sukarieh et al., 2015).

Anterior ao movimento hodierno que trouxe novamente os jovens para o centro do debate, é possível analisar como a juventude ganhou notoriedade com a Revolução Industrial, que apresentou rápidas transformações sociais e econômicas. À priori no Norte Global, principal articulador e produtor de conhecimento sobre o sujeito e seus aspectos, o início do processo de industrialização teve como público alvo famílias recém-formadas e jovens mulheres, com a criação de moradias voltadas especificamente para eles e com foco no recrutamento de pessoas de áreas rurais para centros urbanos. Além de trabalhadores de baixo custo, esta realocação de jovens para centros urbanos, onde eram agora grande parte das populações, os tornou também consumidores e público alvo de propagandas, apesar do baixo poder de consumo (Sukarieh et al., 2015, p. 55-57).

O foco na empregabilidade dos jovens desencadeou uma série de políticas que os tinham como alvo que, de acordo com o crescimento econômico e acúmulo de capital, eram reajustadas para conter crises e problemas na economia (Sukarieh et al., 2015). Com o processo de migração para centros urbanos, a alta quantidade demográfica de jovens fez com que eles fossem qualificados como uma “reserva de trabalhadores”. Dessa maneira, quando surgiam problemas econômicos, eram os jovens os primeiros a sofrerem as consequências do desemprego. Simultaneamente a este processo, ao longo dos anos jovens cada vez mais novos eram incentivados a entrar no mercado de trabalho e reformas educacionais eram feitas em relação à quantidade de horas necessárias para se estar na escola (Allen, 1968; Sukarieh et al., 2015).

Por conseguinte, quando havia problemas econômicos, os jovens das classes mais baixas e não-brancos, que entravam no mercado de trabalho por necessidade de complementar a renda familiar, eram os que sofriam os maiores impactos e repercussões. Muitas vezes desempregados, eram considerados ociosos, excesso populacional, perigosos por recorrer a trabalhos informais, ou mesmo ao crime, e ameaças à estabilidade social (Allen, 1968; Sukarieh et al., 2015). Diagnosticados como um problema, entre as pressuposições articuladas sobre esses jovens estava a

de que (alguns) não possuíam valores em comum ou comportamentos adequados com a civilização moderna, levando a respostas políticas que não consideravam as violências estruturais que eles sofriam e nem seus contextos e experiências (Allen, 1968). Houve, então, uma constante alteração entre jovens como recursos humanos importantes para o desenvolvimento econômico e jovens como um excesso populacional e/ou perigo para a ordem social, uma alteração que variava conforme o contexto político e econômico, assim como com suas etnias, religiões, gêneros e classes (Sukarieh et al., 2015).

Apesar do excerto acima ser específico sobre o Norte Global, acredito que nos seja útil por três motivos. Primeiro, é importante lembrarmos que ao longo do tempo políticas econômicas e estruturas sociais foram — e ainda são — exportadas do Norte para o Sul Global em um esforço de replicá-las. Em segundo, este exemplo sobre a empregabilidade de jovens nos ajuda a compreender que, enquanto “reserva de trabalho”, os jovens passam por um movimento duplo, uma construção ambígua, que os inserem como problema e/ou solução, a depender do cenário econômico e social. Por fim, como será analisado com os relatórios na próxima seção, podemos encontrar na política e segurança internacional uma construção ambígua sobre jovens análoga à apresentada acima que, em um cenário global e hodierno, reproduz os estereótipos.

Em prol de uma contextualização prévia a introdução dos relatórios, é importante entender que em meados da década de 1990, a categoria juventude (re)encontrou os holofotes da política internacional devido, sobretudo, ao surgimento das “novas guerras”, com destaque para o envolvimento de jovens e crianças-soldados nos conflitos, e do acelerado processo de globalização e interconectividade transnacional. Junto a isso, a maior integração mundial contribuiu para o enfraquecimento e ruptura de fronteiras teóricas e geográficas, bem como uma abertura do campo de Relações Internacionais e áreas afins, proporcionando mais visibilidade e atenção para novos atores políticos (Altiok et al., 2020; Berents et al., 2021). Alguns desdobramentos desta nova dinâmica geopolítica, como o aumento dos conflitos e de grupos armados, atentados terroristas e a implementação de políticas externas como a “Guerra ao Terror”, reacenderam as construções ambíguas sobre os jovens comentadas acima.

Com ênfase no grande número de recrutamento de crianças e jovens em regiões de conflitos, eles passaram a ser (re)articulados como perpetuadores da violência, principalmente aqueles não-brancos (Altiok et al., 2021). Um exemplo é

como jovens homens e árabes entraram nas narrativas políticas como potencialmente perigosos e propensos à radicalização e à violência extrema (Berents et al., 2021) e como jovens mulheres, em especial aquelas do Norte da África e do Oriente Médio, eram consideradas futuras mães de possíveis terroristas (Hendrixson, 2004, apud Altiok et al., 2021, p. 438). Junto a esses estereótipos, produções científicas sobre o crescimento populacional de jovens, considerado excessivo, por meio de discursos racistas, reforçou seus *status* como fonte de instabilidade para a ordem social e reforçou a necessidade de medidas políticas extraordinárias para conter esses problemas (Altiok et al., 2020; Berents et al., 2021; Berents, 2020; Lee-Koo, 2011; Sukarieh et al., 2017).

Esse excesso populacional, também chamado de *youth bulge*, relaciona o crescimento demográfico de jovens com crises econômicas, aumento da violência e crescimento de grupos armados não-estatais, destacando a alta taxa de desemprego como fator crucial nessa relação, uma vez que os jovens estariam desesperançados e ociosos (Huntington, 1997; LaGrafte, 2012; Urdal, 2006). São argumentos que pouco consideram fatores estruturais, como desigualdades socioeconômicas e relações de poder desiguais na política internacional. São argumentos que associam agendas de segurança e desenvolvimento e propõe soluções econômicas para problemas de segurança e vice-versa (Tschirgi, 2018), como a criação de empregos para ocupar e dar propósito para os jovens e, assim, conter os conflitos políticos (Sukarieh et al., 2017).

Já o aspecto “positivo” sobre os jovens, como agentes de mudança/agentes da paz e solução para problemas, como mencionado, ganhou força concomitante à visão da juventude como um problema (Sukarieh et al., 2017). Reconhecendo suas participações políticas e ativismos como relevantes e necessários, os jovens eram considerados recursos para o futuro e importante capital humano, que precisava não apenas ser preservado, como também investido (Altiok et al., 2020). Não apenas por parte dos governos e corporações, mas as próprias demandas dos jovens por meio da internet e de redes sociais, ganharam maior visibilidade, bem como suas iniciativas e ativismos no dia-a-dia de suas comunidades, contribuindo para o argumento a favor do aumento de suas participações (Berents et al., 2022; McEvoy-Levy, 2013; Sukarieh et al., 2015).

Desse modo, torna-se evidente que suas identidades, apesar de hierarquicamente construídas como inferiores por meio de uma série de significados e atravessamentos, não são sempre postas como negativas, mas contendo também

aspectos positivos e, muitas vezes, romantizados. As ambiguidades que permeiam suas construções variam e permitem a mobilização de diferentes discursos e narrativas sobre eles e, por meio de produções de conhecimento, iniciativas e discursos políticos, ajudam a moldar a ordem global (McEvoy-Levy, 2011).

O próximo capítulo (3) analisa mais a fundo suas participações e em quais termos elas são possíveis. Entretanto, os relatórios analisados a seguir nos ajudam a compreender melhor como as construções ambíguas sobre os jovens são mobilizadas na política internacional. Por exemplo, segundo o Banco Mundial, em seu relatório *World Development Report 2006*, cinco razões são elencadas para justificar a nova preocupação com os jovens, particularmente aqueles do Sul Global: 1- o crescimento demográfico de jovens nessas regiões; 2- um sucesso anterior ao centralizar crianças no Sul Global; 3- a crescente demanda por mão-de-obra especializada; 4- o aumento de casos de HIV e como isso pode ser uma ameaça para a produtividade (econômica) global; 5- a queda da natalidade no Norte Global, deixando um vácuo na força de trabalho desses países (Banco Mundial, 2006, p. 26-44).

Como veremos mais explicitamente a seguir com as informações presentes nos relatórios, a lente positiva sobre os jovens faz parte do outro lado da moeda sobre suas construções ambíguas que, para solucionar o problema dos jovens delinquentes, a visão positiva pauta seus empoderamentos e empregabilidade (Berents et al., 2021; Sukarieh et al., 2015). Quando considerados úteis e produtivos, são recursos e agentes da paz, quando surge uma crise e/ou suas ações não se alinham aos interesses e propósitos da ordem social, são um problema a ser contido (Abbink, 2004; McEvoy-Levy, 2011; Sukarieh et al., 2017). Como escreve McEvoy-Levy (2011, p. 159): “Ideas about young people shape policies and programs which, in turn, shape local and global understandings about youth”.

2.3

Documentos e a materialização de conhecimentos sobre os jovens

Como mencionado anteriormente, o mais recente holofote sobre a categoria juventude não é um movimento inovador, mas uma (re)articulação de construções já presentes na política internacional que foram apenas adaptadas de acordo com as mudanças sociais. Essas construções fazem parte de um sistema de conhecimento

mobilizado por uma amplitude de atores que centralizam as narrativas de jovens como agentes da paz a partir de diferentes perspectivas (Sukarieh et al., 2015). Um exemplo é como a narrativa de jovens como agentes da paz e a necessidade de suas participações torna-se uma importante ferramenta na transformação desta categoria em objeto de segurança, influenciando e orientando a criação de projetos e políticas internacionais (McEvoy-Levy, 2011). Por meio de propostas de inclusão em espaços institucionais, a participação e as contribuições de jovens tornam-se mais fáceis de controlar e adequar ao modelo liberal vigente (Sukarieh et al., 2017). Seja como problema ou como solução, como delinquentes ou agentes da paz, os jovens são mobilizados na elaboração e proposição de políticas econômicas voltadas para a solução de conflitos (Berents et al., 2022; Sukarieh et al., 2016).

Os quatro relatórios que me proponho analisar são partes intrínsecas deste sistema de conhecimentos sobre os jovens e evidenciam como eles são (re)articulados conforme os contextos políticos e demandas econômicas. Entre as razões para suas análises, considero importante um olhar atento para a linguagem presente nos documentos e como ela contribuiu para estruturar o modo como os jovens são representados. Isto porque a linguagem é um instrumento de produção e reprodução de subjetividades e identidades particulares, assimilando e diferenciando significados e incorporando fatores materiais a elas. Sua natureza ambígua contribui na construção de problemas e soluções, naturalizando-os e, por meio de articulações discursivas, propondo políticas e programas a partir deles (Hansen, 2006, p. 18-23).

Os relatórios, apesar de pertencerem à primeira década do século XXI, não foram os primeiros e nem os últimos sobre a temática. Eles representam a continuidade destes debates e o fortalecimento da conexão estabelecida entre desemprego entre os jovens e questões de segurança. A justificativa posta como fator motivacional para suas elaborações está conectada com a percepção de jovens como agentes de mudança, agentes da paz e importante capital humano e como, por isso, suas marginalizações devem ser combatidas. Como veremos nos documentos, preocupações sobre o desenvolvimento de regiões do Sul Global, sobre jovens em situação de pobreza e sobre as suas exclusões socioeconômicas estão indissociáveis de problemas e preocupações com a segurança internacional.

O *Global analysis and evaluation of national action plans on youth employment*, da ONU, por exemplo, analisa 39 relatórios nacionais e Planos Nacionais de Ação dos Estados-membros que versam justamente sobre o

desemprego de jovens. O relatório aborda, especificamente, sobre como a criação de empregos para os jovens pode ser positiva em termos de segurança e desenvolvimento em processos de *peacebuilding*. O relatório termina com recomendações sobre os 10 anos seguintes, argumentando que os esforços devem focar em criar oportunidades para os jovens conforme os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio até 2015 (ONU, 2005, parag. 64). Também o Banco Mundial em seus dois relatórios explora a importância da criação de emprego para jovens, associando tal política com o crescimento econômico e o fim da pobreza (Banco Mundial, 2005, p. 37; 2006, p. 40). Já o *Global Trends 2025*, mobiliza o desemprego entre os jovens com o aumento dos conflitos e de práticas terroristas, com problemas migratórios e com a instabilidade da ordem social (EUA, 2008, p. 68).

A definição do público jovem apresentada nos relatórios assemelham-se em termos de faixa etária e na sua caracterização. O *Global analysis and evaluation of national action plans on youth employment*, relatório produzido pelo Secretário-Geral da ONU em 2005 em resposta a resoluções anteriores sobre o desemprego entre os jovens, define o grupo como aqueles entre 15 a 24 anos, assim como o *Children & Youth A Framework for Action*, do mesmo ano e produzido pelo Banco Mundial, e como o *Global Trends 2025*, produzido pelo Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos (EUA) em 2008 (Banco Mundial, 2005, p. 35; EUA, 2008; ONU, 2005, parag. 65). Já no *World Development Report 2007*, único a diferir, a juventude é definida entre 12 a 24 anos (Banco Mundial, 2006, p. 27). No entanto, como alguns deles mencionam, essa é uma definição que pode variar segundo o contexto cultural e social de cada região, que pode ir até 35 ou 40 anos em países como Quênia e Paquistão (Banco Mundial, 2006).

Os argumentos para investir em jovens, em sua maioria, começam mencionando sua grande quantidade. Em paralelo com serem considerados importantes agentes de mudança/paz, o principal argumento em relação a sua centralidade é a larga concentração de jovens ao redor do mundo, a maior já vista na história, em especial em países do Sul Global (Banco Mundial, 2006; EUA, 2008). Além disso, os interesses desses mesmos jovens são elaborados como compatíveis com políticas neoliberais de fortalecimento do Estado em termos de segurança e mercado (Sukarieh, 2008). Em especial quando este grande contingente de jovens é associado com questões de conflito, violência e segurança internacional:

“Recent studies have found that developing countries with the highest shares of youth populations and high levels of youth unemployment were more than twice as likely to experience an outbreak of civil conflict during the 1990s (Cincotta 2003)” (Banco Mundial, 2005, p. 36).

Segundo os documentos, a abundância de jovens é um problema internacional em termos de segurança porque os jovens desempregados, devido a suas insatisfações e falta de esperança, podem se tornar faíscas para o surgimento de novos conflitos ou mesmo instigar conflitos em andamento (Banco Mundial, 2005, p. 35, 40-41; EUA, 2008, p. 68). Para conter esse problema, a criação de empregos é considerada uma solução, a depender também da disposição dos jovens, como descrito no relatório dos EUA:

“Economic opportunities for youth and greater political pluralism probably would dissuade some from joining terrorists’ ranks, but others— motivated by a variety of factors, such as a desire for revenge or to become “martyrs”— will continue to turn to violence to pursue their objectives” (EUA, 2008, p. 68).

Para além do “excesso populacional”, outros aspectos específicos da juventude também contribuem para o aumento da violência. Para o Banco Mundial (2006), por exemplo, os jovens tendem a ser míopes e impacientes — diferentes dos adultos — em termos de mudanças e investimentos no futuro, além de “inexperienced decision makers who are only selectively informed about the risks, costs, and benefits” (Banco Mundial, 2006, p. 47). Já no relatório da ONU (2005), os jovens são psicologicamente vulneráveis quando marginalizados e excluídos do mercado de trabalho. Além disso, para a organização, outros fatores também contribuem para sua vulnerabilidade, como “disability, ethnic and social background or geographic location” (ONU, 2006, parag. 4). Ou seja, são estas vulnerabilidades, inexperiências e miopias que os tornam alvos fáceis para o recrutamento por parte de grupos armados não-estatais.

Um último problema identificado como característica da juventude é a prolongada dependência financeira e social em relação ao núcleo familiar, prejudicando suas transições para a vida adulta e autônoma (Banco Mundial, 2005, p. 35-36). A insegurança nessa transição os tornariam mais propensos a criar tumultos, instigar violência política, entrar para o “mundo do crime”, etc. (Banco Mundial, 2005, p. 35; EUA, 2008, p. 63-68), como comenta o relatório da ONU: “youth unemployment is the root cause of destructive and self-destructive behaviour, ranging from activity in neighbourhood gangs to membership of local

militias” (ONU, 2005, parag. 52). Destarte, o que vemos nos documentos é que os jovens se tornaram uma reserva de trabalhadores mal utilizada, sujeitos incompletos na transição para a vida adulta e prejudiciais para a estabilidade da ordem social (Sukarieh, 2008).

Um exemplo de problema para a ordem social é o destaque que o Banco Mundial e os Estados Unidos relegam à relação entre muitos jovens em regiões do Sul Global e questões migratórias. Segundo o *World Development Report 2007*, “The youth bulge in developing countries and the aging populations in most developed countries will further increase the *demand* for migration over the coming years” (Banco Mundial, 2006, p. 14). Já o *Global Trends 2025*, argumenta que não apenas a migração vai aumentar, como é preocupante a instabilidade que grupos étnicos-religiosos variados podem causar em regiões como a Europa. Segundo o relatório:

“Immigration and integration politics, and confrontations with Muslim conservatives over education, women’s rights, and the relationship between the state and religion are likely to strengthen right-of-center political organizations and splinter the left-of-center political coalitions that were instrumental in building and maintaining Europe’s welfare states” (EUA, 2008, p. 24).

Para conter esses possíveis problemas, a criação de empregos nessas regiões do Sul Global seria, então, também uma maneira de conter os fluxos migratórios (Sukarieh et al., 2008). Ainda conforme o relatório:

“Immigration and integration politics, and confrontations with Muslim conservatives over education, women’s rights, and the relationship between the state and religion are likely to strengthen right-of-center political organizations and splinter the left-of-center political coalitions that were instrumental in building and maintaining Europe’s welfare states” (EUA, 2008, p. 24).

Acertadamente podemos supor, então, que a principal orientação presente nestes relatórios e em outros para solucionar tais problemas, é a criação de empregos com foco, em especial, nos jovens. No entanto, apesar de parecer uma proposta adequada com as expectativas daqueles desempregados e promissora no sentido de criar oportunidades, as orientações políticas estão vinculadas a exigências neoliberais como privatização, desregulamentação de mercado e redução dos gastos estatais e de proteções trabalhistas (Sukarieh et al., p. 861). Construídos como reserva de trabalhadores, a proletarianização dos jovens é promovida sem que fatores e violências estruturais sejam consideradas (Cotê, 2014).

Além da criação de empregos, a educação também é entendida como chave para para que jovens não entrem em conflitos, para que eles consigam mais empregos, para que a pobreza acabe e para que determinadas sociedades sigam um caminho mais democrático: “As global business grows increasingly borderless and labor markets more seamless, education has become a key determinant of countries’ economic performance and potential” (EUA, 2008, p. 17). Motivando o empreendedorismo e projetando um ensino voltado para o mercado como solução de problemas estruturais, os jovens são incentivados a desenvolver e adaptar sua empregabilidade de acordo com as demandas do mercado e do setor privado, adaptar suas habilidades para se adaptar ao sistema neoliberal vigente, tornando-os individualmente responsáveis por sair da pobreza, uma vez que “youth unemployment represents an enormous drain on national and local budgets” (ONU, 2005, parag. 52). Tanto o Banco Mundial (2005) quanto o relatório estadunidense destacam modelos específicos de sistemas educacionais para serem implementados no Sul Global, modelos que seguem a lógica liberal/ocidental de educação e que, em muitos casos, não dialogam com as culturas e tradições locais (Sukarieh et al., 2017). Enquanto o Banco mundial destaca a importância de implementar modelos educacionais “with a focus on increasing rates of enrollment and completion as well as making education *more relevant to labor market demand*” (Banco Mundial, 2005, p. 41, destaque meu), os Estados Unidos centralizam a importação do *seu* modelo educacional para o resto do mundo ao afirmarem que:

“The US may be uniquely able to adapt its higher education and research system to rising global demand and position itself as a world education hub for the growing number of students that will enter the education market out to 2025” (EUA, 2008, p. 17).

Nesse sentido, o *Global Trends 2025* afirma que os governos do Oriente Médio e Norte da África precisarão adaptar seus sistemas educacionais “to produce a more technically skilled work force and encourage citizens accustomed to public sector jobs to accept the demands and volatility of the private sector” (EUA, 2008, p. 64). No entanto, são estas mesmas políticas neoliberais que condicionam e mantêm as violências estruturais e desigualdades socioeconômicas das quais eles seriam responsáveis por sair e que vem deteriorando o mercado de trabalho e as oportunidades de emprego não só para os jovens, mas para toda população (Sukarieh, 2008). É neste sentido que Izzi (2013) argumenta que os programas focados na criação de emprego para os jovens como ferramenta essencial na

construção de uma paz duradoura não têm eficácia comprovada porque, entre outros motivos, o desemprego não é um problema exclusivo da juventude (Izzi, 2013).

Por fim, segundo o Banco Mundial (2005), a demanda pelo foco em jovens veio também de parceiros e clientes que tem como interesse o aumento da produtividade de países em desenvolvimento: “[t]he demand from our clients and partners for significantly increased support to youth-related issues underscores the importance of this cohort” (Banco Mundial, 2005, p. 37). Esta demanda encontra consonância com o envolvimento de corporações multinacionais, ONGs, instituições nacionais e internacionais e fundações filantrópicas com programas voltados para os jovens. Enquanto em alguns âmbitos esse movimento representou apenas uma revisão e reinvestimento em políticas e instituições que já existiam, em outros representou a criação de estratégias políticas voltadas para os jovens. Nos EUA, por exemplo, durante as duas últimas décadas do século XX fundações como a Ford investiram cada vez mais em projetos filantrópicos voltados para os jovens, tornando-os prioridades. Só no começo do século XXI já existiam mais de 250 iniciativas filantrópicas advindas, principalmente, de corporações multinacionais (Sukarieh et al., 2015, p. 28). Ademais, uma série de campanhas, eventos, fortalecimento institucional, workshops, treinamentos, projetos e programas foram criados. A *International Youth Foundation* (IYF), por exemplo, é uma fundação criada em 2000, em parceria com múltiplas agências governamentais como a USAID e UKAID, com organizações como a OIT e Banco Mundial, e grandes corporações como a Nike, Samsung, Shell, Walmart, Ford e Mastercard, com o objetivo de auxiliar na elaboração de programas e projetos envolvendo os jovens ao redor do mundo (Sukarieh et al., 2015, p. 38-45; IYF, 2022). Seja em termos de segurança ou em outras áreas, diálogos e financiamentos são estabelecidos tanto com governos locais, quanto com ONGs lideradas por e para jovens (Sukarieh et al., 2015).

No entanto, mesmo com projetos independentes sendo financiados, o foco no Sul Global e a maneira como esse processo é construído em relatórios e outros documentos que informam políticas externas constroem a região como uma preocupação também de segurança, como uma ameaça, especificamente, para países desenvolvidos. Esses jovens, já marginalizados pelos seus contextos socioeconômicos, são centralizadas como um problema de segurança para suas regiões e para o internacional, associados a violência extrema e ao terrorismo, construídos como vulneráveis e manipuláveis, que precisam de intervenção,

principalmente por meio de ocupações no mercado de trabalho (Sukarieh et al., 2017). A partir de uma perspectiva da economia política da juventude e sobre essa projeção do Norte Global sobre o Sul Global como um receptáculo de políticas, Sukarieh e Tannock argumentam que:

“State security policy, foreign policy and counter-terrorism policy, for example, are being shaped by invoked fears of the dangers of a ‘youth bulge’ in the global South, and by assertions of the susceptibility and vulnerability of the young in general to radical, extremist and violent thought and practice. Labour market restructuring, welfare state rollback, and educational reform are all being promoted, both positively, as a way to address the plight of the noble and suffering young, and negatively, as necessary for correcting the deficits and failings of the wayward young. Real differences in politics, ideologies and material interests in conflicts all over the world are being obscured and ignored by elite actors through their promotion of a depoliticising and universalizing discourse of youth development, empowerment and participation” (Sukarieh et al., 2016, p. 1286-1287).

Como argumentam os autores, problemas e violências estruturais são ignorados, bem como a responsabilidade do Norte Global na criação deles e da manutenção de relações imperiais consequentes do processo de colonização (Sukarieh et al., 2015). Para além de um evento do passado, a colonização e a expansão europeia resultaram em consequências permanentes nas relações internacionais, nos encontros imperiais e nas construções e representações identitárias pautadas em assimilações e diferenciações (Doty, 1996; Fernandez et al., 2017; Hansen, 2006). Não apenas o jovem é construído como o *outro*, inferior e incapaz, do adulto autônomo e completo, como o Sul Global é articulado como o *outro*, em oposição ao Norte Global, posto como o responsável por levar o modelo de civilização e educação adequados para acabar com o desemprego, a pobreza e outras desigualdades (Fernandez et al., 2017; Sukarieh et al., 2017).

Em torno deste cenário posto pelos relatórios, duas principais perspectivas se opõem criticamente, gerando uma complexa relação entre ativismo e tokenismo. De um lado, nós temos grandes atores como a ONU e o Banco Mundial, defendendo o engajamento de jovens no design e implementação de programas que os afetam, como o desemprego e os conflitos, os tratando como parte da solução e considerando a juventude uma importante etapa para a construção de capital humano que conseguirá acabar com a pobreza (Banco Mundial, 2006, p. 29; ONU, 2005, parag. 9). Do outro nós temos uma gama de ativistas e autores que vão olhar essas propostas políticas criticamente e vão questionar a securitização feita sobre a categoria juventude, questionando também as percepções sobre eles e o uso retórico

de suas imagens e agências com propósito único de legitimar políticas neoliberais (Sukarieh et al., 2016).

Ambas as perspectivas não existem apenas em extremos, reconhecendo a complexa relação entre inclusão e exclusão, instituições e meios políticos de financiamento e o uso simbólico da imagem de jovens, existem tentativas de estabelecer diálogos e criar agendas pautadas no envolvimento dos jovens, sem perder a lente de análise crítica sobre o limite de suas participações (Altiok, 2021; Berents, 2022; Sukarieh et al., 2017). Como argumentado por Sukarieh e Tannock (2015), o ponto não é simplesmente abraçar ou rejeitar completamente a categoria juventude e suas participações, mas sim analisar criticamente o contexto no qual elas são invocadas e reconhecer que a mobilização de jovens é inevitavelmente política, ideológica e socialmente construída (Sukarieh et al., 2015, p. 50).

2.4

Corpo crítico sobre juventude

Como visto na seção anterior, os jovens são inseridos em sistemas de representação que produzem justificativas comportamentais sobre eles desvinculados a suas experiências e realidades sociais (Allen, 1968, p. 321). Eles são construídos nos relatórios em oposição a uma noção ideal de sujeito, caracterizado no homem adulto, branco e autônomo que representa, por sua vez, o Norte Global. Nesse sentido, as práticas de inclusão e exclusão de jovens acontecem em torno de noções de amadurecimento, passividade, inexperiência e outras inferiores que silenciam e enfraquecem o alcance de suas contribuições e limitam seus envolvimento políticos. Como escreve Allen (1968, p. 328): “The problem of youth is that of being expected to be involved but being powerless. This is not a specific youth problem”. Essas caracterizações, além de inferiorizá-los em detrimento daqueles considerados adultos, contribui para prendê-los em limbos temporais, como incompletos (Honwana, 2012). Mesmo quando considerados importantes para a segurança internacional, é em termos de utilidade para agendas de desenvolvimento econômico (Sukarieh et al., 2016).

No entanto, a elaboração destes e outros relatórios e documentos sobre os jovens que os reforçam como produtores de violência não segue inquestionável. Por reconhecer que a categoria juventude é construída de maneira relacional e

discursiva, mobilizada de acordo com mudanças políticas e econômicas, diferentes autores (Allen, 1968; Honwana, 2012; McEvoy-Levi, 2011; Sukarieh et al., 2015) argumentam que relações de poder desiguais moldam as narrativas sobre os jovens e seus envolvimento no meio político. Para Sukarieh e Tannock (2015), por exemplo, esta narrativa positiva sobre os jovens não tem como objetivo final a melhoria na qualidade de vida deles, articulada apenas simbolicamente para legitimar propostas políticas neoliberais. Com modelos normativos de atuação, quando os jovens agem de acordo com o desejado são celebrados e postos como exemplos a seguir, são tornados excepcionais (Berents, 2020; Sukarieh et al., 2015). Segundo os autores:

“[The] structural powerlessness of the young, combined with widespread adult discrimination against the abilities of youth as social and political actors, tends to preclude them from maintaining long-term social and political influence” (Sukarieh et al., 2015, p. 146-147).

Em 2011, protestos políticos tomaram as ruas do Egito e culminaram com a resignação do presidente Hosni Mubarak. A priori, os protestos eram contra a violência policial e, com o tempo, alastrou-se entre os diferentes setores sociais, como sindicatos, partidos políticos e organizações da sociedade civil. Entretanto, a mídia nacional e internacional narraram a mobilização política como organizada sobretudo por grupos de jovens — em específico o grupo *April Sixth Movement* (ASM), que era apenas uma parte da coalizão organizadora. Enquanto rosto de uma ampla mobilização política, o ASM reforçava em suas redes sociais e outros veículos de comunicação que os protestos eram apartidários e sem vínculos ideológicos. Não apenas, investigando a origem e construção do movimento, Sukarieh e Tannock constataram que o ASM foi um dos grupos financiados diretamente pelo governo dos Estados Unidos e por organizações como a *National Endowment for Democracy* e a *Freedom House*, ambas estadunidenses e com o propósito de promover a democracia em outros países (Sukarieh et al., 2015, p. 136-146).

Este exemplo, longe de invalidar as agências e contribuições de jovens, é apresentado para evidenciar como a sociedade civil, no geral, e os jovens, em específico, são despolitizados, descaracterizados de suas interseccionalidades entre questões de raça, gênero, etnia, etc., e são estabilizados e alinhados discursivamente com determinados interesses políticos de caráter liberal (Hansen, 2006). É neste sentido que os movimentos de jovens, antes de celebrados e romantizados como

recursos e capitais humanos, precisam ser considerados em relação a seus contextos e influências (McEvoy-Levy, 2011; Sukarieh et al., 2015). Este tipo de participação, financiado por instituições ocidentais e que se desvincula de identidades políticas e se declara neutro em relação a posicionamento ideológico, precisa ser entendido em relação às redes de conhecimento que os mobilizam e (re)produzem (Altiok et al., 2020; Sukarieh et al., 2015).

Além disso, ao concentrar o problema do desemprego apenas para uma faixa etária específica, estes relatórios e outros documentos caracterizam os jovens como improdutivos para o capitalismo. Não apenas, mas os jovens ociosos ao capital geram inseguranças globais que ameaçam a ordem social liberal (Sukarieh et al., 2017). É nesta articulação discursiva que a relação com o nexos segurança-desenvolvimento ganha mais evidência, onde o desenvolvimento por meio do Estado democrático e fortalecido nos moldes liberais é usado de justificativa para impor soluções econômicas para problemas de segurança em sintonia com interesses de elites políticas (Distler, 2017; Sukarieh et al., 2017; Wai, 2020).

A segurança e o desenvolvimento são postos em uma situação cíclica, onde um depende do outro para acontecer e para criar soluções e, por isso, o modelo de desenvolvimento proposto carrega consigo um modelo de segurança específico (Paiva, 2021). Segundo Paiva (2021), o ponto central dessa correlação é entender que, a partir do momento em que falhas são apontadas dentro de um Estado e ele é considerado inadequado. Desse modo, para corrigir problemas de segurança em prol do desenvolvimento, “abre-se espaço para apontar quais são as ameaças e inimigos que devem ser combatidos” (Paiva, 2021, p. 47). É por meio deste discurso que os jovens são apresentados como um problema de segurança onde a melhor solução é a via econômica, ligada ao desenvolvimento, i.e., a criação de empregos (Sukarieh et al., 2016).

Posterior aos relatórios, teorias sobre *youth bulge* continuaram a ser mobilizadas para explicar o crescimento de conflitos armados, instigando a manutenção de políticas externas como a “Guerra ao Terror” e políticas de prevenção à violência extrema, focando em jovens árabes e reforçando a noção de que grupos étnicos não ocidentais são potenciais fontes de instabilidade e terrorismo, levando a suas securitizações (Altiok et al., 2020, p. 434-435). Como mencionado, são estereótipos que reproduzem construções coloniais sobre o Sul Global e o *outro* como perigos e atrasos para a ordem social (p. 438).

A securitização de jovens, com destaque para aqueles do Sul Global, fomenta a elaboração de políticas que ignoram as violências estruturais e as relações de poder desiguais que originam os conflitos, bem como a responsabilidade do Norte Global na produção de instabilidade ao redor do globo com políticas imperialistas (Altiok, 2021; Doty, 1996). A securitização reforça os jovens no lugar de problema a ser controlado e idealiza e limita suas participações (Sukarieh et al., 2017). Como será melhor abordado nos próximos capítulos, em processos de *peacebuilding*, por exemplo, programas são elaborados por meio de noções enviesadas, com foco na criação de emprego a curto prazo e desconectada do objetivo de construção da paz duradoura, o que os impede (Altiok et al., 2020; Izzi, 2013). Como argumenta Altiok (2021):

"On the one hand, the field of counterterrorism embraces the new narrative of "youth as peacebuilders" that is promoted by the youth, peace, and security agenda and invests in youth empowerment and inclusion programs. On the other hand, counterterrorism approaches continue portraying young people as "at risk" of violence and perceive them as susceptible to joining violent extremist groups"

O desenvolvimento pautado pelo modelo neoliberal apresenta apenas medidas paliativas para problemas com raízes muito mais profundas, o que ajuda a dar continuidade nas relações imperiais e no controle do Sul Global, mantendo as relações de poder assimétricas, evitando que haja uma instabilidade no sistema internacional (Paiva, 2021, p. 47-48). Essa busca por evitar a instabilidade é a lógica que vemos aplicada na cooptação de jovens como aliados e/ou *peacebuilders*, para que os mesmo não colaborem com uma possível instabilidade do *status quo* (Altiok, 2021; Sukarieh et al., 2017). Ao passo que as desigualdades são mantidas, as regiões continuam inseguras, facilitando relações imperiais (Doty, 1996) e a exploração predatória por parte de países desenvolvidos (Abbink, 2004; Altiok et al., 2020; Richmond, 2010).

Ademais, as ambiguidades presentes nestas construções abrem brechas para que a juventude seja vista e construída como inferior aos adultos e, mais especificamente, ao modelo liberal de sujeito visto como um adulto, homem, branco, hétero, autônomo, independente. Os parâmetros etários e caracterizações opostas ao modelo liberal de sujeito limitam as suas atuações e reforçam os jovens, em específico aqueles já marginalizados e construídos como *outro* (Allen, 1968; Berents et al., 2015; Honwana, 2012; McEvoy-Levy, 2011; Sukarieh et al., 2017). É nesse sentido que Allen (1968) argumenta que, independente de uma

generalização etária sobre os jovens, ela de maneira isolada nunca vai explicar as complexas experiências e realizadas das sociedades. Ou seja, a situação dos jovens precisa ser entendida em relação à estrutura e contexto no qual ele está inserido, não apenas em relação às suas idades e às taxas de desemprego. Segundo a autora:

“It is not ‘deviant’ not to be employed, or to take up ‘delinquent’ occupations if jobs do not exist or the achievement of reward is higher in delinquent than non-delinquent occupations. Not is it ‘unrealistic’ to leave school before completing the course, if continuing your education makes only a marginal difference to your occupational chances” (Allen, 1968, p. 326).

Ao estabelecer os jovens nesse local de *outro* em relação ao adulto, é também delimitado os moldes em que suas participações podem ser consideradas legítimas no internacional moderno. Elas são pautadas em termos de incompletude e incapacidade que informa o movimento ambíguo de exclusão e inclusão (Sukarieh et al., 2017). Nesse sentido, os jovens — do Sul Global, em contexto de (pós)conflito, vulneráveis e potenciais delinquentes — são articulados como desviantes ao ideal de juventude que deveria ser apenas uma transição e ao ideal de sujeito. E a externalização destes desvios é usada como justificativa e legitimação de propostas políticas neoliberais voltadas para o mercado e a empregabilidade destes sujeitos (Allen, 1968; Sukarieh et al., 2015).

No entanto, os jovens não são simples agentes passivos deste processo de securitização. Há uma complexa relação entre estruturas de paz e segurança em processos de *peacebuilding*, por exemplo, e a agência desses jovens. Mesmo com sua securitização, muitas ONGs lideradas por jovens continuam a engajar com atores tradicionais e instituições liberais, como o próprio exemplo da ASM evidenciou, por reconhecerem o espaço e oportunidades — mesmo que limitados — que podem advir destes diálogos (Altiok 2021). Entendendo que os relatórios acima estão pautados em entendimentos ocidentais e coloniais que ignoram o papel desempenhado pelo Norte Global na criação e fomento dos conflitos, diversos autores e ativistas buscam reestruturar esse discurso sobre a importância da presença dos jovens e o envolvimento deles na formulação de políticas, sem deixar de analisar criticamente movimentos de cooptação dos jovens como recursos para o neoliberalismo e para a paz liberal (Altiok et al., 2020; Altiok, 2021; Berents, 2018; Berents et al., 2021; McEvoy-Levy, 2011; Sukarieh et al., 2016).

Argumentando que os jovens são plurais e não fechados em apenas uma definição ambígua de juventude, esses autores questionam a maneira como os

jovens são articulados na política internacional. O principal ponto levantado é a necessidade em atender as demandas de jovens por participação que vão considerar suas atuações e iniciativas independentes, uma participação sensível aos seus cotidianos e que não são pautadas em dicotomias e hierarquizações na relação entre jovens e adultos, além de reconhecer as interseccionalidades que constroem estes sujeitos (Altiok et al., 2020; Altiok, 2021; Berents, 2018; Berents et al., 2021; McEvoy-Levy, 2011; Sukarieh et al., 2016).

Dentro dos estudos críticos de juventude, muitos autores reconhecem e defendem os jovens como atores políticos ativos, seja trabalhando, buscando refúgio, consumindo, participando de guerras e conflitos e construindo a paz (Abbin, 2006; Altiok, 2021; Berents et al., 2015; Berents et al., 2021; Huesca, 2019; Honwana, 2012; McEvoy-Levy, 2011; Pruitt, 2011; Weiss, 2020). Ou seja, como partes intrínsecas e fontes de conhecimento não apenas de espaços públicos/políticos, como também das Relações Internacionais (Watson, 2006a; McEvoy-Levy, 2011). Muitos movimento liderados por jovens (*youth-led*) em contexto de *peacebuilding* são incompatíveis e mesmo se posicionarem contra políticas de securitização ao defenderem reformas no sistema de justiça e criminal de seus países, questionando esse enquadramento de jovens como delinquentes em potencial. No entanto, isso não significa que os essas ONGs e movimentos atuam sem estabelecer diálogos com os Estados, muitas delas inclusive se utilizam dessa abertura no debate sobre os papéis dos jovens para mobilizar suas demandas e pressionar por políticas públicas, por reconhecerem essas ferramentas, mesmo que liberais, como oportunidades (Altiok, 2021, p. 5-6)

Diariamente eles encontram circunstâncias e relações de poder que inibem e/ou estimulam seus engajamentos políticos, principalmente porque muitas das atividades dos jovens no cotidiano vão de encontro e se opõem à individualização proposta pela paz liberal. Além disso, por meio da internet e de redes sociais, comunidades virtuais e redes de apoio formaram-se, facilitando a organização política. Os jovens não são apenas vítimas, suas experiências vão para além disso e são participantes ativos na construção da paz e negociando seus espaços no nível local, nacional e internacional (Berents et al., 2015).

2.5

Considerações finais

Os relatórios elaborados na primeira década do século XXI nos permitem entender como as construções discursivas sobre os jovens, discutidas na seção 1.2, ganham materialidade. Por meio de documentos oficiais, noções e signos são (re)articulados, (re)produzindo conhecimento sobre os jovens que vão ganhar materializada a partir de políticas externas. Ademais, a análise desses documentos nos ajuda a questionar a suposta neutralidade e vazio ideológico sobre essas construções, expondo a abordagem tendenciosa que constrói, principalmente os jovens do Sul Global como inferiores e patológicos em relação a um ideal de juventude, já construída como em transição, uma fase de inexperiência e incompletude, e em relação ao sujeito ideal canalizado na ideia de um adulto autônomo, independente, branco e homem (Allen, 1968).

O foco na criação de empregos, sugeridas nos relatórios, é uma articulação importante, nesse contexto, ao conectar agendas de segurança com agendas de desenvolvimento. Nessa relação, justificativas são criadas para orientar políticas vinculadas a exigências neoliberais como privatização, desregulamentação de mercado e redução dos gastos estatais e de proteções trabalhistas (Sukarieh et al., 2017). Ademais, a lógica de mercado não fica restrita à criação de empregos, afetando o funcionamento do Estado e a criação de políticas públicas voltadas para a educação, com a defesa de uma reestruturação do sistema educacional para que ele possa atender as demandas de mercado e produzir trabalhadores necessários ao sistema capitalista. No entanto, são estas mesmas políticas neoliberais que condicionam e mantêm as violências estruturais e desigualdades socioeconômicas das quais eles seriam responsáveis por sair e que vem deteriorando o mercado de trabalho e as oportunidades de emprego não só para os jovens, mas para toda população (Sukarieh et al., 2008).

Construídos como *outro*, os jovens têm suas agências silenciadas e suas participações limitadas. Quando agem dentro das normas de participação são validados enquanto agentes da paz, quando questionam a ordem social na qual estão inseridos são considerados de manipuláveis a delinquentes, como McEvoy-Levy (2011) exemplifica ao elaborar sobre os jovens palestinos, suas exclusões são reforçadas, bem como seus *status* negativo. Nestes casos, a externalização dos seus desvios do sujeito ideal — jovens, não-brancos, inexperientes, dependentes,

delinquentes — é usada para justificar políticas de contenção e controle ao mesmo tempo em que políticas de inclusão são criadas, defendendo suas participações políticas nos moldes liberais (Sukarieh et al., 2016).

Buscando estabelecer um diálogo e meio-termo entre esses extremos, Altiok et al. (2020) defendem a necessidade de programas e políticas que vão considerar as desigualdades e exclusões de jovens no meio político ao nível de tomada de decisões, articulando este argumento a partir de debates sobre inclusão nos processos de *peacebuilding*. Para estes autores, a Agenda Juventude, Paz e Segurança pode ser considerada um arcabouço normativo na qual os jovens podem utilizar para demandar suas inclusões políticas em espaços institucionalizados. Isto não significa, no entanto, que práticas pautadas no tokenismo deixaram de existir com a criação de normas de inclusão voltadas para os jovens. Tensões presentes nas suas construções ambíguas provavelmente continuarão a indicar a elaboração de políticas no nível local e global (Altiok et al., 2021).

A fim de entender melhor o funcionamento da agenda JPS e seus desdobramentos, no próximo capítulo faço um breve resgate sobre os debates de inclusão, participação e como eles são mobilizados em relação aos jovens, visto que a participação é um dos cinco pilares presentes na agenda JPS e o principal argumento mobilizado mediante debates sobre a inclusão de jovens.

3

A participação política e o papel dos jovens

3.1

Introdução

A Resolução 2250 do Conselho de Segurança (CS) da ONU, aprovada em 2015, inaugurou a agenda Juventude, Paz e Segurança (JPS) e destacou a importância dos jovens para a construção da paz estável e duradoura. Entre seus apontamentos, a agenda incentiva a **inclusão** de jovens em todos os níveis de tomada de decisão e suas **participações** em processos de *peacebuilding*, considerando suas perspectivas, necessidades e iniciativas (ONU, 2015a). Essa agenda compõe uma rede de debates, documentos normativos e agendas que defendem a inclusão de atores da sociedade civil em processos de paz e que vem crescendo desde o final da Guerra Fria.

Ao longo destas décadas, os jovens foram incluídos e excluídos da política internacional por meio de construções ambíguas e concomitantes, considerados delinquentes, vítimas e vulneráveis e/ou agentes políticos a depender do contexto local e global. Em processos de assimilação e diferenciação, a categoria juventude foi construída com a noção de adulto (sujeito ideal) e criança como referenciais normativos (Sukarieh et al., 2015). Nos anos mais recentes, devido ao aumento no recrutamento de jovens por grupos armados não-estatais, sua inclusão em debates de segurança ganhou relevância, junto a preocupações e estratégias internacionais sobre a prevenção da violência extrema e o perigo da radicalização da sociedade civil, de maneira geral, e dos jovens, de maneira específica (Altiok, 2021). Para além das construções supracitadas e semelhante ao que McEvoy-Levy (2011) articula sobre os jovens serem considerados recursos para o futuro e agentes da paz (*peacebuilders*), Berents (2020) analisa que para além de vítimas ou delinquentes, algumas crianças e jovens são construídos enquanto excepcionais. A imagem dos jovens como excepcionais seria uma evolução de suas posições de vítimas. Seriam aqueles que vão além do que lhes é esperado e são assimilados como exemplos a serem seguidos (Berents, 2020).

Parte deste debate, a agenda JPS surge a partir de uma grande mobilização de jovens ativistas e atores políticos envolvidos em processos de *peacebuilding* para que a juventude seja reconhecida como importante contribuidora para a construção de uma paz duradoura (Berents et al., 2021). No entanto, o contexto político internacional e seu vínculo institucional levanta questionamentos acerca de sua

eficácia e propósito, uma vez que identidades e políticas são estabilizadas e alinhadas discursivamente com propósitos dúbios e em prol de agendas neoliberais (Distler, 2017; Sukarieh et al., 2017). Desse modo, longe de invalidar as participações, agências e contribuições de jovens, considerando-os enquanto *peacebuilders*, argumenta-se que a inclusão jovens e sua mobilização junto a políticas de paz e segurança precisa ser considerada e analisada em relação aos contextos nos quais estão inseridos, bem como a partir de quais construções de conhecimento suas participações são defendidas (Sukarieh et al., 2015).

O objetivo deste capítulo, portanto, é entender como o debate sobre inclusão e, decorrente dele, o debate sobre participação, são construídos enquanto norma, i.e., como a participação de jovens por meio da defesa de suas inclusões em processos de paz é estruturada a partir de uma concepção normativa da categoria juventude, analisada no capítulo anterior (Berents et al., 2021; Altioek et al., 2020). A participação, neste trabalho, é entendida como uma derivação, uma ferramenta auxiliar, à norma da inclusão da sociedade civil em processos institucionais de construção da paz (Mendes, 2021). Neste sentido, os jovens que ativamente trabalham em prol do fim dos conflitos são considerados “excepcionais”, agentes da paz, e sua participação em diferentes estágios de processos de *peacebuilding* é defendida a partir do já amplamente explorado debate sobre inclusão da sociedade civil em práticas institucionais (Berents et al., 2021).

Esse esforço servirá para que no próximo capítulo seja possível averiguar a criação e o desdobramento da agenda JPS de maneira crítica. Para isto, a fim de entender posteriormente o que se configura enquanto participação da sociedade civil e de jovens em processos de *peacebuilding*, na seção 2.2 é feita uma breve contextualização sobre os debates acerca da inclusão de novos atores da sociedade civil nos processos de *peacebuilding*, sobre as normas e diretrizes que cercam este tópico e sobre como os atores não-tradicionais ganharam o holofote em debates sobre resolução de conflito. É analisada também quem é a sociedade civil e quais são suas contribuições para a construção e manutenção da paz.

A seção 2.3 aprofunda a temática a partir de um debate teórico sobre participação da sociedade civil e quais termos ela é proposta, bem como colocada em prática. Com a contribuição de autoras como Mendes (2011) e Paffenholz (2014) é analisada a participação como ferramenta para a inclusão de novos atores, o que significa participar e quais os níveis de participação possíveis dentro de processos de *peacebuilding*. Além disso, é explorado também como há, por vezes,

a cooptação de atores não-tradicionais a partir de uma participação simbólica ou em termos liberais. Isto acontece devido ao incômodo que a inclusão da sociedade civil em processos de paz gera em atores tradicionais, como os Estados e os grupos armados. Ou seja, apesar de empiricamente necessária para a durabilidade da paz (Paffenholz, 2014), a participação e perspectivas destes atores é ainda considerada prejudicial para espaços de negociações de acordos de paz devido a possível pluralidade de opiniões e demandas (Mendes, 2021).

Conforme a atuação de atores não-estatais cresceu nestes espaços, diferentes modelos e tipos de participação foram elaborados, tanto na teoria, quanto na prática, e alguns desses modelos serão aqui comentados na tentativa de identificar como os jovens navegam os conflitos, negociando suas participações. Será brevemente comentada também a relação entre participação e representação política, propondo-as enquanto complementares em prol da inclusão. Foge ao escopo deste trabalho definir ou defender um modelo ideal de participação.

Em seguida, a seção 2.4, à luz dos debates acima e de debates sobre a paz cotidiana, aborda especificamente a participação das juventudes na política internacional, de maneira geral, e nos processos de paz, de maneira específica. A seção passa pela análise de jovens no cotidiano dos conflitos, como eles navegam e constroem significados e quais iniciativas nascem de suas agências, contradizendo estudos que os retratam como propensos à violência e destacando a importância da atuação de jovens, seja de maneira informal e independente no local ou por meio de instituições. A seção finaliza com o exemplo do ativismo de Malala Yousafzai, argumentando haver uma complexa relação entre as inclusões/participações de jovens em meios institucionais e a instrumentalização de suas imagens. Malala teve sua imagem mobilizada como exemplo de jovem excepcional a ser seguido ao mesmo tempo em que suas críticas ao ocidente eram silenciadas.

3.2

A inclusão da sociedade civil nos processos de paz

O final da Guerra Fria e o começo do século XXI evidenciaram transformações nos conflitos internacionais. A natureza dos conflitos havia mudado, assim como a maneira que eram percebidos internacionalmente e as propostas de solução. As “novas guerras”, como as chama Kaldor (2012), eram

caracterizadas por relações de poder mais complexas devido à incorporação de novos atores, como grupos armados não-estatais. Neste sentido, mudanças normativas e práticas sucederam-se para melhor lidar com os conflitos (Mendes, 2021; Tschirgi, 2018). Os processos de paz podem ser considerados um amplo projeto que abarca desde as operações de paz, as primeiras negociações de paz, seguindo para mediações, e projetos de *peacebuilding* que se desdobram a longo prazo (Mendes, 2021). Já o termo *peacebuilding* ou construção da paz, em seu sentido normativo, é definido pela ONU como um processo que envolve o fortalecimento das capacidades nacionais por meio de diversas medidas e projetos, a fim de aplacar o conflito e evitar sua reincidência (ONU, 2010).

Entre suas muitas definições dentro dos estudos de paz e conflito, o processo de *peacebuilding* pode ser entendido com o propósito de gerar reformas estruturais para solucionar o conflito e as contradições políticas que os ocasionaram. Desse modo, processos de *peacemaking*, considerado em seu aspecto normativo como a etapa de negociações entre as partes envolvidas, e *peacekeeping*, considerado a alocação de profissionais em contextos de pós-conflito para ajudar a manter a paz e segurança (Autesserre, 2014, p. 21, apud. Mendes, 2021, p. 31) são por alguns entendidos como parte de processos de *peacebuilding* a longo prazo (Mendes, 2021, p. 30). Nesta junção, é questionada a temporalidade e divisão moderna dos processos de paz em etapas diferentes, uma vez que “it is difficult to establish when peacebuilding begins or ends” (p. 31). Com o propósito de coerência, aqui o termo *peacebuilding* terá como definição o exposto acima, seguindo o que foi articulado por Mendes (2021): “[a] long-term process of trying to bring about peace to a violent conflict, including preparatory and negotiation phases as well as the posterior implementation of peace agreements” (Mendes, 2021, p. 31).

Ainda segundo a ONU, para que o *peacebuilding* seja possível, suas estratégias precisam estar alinhadas e contar com o envolvimento de toda a sociedade, incluindo agências governamentais locais e nacionais, comunidade civil e atores internacionais e externos, como doadores e a própria ONU. Desse modo, a inclusão de novos atores é necessária em todos os níveis dos processos de construção da paz, com a presença e participação de grupos marginalizados nas tomadas de decisão, nas propostas de resolução de conflito, que precisam entender como eles navegam os conflitos e os cotidianos, nos programas desenvolvidos, nas possíveis parcerias com empresas privadas e em investimentos e em relação à proteção destes mesmos grupos (ONU, 2010, p. 5-6).

Entre as mudanças propostas em processos de paz está o suposto afastamento de uma abordagem tecnocrática em como lidar com os conflitos, que possui em sua essência o foco na atuação particular dos Estados como únicos atores legítimos, a fim de incluir cada vez mais outros atores e partes envolvidas, como grupos armados não-estatais e atores terceiros para atuar como mediadores e facilitar o processo de reconciliação (Berents et al., 2021; Lanz, 2011). As mudanças em como lidar com as “novas guerras” são consideradas necessárias porque as abordagens predecessoras em seus modelos prévios encontraram cada vez mais resistências locais devido a suas características intervencionistas, dificultando a implementação. Com poucos resultados positivos e duradouros, os processos de paz eram criticados por serem apenas uma projeção ideológica do Norte Global sobre o Sul Global (Mac Ginty et al., 2013).

Neste mesmo período, ocorreu na disciplina de Relações Internacionais uma abertura epistemológica, metodológica e ontológica, facilitando a inserção de novas abordagens, atores e teorias nos debates sobre a ordem mundial, seu funcionamento, sobre questões de segurança e desenvolvimento, entre outras temáticas (Tschirgi, 2018). No âmbito da ONU, em 1992 foi criada a “Agenda para Paz”, que propôs um novo panorama sobre os conflitos, suas resoluções e normas em termos de *peacebuilding*, com o enfoque na transição de uma sociedade em conflito para um contexto de paz (ONU, 1992; Tabak, 2009).

Inerente às mudanças propostas pelo *peacebuilding*, estava o entendimento de que é necessário também combater as violências estruturais (Galtung, 1969) que envolviam variáveis para além do conflito armado, como combater os problemas estruturais que principiaram o conflito, as assimetrias de poder e as desigualdades socioeconômicas. Os processos de paz, desse modo, objetivaria reestruturar as sociedades permeadas pelo conflito em prol do estabelecimento de uma paz duradoura e preventiva, tornando os processos de paz projetos a longo prazo (Barnes, 2002; Galtung, 1969; Mendes, 2021).

Concomitante a essas mudanças e transformações na política internacional, o ativismo civil sobre questões de segurança, conflitos e processos de paz cresciam. Produções acadêmicas, ONGs e ativistas ao redor do mundo defendiam a inclusão e maior participação de atores locais e da sociedade civil nos processos de *peacebuilding* (Berents, 2022). As demandas sobre maior envolvimento partiram da percepção de que não fazia sentido que aqueles que sofriam as consequências da guerra ficassem de fora da sua resolução (Kew et al., 2008; Mac Ginty et al., 2013).

Não apenas, eles se envolvem e trabalham essas temáticas em seus cotidianos com projetos independentes voltados para aqueles em situação de vulnerabilidade, debates educacionais em escolas e por meio de suas resiliências ao navegarem os conflitos (Berents, 2018).

Para Hellman et al. (2010), por exemplo, os atores não-tradicionais são essenciais na constituição da segurança global e local e no questionamento de construções naturalizadas (Hellman et al., 2010). Suas inclusões podem contribuir em diluir os obstáculos na implementação dos acordos de paz e priorizar a solução de problemas estruturais e socioeconômicos, ajudando na fiscalização da atuação dos atores responsáveis e no desenrolar do processo e fornecendo conhecimento local sobre o conflito, assim como novas análises e perspectivas de como resolvê-lo em programas de Track II (Paffenholz, 2014, p. 73-74). Esses argumentos são apoiados por trabalhos empíricos com evidências que relacionam a durabilidade da paz com o envolvimento civil. Como comenta Paffenholz (2014) sobre o trabalho de Nilsson (2012, apud. Paffenholz, 2014):

“Last, Nilsson found in her statistical analysis that the involvement of civil society in peace negotiations has made peace agreements more durable (Nilsson 2012). [...] Out of the eighty-three peace agreements she examined, twenty-eight included civil society participation, and twenty-two also included one or more political parties. In sum, she concludes that civil society inclusion does have a positive effect on the sustainability of post-settlement peace. At the same time, she acknowledged that her statistical analysis did not capture the number of civil society actors involved nor how they were included” (Paffenholz, 2014, 74).

A sociedade civil é aqui entendida como heterogênea e com diferentes tipos de organização social, bem como variados níveis de autonomia interna. É um amplo termo que contempla uma vasta concentração de grupos, associações/organizações, instituições não-governamentais, comércios e empresas. São diferentes grupos que se entrelaçam e atravessam múltiplas categorias de raça, gênero, sexualidade, religião, etnia, classe, etc. e que podem ou não apresentar interesses em comum, como questões de direitos humanos, étnicas, sobre saúde e educação, entre outros. Desse modo, suas bordas e definições são imprecisas e não universais e suas relações internas são complexas e dinâmicas (Kew et al., 2008; Young, 1990, p. 43-44, apud. Mendes, 2021, p. 142).

Esses fatores, então, contribuíram para a abertura do campo de Relações Internacionais, de maneira geral, e dos estudos de paz e segurança, de maneira específica, na teoria e na prática, tornando o local, suas demandas, perspectivas e

necessidades mais visíveis e impossíveis de ignorar e levando a compreensão de que, para a construção e estabelecimento de uma paz duradoura é necessário a adesão da sociedade civil em todos os níveis do *peacebuilding* (Berents et al., 2021; Mac Ginty et al., 2013). Forjando novos parâmetros teóricos, essas mudanças e transformações normativas e práticas inauguraram o que muitos autores chamam de “virada local”, promovendo a inclusão de novos atores nos processos de paz em todos os níveis (Mac Ginty et al., 2013). Entre os novos atores não-estatais podemos apontar organizações não-governamentais (Tschirgi, 2018), as mulheres (Hansen, 2000), as crianças (Watson, 2006b) e, primordial para essa dissertação, os jovens (Berents, 2015; Hellman et al., 2010).

Um exemplo de mudança normativa é a criação da agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS), inaugurada com a Resolução 1325, em 2000. A agenda MPS é pioneira como instrumento normativo que defende e institucionaliza a participação de novos atores, especificamente as mulheres, e contribui com a ampliação desta temática (Berents et al., 2021, ONU, 2000). Sua criação foi resultado de grande ativismo de mulheres que, ao longo dos anos, exigiram proteção e o maior espaço ao longo de todo o processo de paz e defenderam a necessidade de um entendimento crítico sobre a relação entre gênero e segurança nos conflitos (Jansson, 2016). Entre outros pontos, a agenda MPS reconhece que

“an understanding of the impact of armed conflict on women and girls, effective institutional arrangements to guarantee their protection and full participation in the peace process can significantly contribute to the maintenance and promotion of international peace and security” (ONU, 2000, p. 2).

Após sua aprovação, outras resoluções surgiram, assim como Planos Nacionais de Ação (PNA) de Estados-membros da ONU para a sua implementação, com orientações e diretrizes de como introduzir questões de gênero e a participação de mulheres nas resoluções de conflito e na construção da paz (Lyytikäinen et al., 2021). Desde então, diferentes processos de *peacebuilding* já utilizaram a agenda MPS para defender mudanças normativas a fim de institucionalizar a inclusão de novos atores, como as mulheres, tornando a agenda um arcabouço normativo, um conjunto documental que as organizações e grupos da sociedade civil podem apoiar-se para cobrar ações dos Estados.

No entanto, apesar de avanços nos debates, formulações teóricas e orientações normativas, a inclusão prossegue como uma noção imprecisa. Sua incorporação nos processos de paz acontece de maneira controlada e

instrumentalizada, principalmente devido ao teor de legitimidade que implica ao processo, levando à despolitização da sociedade civil e de atores não considerados essenciais (Lanz, 2011; Mendes, 2021). O controle atrelado às suas presenças limita possíveis contribuições e permite a ausência de perspectivas críticas na prática de inclusão, transformando-a em ferramenta meramente simbólica e útil para legitimar abordagens já estabelecidas. Neste sentido, Mendes (2021) argumenta que a inclusão por si só não define os termos políticos em que ela vai acontecer, quais grupos serão beneficiados e quais serão as contribuições (Mendes, 2021).

Uma das justificativas para tal inclusão controlada e instrumentalizada é encontrada na heterogeneidade das sociedades civis e nas múltiplas vozes e perspectivas que ela engloba, visto por muitos como prejudicial para os processos de paz. Isso porque quando há grande variedade de interesses e representações ao longo das etapas do *peacebuilding* é mais difícil chegar a acordos e decisões (Spector, 1994, apud. Kew et al., 2008, p. 22). Ademais, alguns conflitos podem ser tão densos e violentos que o envolvimento de outros atores para além das partes beligerantes e um mediador pode dificultar ainda mais suas resoluções (Paffenholz, 2014). Em contra-argumento, outros autores (Kew et al., 2008; Lanz, 2011; Paffenholz, 2014) explicam que ao contribuir com diferentes e múltiplas perspectivas, a inclusão da sociedade civil ajuda a entender melhor a complexidade cotidiana do conflito (Kew et al., 2008). E mesmo em conflitos mais violentos e densos suas amenizações e prevenções podem acontecer a partir de abordagens que partem do local. São casos como no Mali (Barber, 2009; Kew et al., 2008) e nas Filipinas (Huesca, 2019), onde a experiência de atores locais, que vivenciam o cotidiano dos conflitos, tiveram mais influência junto aos combatentes e outros envolvidos em grupos armados do que líderes políticos tradicionais.

Isto posto, o envolvimento de atores não tradicionais na prática do *peacebuilding* encontra-se constrangido e limitado. Apesar de consideráveis avanços, o cerne dos processos de paz e seus desdobramentos, em grande maioria, continuam os mesmos, com foco na securitização do processo e daqueles envolvidos em sua implementação, seguindo parâmetros neoliberais de reestruturação estatal e de mercado. Para Mac Ginty e Richmond: “[it] illustrates the way the local is securitised and modernised in Western liberal and neoliberal terms, rather than supported in its local struggle for peace” (2013, p. 776).

A predominância da paz liberal leva ao constante estabelecimento de políticas e estratégias top-down em relação ao contexto local, individualizando

e constringendo os processos de inclusão e tornando-os incompatíveis com as necessidades cotidianas daqueles no local (Lanz, 2011; Mendes, 2021; Richmond, 2009; Tadjbakhsh, 2011). A paz liberal, associada ao nexos segurança-desenvolvimento, por uma perspectiva crítica, é considerada um modelo cujo objetivo é transpor em sociedades do Sul Global práticas sociais, políticas e econômicas e, desse modo, estabelecer determinada ordem social para controlar conflitos civis (Mendes, 2021, p. 38). Para Richmond (2009), a paz liberal é um projeto com foco na (re)estruturação do Estado moderno (*statebuilding*) sem vínculo com culturas locais, sem prioridade com o bem-estar social e que acontece de maneira coerciva, principalmente devido ao seu caráter primário intervencionista. Por meio de instituições internacionalmente reconhecidas, é estabelecido com o local uma relação hierárquica e antiética (Richmond, 2009, p. 558) que, segundo o autor:

“lies in its reflection of the ‘coldness’ (that is, its concern with elites and states rather than society, community, and everyday experience) of just war thinking, democratic and market oriented institutionalism, and justice oriented, mainly Western ontologies – from which arise its related epistemology and methodologies” (Richmond, 2009, p. 569).

Por conseguinte, o *peacebuilding* pautado pela paz liberal limita as possibilidades de inclusão e privilegia elites políticas locais ao defender um pacote liberalizante, os quais criam barreiras e hierarquias que excluem comunidades locais (Berents et al., 2021; Richmond, 2009). Com propostas que reduzem a agência ao individualismo e priorizam as demandas do mercado, a agência coletiva e comunitária é constringida e considerada incômoda por sua possível pluralidade política (Richmond, 2009). Desse modo, ainda que a proposta inicial da inclusão de novos atores pretendesse quebrar com o tradicionalismo nos processos de paz e proporcionar soluções coletivas e duradouras, na prática ela passa a funcionar como ferramenta de legitimação da paz liberal, com a inclusão despolitizada da sociedade civil (Lanz, 2011; Mendes, 2011).

A inclusão, dessa maneira, precisa ser analisada criticamente para que interesses e necessidades de grupos minoritários não sejam silenciados (Mendes, 2021). Assim como tudo no mundo político, ela não ocorre em um vácuo moral e, de acordo com Lanz (2011, p. 292): “[n]orms and values play a legitimate role in peace negotiations, and practical effectiveness is not the only benchmark by which mediators are evaluated”. Sua operacionalização idealizada inicialmente continuará

sendo um desafio, uma vez que para isso é necessária a redistribuição de poder em todas as etapas dos processos de paz, reconhecendo as comunidades em sua diversidade e, assim, pautando uma inclusão crítica (Berents et al., 2021).

Entre os “novos atores” que ganharam espaço e destaque nas últimas décadas estão as juventudes ao redor do mundo. Em relação a contextos de conflito e pós-conflito, muitos autores argumentam que a inclusão de jovens é essencial para a construção da paz, assim como suas perspectivas e motivações que os mantém afastados de grupos armados (Agbibo, 2015; Altiok et al., 2020; Berents et al., 2021; Huesca, 2019; McEvoy-Levy, 2013; Pruitt, 2011; entre outros). Todavia, sua limitação em uma temporalidade pré-vida adulta, em um limbo de transição somado ao crescente debate sobre suas importâncias e agências contribui para que, dentro do modelo de paz liberal, sua inclusão predomine em termos simbólicos em prol de propagar internacionalmente a imagem do processo de paz enquanto legítimo quando, na prática, sua marginalização é mantida. Segundo DeGraaf (2018, p. 23):

“They are listened to even less, their participation drops even further, as they are used as token participants in peacebuilding processes, at best, and may be spoken on behalf of, or may be even completely ignored and patronized, at worst”.

3.3

Debate teórico sobre participação

Os processos de paz, apesar de serem consideradas oportunidades de transformar as estruturas sociais e políticas de sociedades em conflitos, deixam a desejar em termos de inclusão de atores historicamente marginalizados, como mulheres, sujeitos racializados, jovens e crianças (Altiok et al., 2021). A principal instância onde sua exclusão se torna evidente está nos primeiros estágios do processo de *peacebuilding*, durante as negociações dos acordos de paz. As negociações são caracterizadas pelo envolvimento de grupos beligerantes envolvidos no conflito, sem a voz e a perspectiva de grupos da sociedade civil nas tomadas de decisão (Barnes, 2002; Mendes, 2021). Sem a participação direta da sociedade civil ao longo dos processos de paz, desde os primeiros estágios de sua elaboração até a sua implementação em projetos e políticas, a fiscalização e responsabilização sobre os atores envolvidos torna-se uma tarefa enredada

(Paffenholz, 2014). Desse modo, a inclusão sem a participação da sociedade civil em todas as etapas torna-se apenas simbólica e utilitária (Mac Ginty et al., 2013; Lanz, 2011). Como argumenta Mendes (2021), a variedade de atores ainda é considerada um incômodo e prejudicial para os acordos de paz por, possivelmente, complicar o processo.

Para além do arcabouço normativo sobre inclusão fornecido pela ONU, a participação da sociedade civil é defendida também em termos de direitos humanos (Barnes, 2002). Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o artigo 21, parág. 1, informa que: “Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (UNICEF, 1948)². Já o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos garante em seu artigo 25 que todo cidadão tem o direito de “participar da condução dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos” (ONU, 1966). Além disso, Young (2000) argumenta que em democracias, para haver um funcionamento adequado e ideal, a participação civil é um requisito, independente da forma que tomar, e que a instituição democrática deve prover os meios para que tal participação aconteça, principalmente em relação aos grupos historicamente marginalizados, promovendo diálogos plurais (Young, 2000, p. 125-132).

No entanto, embora não seja incomum a inclusão de atores e organizações da sociedade civil nos processos de paz — com a ocorrência em cerca de um terço dos casos (Paffenholz, 2014, p. 74) —, a inclusão por si só não garante a participação e a adesão e apoio da sociedade na totalidade nos acordos finais (Barnes, 2002; Mendes, 2021; Paffenholz, 2014). O “dilema entre inclusão e eficácia” (Mendes, 2016, p. 47) levanta questionamentos sobre quem é incluído, como se dá sua participação e quem é representado a partir dela. Mais comum, na maioria dos casos, é a inclusão pós-acordos, em iniciativas e programas posteriores aos acordos, como a criação de empregos, treinamentos voltados para o empreendedorismo, programas de DDR e em facilitar a implementação de serviços e políticas (Kew, 2008; Lanz, 2011).

Por reconhecer esta variação nos tipos e níveis de inclusão da sociedade civil e sua imprecisão normativa, diferentes autores debatem o que exatamente significa participar e os meios pelos quais a participação pode ser exercida nos

² Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>.

processos de *peacebuilding* e em relação à inclusão debatida acima (Kew et al., 2008; Lanz, 2011; Paffenholz, 2014). Afinal, as participações são espaços de disputa política caracterizadas por dinâmicas de inclusão e exclusão que, por sua vez, afetam a efetividade dos processos de paz (Paffenholz, 2014).

Por ser uma noção imprecisa, a participação se torna falha ao buscar resultados ignorando disputas políticas históricas e desigualdades socioeconômicas (Mendes, 2021, p. 18). Para sua efetividade é necessário que os veículos para sua implementação considerem esses fatores e como as comunidades locais os percebem e os negociam em seus cotidianos, seja em termos de participação direta ou indireta — como em casos de representação política. A representação política, aqui é entendida como complementar às estratégias de participação e necessária para a inclusão da sociedade civil em processos de *peacebuilding*, visto que a participação direta e massiva de toda a sociedade se torna um feito complexo, se não impossível (Barnes, 2002; Young, 2000). Ou seja, para que a inclusão de atores da sociedade civil seja benéfica para a resolução dos conflitos, é necessário que a participação, dela derivada, aconteça vinculada ao seu caráter político, onde todos os membros da sociedade sejam representados por aqueles envolvidos. De acordo com Young (2000): “Mechanisms for such specific representation of marginalized social groups can involve state institutions, such as voting schemes, electoral rules, and rules about the appointment of commissions and the conduct of hearings” (Young, 2000, p. 8).

Os modelos de representação política precisam refletir as vozes daqueles excluídos e marginalizados. Em sua versão mais adequada para cada contexto, deve incorporar em discussões públicas visões plurais como forma de incluir indiretamente quem não está fisicamente presente. Desse modo, apesar da inevitável exclusão em termos de presença, a representação adequada consegue evitar que os espaços sejam dominados por elites políticas e grupos privilegiados (Young, 1990, apud. Mendes, 2021, p. 142). Em outras palavras, para que a participação da sociedade civil nas negociações seja efetiva é necessário refletir criticamente os mecanismos para sua participação e quem serão seus representantes quando necessário (Young, 2000). A representação política adequada garante uma participação efetiva — mesmo que indireta — em processos políticos, como o *peacebuilding* (Mendes, 2016).

Como e por meio de quais representantes a participação acontece depende de cada contexto. Não existem fórmulas prontas para serem aplicadas em todos os

casos porque o próprio tipo de participação e envolvimento social e como ele pode acontecer depende da estrutura e da cultura de cada sociedade (Barnes, 2002). Não obstante, alguns autores exploram exemplos de representação política e envolvimento social em processos de paz e como eles contribuem positivamente para a durabilidade da paz, como na Irlanda do Norte, onde as partes que iriam negociar a paz foram democraticamente eleitas (Barnes, 2002, p. 8).

Ademais, ao analisar diferentes modos de participação da sociedade civil, foi também percebido que dificilmente os grupos e organizações sociais se envolvem politicamente ao longo das negociações, quando elas acontecem apenas entre os atores tradicionais, como por meio de protestos. A participação, então, em muitos casos começa autogerada, de baixo para cima, tornando-se fator propulsor de mudanças no nível político/governamental (Barnes, 2002; Kew et al., 2008; Paffenholz, 2014). De qualquer forma, entende-se que a participação é importante para garantir que as partes durante as negociações não priorizem apenas seus interesses particulares e para que as necessidades e preocupações daqueles que vivem cotidianamente o conflito sejam endereçadas (Barnes, 2002; Kew, 2008; Lanz, 2011; Paffenholz, 2014).

Em relação aos diferentes tipos de participação, comentados abaixo, para Barnes (2002) o máximo a ser alcançado é um lugar nas mesas de negociação com poder de tomada de decisão e o mínimo são mecanismos primários de consulta e recomendações. Nas consultas, a sociedade civil pode expressar suas principais preocupações e necessidades, assim como suas recomendações para a resolução do conflito (Barnes, 2002, p. 8). Já Paffenholz (2014) entende que protestos são também formas de participação e que podem influenciar indiretamente as tomadas de decisão em processos de paz. Além disso, para a autora, o que vai determinar o tipo de participação é também o contexto do conflito, sua intensidade e que na maioria dos casos quaisquer iniciativas vai partir da sociedade civil e quanto menos direta o tipo de inclusão, mais fora do controle de atores tradicionais e mediadores a participação estará (p. 89).

Em suas pesquisas e estudos de caso, Paffenholz (2014, p. 76-77) categorizou nove modalidades para a participação que vão variar nos níveis de participação da sociedade civil, transformados em tabela por Mendes (2016, p. 45-46) com uma divisão em três níveis (direta, moderada e indireta). Elas são:

Tabela 1 – As nove modalidades de inclusão

Tipo de Inclusão	Modalidade
	1) Representação direta na mesa de negociações, em delegações próprias ou

Fonte: Mendes (2016, p. 45-46).

Semelhante a Mendes (2016), Kew et al. (2008) também explora o nível da participação entre alto, moderado e baixo e argumenta que o nível alto/direto é quando há a presença de atores da sociedade civil nas mesas de negociações, o nível moderado é quando não há um assento para a sociedade civil, mas sua influência permanece na agenda das negociações, e por fim, o nível baixo/indireto é quando a sociedade civil não possui acesso ou qualquer tipo de influência nas negociações (Kew et al., 2008, p. 25; Mendes, 2016, p. 45-46). Ademais, Kew (2008) argumenta que o nível de participação está associado com o resultado dos processos de paz e a durabilidade da paz. Quando há maior envolvimento da sociedade civil, a reincidência dos conflitos acontecem em menos casos conforme o país passa por estágios de reconciliação, desmobilização militar, desarmamento e reintegração de insurgentes. As múltiplas perspectivas políticas contribuem na identificação dos problemas e em soluções coletivas (Kew, 2008, p. 25-26).

Para além do *peacebuilding*, alguns autores (Berents, 2018; Mac Ginty, 2014; Richmond, 2009) focam em como a paz se apresenta nas relações diárias entre os integrantes de determinadas sociedades. A paz cotidiana (*everyday peace*) é definida por Mac Ginty. (2014) como práticas sociais utilizadas pelos cidadãos para navegar sociedades divididas e/ou em conflito. São práticas rotineiras que facilitam as interações sociais e amenizam as desavenças. Consideradas por ele como medidas *bottom-up*, iniciadas no local, a paz cotidiana evidencia o que é excluído pela paz liberal ao reconhecer a heterogeneidade dos grupos, a fluidez das

relações sociais e a importância do ambiente e contexto para lidar com os conflitos (Mac Ginty, 2014, p. 553-555).

A paz cotidiana envolve as relações sociais e inter e intragrupos, envolve navegar as normas implícitas do cotidiano por meio de contatos com a comunidade. Imigrantes e refugiados, por exemplo, navegam tais regras de conduta social buscando se adaptar aos seus novos contextos, principalmente em sociedades altamente divididas. Outro exemplo é o de mães que, por meio da maternidade, relações sociais podem ser estabelecidas entre grupos diferentes, comportamentos são adaptados, modelados e replicados (Mac Ginty, 2014, p. 553-554). De acordo com Mac Ginty: “The strategies used by individuals and groups (e.g. avoiding contentious conversation topics) rely on reciprocity, or an unspoken pact whereby actors agree to abide by the same ground rules and operate within broadly shared parameters” (Mac Ginty, 2014, p. 554).

São essas práticas sociais que abrem espaço para inovação, criatividade e improvisação nas relações sociais, com o potencial de contribuir para a formação de paz de diversas formas, desde micro solidariedades entre os sujeitos de diferentes grupos sociais até iniciativas voltadas para a construção de pontes e diálogos entre grupos/comunidades em conflitos, com a transgressão de normas sociais e o questionamento da ordem vigente (Berents, 2018; Mac Ginty, 2014). Como mencionado acima, o exemplo de participação que aconteceu no Mali, com o envolvimento de atores da sociedade civil na formação de diálogos entre comunidades que divergiam entre si, evidencia a diferença que não apenas a inclusão de atores locais proporciona, como também a importância de atuações que considerem tradições culturais presentes no cotidiano (Barnes, 2002, p. 9).

Em relação à juventude, Berents (2018) explica que eles vivem o conflito cotidianamente e, desse modo, entendem suas práticas, rotinas e eventos. Os jovens negociam e respondem às inseguranças postas a eles e olhar para essas práticas sociais é importante para complementar o argumento de que a maioria dos jovens nega e resiste a violência (Berents et al., 2021). É neste sentido que a autora defende o foco não só no cotidiano, mas na mobilização dos jovens em suas atividades diárias e como eles navegam o cotidiano para entender como o local é afetado de diferentes maneiras e quais os melhores caminhos para construir a paz (Berents, 2018).

Em argumento semelhante, Mac Ginty reforça que:

“Those involved in everyday peace and peace formation – community leaders, brave individuals and non-conformists – may be the very people who can be useful to international peace-support actors when they wish to intervene. Some might be co-opted into the formal peacebuilding realm. While others may choose to remain outside this realm, their contribution to the preservation and growth of bridging social capital is not to be underestimated and is often an invisible enabler of more formal attempts to build peace” (Mac Ginty, 2014, p. 560).

Portanto, o que estes trabalhos argumentam é que os mecanismos de inclusão e as participações derivadas deles, em seus variados níveis, obtiveram resultados positivos e contribuíram para a construção de uma paz duradoura. Arriscando soar repetitiva, é importante entendermos que a importância da participação da sociedade civil deve-se, principalmente, ao fato de que são esses atores locais e marginalizados que convivem com o conflito diariamente e conhecem suas origens, detalhes e consequências (Barnes, 2002). O envolvimento da sociedade civil, de maneira geral, e dos jovens, especificamente, diminui a possibilidade de reincidência dos conflitos por proporcionar múltiplas perspectivas sobre os problemas e violências estruturais que ocasionaram os conflitos e contribuíram para sua manutenção, contribuindo com soluções coletivas e que contemple todos os envolvidos (Barnes, 2002). Não só a inclusão direta, mas a transparência dos processos para a esfera pública garante o envolvimento por parte da sociedade civil, assim como melhor compreensão sobre o processo e fiscalização sobre a implementação dos acordos (Barnes, 2002, p. 7; Berents, 2018).

3.4

Inclusão e participação de jovens na política internacional

Nas últimas décadas o ativismo de jovens cresceu e, após muita pressão por parte deles, foi reconhecido pela comunidade internacional, acadêmicos e outros ativistas como importante para promoção da paz. Seja por meio de iniciativas independentes que mobilizam a comunidade local, como o estabelecimento de diálogo entre grupos conflituosos (Huesca, 2019), ou com conquistas em âmbitos institucionais, como a agenda Juventude, Paz e Segurança (Berents et al., 2021), suas participações diretas e indiretas tornaram-se foco do debate política internacional sobre segurança (Berents, 2022). Este holofote sobre a participação e o papel de jovens em contexto de conflito e pós-conflito, concomitante com as

mudanças institucionais sobre as normas de inclusão que aconteciam na ONU, fomentaram discussões sobre a importância de levar a categoria juventude em consideração em processos de paz (Berents et al., 2021).

Como em relação à sociedade civil e suas contribuições plurais para os processos de paz, a categoria juventude atravessa outras construções, como de raça, gênero, sexualidade, etnia, religião e classe, bem como as marginalizações apresentadas entre elas. Desse modo, suas diversidades tornam suas contribuições ricas em análises e possibilidade para entender melhor os problemas enfrentados por aqueles no local, suas necessidades a curto e longo prazo e elaborar soluções mais adequadas (Berents, 2018). Quando analisado o cotidiano é possível encontrar jovens participando de maneira independente em espaços comunitários e políticos. Eles trabalham, vivem e agem em suas comunidades, combatendo a violência e a marginalização e exclusão política (Berents, 2018; McEvoy-Levy, 2011). Em situação de insegurança e conflito, as relações sociais e os laços comunitários fomentam a resiliência e contribuem para que os jovens se coloquem contra a violência (Berents et al., 2015).

No cotidiano, podemos encontrar essas participações em atos diários de ir à escola e (Berents, 2015) participar de projetos culturais e artísticos (Pruitt, 2011). Na Irlanda do Norte, por exemplo, Lesley Pruitt (2011) examinou como a música e programas com atividades musicais foram importante ferramenta para engajar jovens em debates sobre *peacebuilding* e combater a violência, engajando os jovens politicamente através da cultura. Foram atividades que contribuíram para manter os jovens longe da violência e integrá-los em debates políticos sobre os conflitos e seus contextos e, desse modo, consideradas parte do que chamam de paz cotidiana por serem espaços de relações sociais que ajudam os jovens a navegarem o cotidiano, além de fomentar a resiliência e o senso de coletividade (Berents, 2015). Ademais, podemos encontrar jovens participando de atos de resistência a autoridades políticas opressoras, como jovens palestinos que atiram pedras nas Forças de Defesa de Israel (McEvoy-Levy, 2011). Como foi supracitado, protestos políticos se configuram como participação, mesmo que de forma indireta, podendo ou não influenciar mudanças políticas em grande escala (Paffenholz, 2014). São muitas as maneiras de participar da construção da paz e não existe consenso sobre o que seria uma participação genuína e universal, apenas modelos que olham para casos e possibilidades. Os jovens participam ativamente em seus cotidianos, eles constroem formas de existência no dia a dia que os empoderam e os ajudam a

combater a violência, tirando forças de suas complexas relações sociais que fomentam seus interesses na resolução dos conflitos e vários são os exemplos (Berents, 2015; McEvoy-Levy, 2006; 2011).

Agbibo (2015) aborda a participação de jovens a partir de dois exemplos. O primeiro diz respeito ao norte da Nigéria, com a criação da *Civilian Joint Task Force* (CJTF), um grupo de jovens que por volta de 2013 e 2014 se armaram para combater o Boko Haram em suas comunidades sem vínculo com o Estado nigeriano, que os tratava enquanto problema por serem alvo de recrutamento do grupo terrorista (Agbibo, 2015, p. 35-36). Sem espaços políticos institucionais para participar e ao não se sentirem seguros em suas comunidades, os jovens formaram um grupo independente para protegerem seus locais, combatendo as inseguranças geradas pelo conflito e construindo a paz local a partir das ferramentas e possibilidades disponíveis (Agbibo, 2015). Já no norte do Mali, em 2007, revoltas armadas e tomada de prédios institucionais aconteceram como forma de protesto contra a exclusão social e as desigualdades que afetam os jovens. No entanto, mesmo com essas injustiças sociais, grande parte da juventude da região rejeitou esses meios violentos e buscaram participar de outras maneiras, como por eleições, atividades culturais e educacionais, entre outras (p. 38-39).

Já nas Filipinas, Huesca (2019) observou como a pobreza extrema e a desigualdade socioeconômica geram mágoas e desconfianças em relação ao governo. Dessa forma, a atuação “informal” de jovens é essencial em muitas situações de resolução de conflito. Ela explica também como organizações no país como a UNYPAD (United Youth for Peace and Development) e a Kapamagogopa Incorporated (KI) contribuíram na resolução de conflitos entre grupos armados/comunidades rivais, e até entre um deles e o governo. Segundo Huesca, "Their actual participation has, to some extent, significantly shaken the prevailing socio political stereotyping as well as the power dynamics within the existing structures" (Huesca, 2019, p. 64).

Semelhante ao que foi elaborado por Mac Ginty (2014), Berents (2018) argumenta que as relações pessoais e os programas pedagógicos foram essenciais no fomento do debate e interesses desses jovens em construir a paz e combater a violência diária. Acompanhando o dia a dia de jovens colombianos, a autora argumenta que justamente por viverem cotidianamente o conflito, os jovens entendem suas práticas, rotinas e eventos. Ao presenciarem o conflito e sofrerem as consequências da violência, a juventude pode contribuir com análises e críticas de

como melhor lidar com essas questões para além de propostas pautadas na paz liberal e individualista, com soluções coletivas fomentadas por meio projetos e envolvimento em suas comunidades. Suas participações em atividades políticas no local são exemplos de como a participação da sociedade civil é autogerada e pode conter importantes contribuições para práticas institucionais, como as da ONU e seus Estados-membros (Berents, 2018).

Desse modo, ao analisarmos estes e outros exemplos e estudos de caso sobre a participação de jovens na construção da paz junto aos modelos de inclusão apresentados na seção anterior, à luz das contribuições de Paffenholz (2014), Kew e Wanis-St. John (2008) e Mendes (2016), é possível notar que a via principal de participação dos jovens acontece de forma indireta. Os jovens participam de múltiplos processos políticos, seja de maneira orgânica ou via organizações sociais e grupos presentes em suas comunidades, fortalecendo laços e identidades coletivas (Fisher, 2012; McEvoy-Levy, 2011; Weiss, 2020). Uma das principais ferramentas utilizadas por eles para fins organizações de informativos é a tecnologia e os avanços em relação à comunicação. Por meio de mídias sociais e a internet de maneira geral, os jovens se conectam transnacionalmente e fomentam seus engajamentos ao redor do mundo online e offline (Fisher, 2012).

O que se destaca nesses estudos é o aumento das participações independentes e informais de jovens com iniciativas locais. Ademais, este aumento evidenciou que a participação em conflitos e atos de violência não eram a primeira opção desses jovens e que medidas e programas mais significativos e menos combativos são necessários, uma vez que esses jovens continuavam contribuindo informalmente na construção da paz, enquanto governos implementam medidas que não dialogam com as necessidades locais (Berents et al., 2021).

Como discutido acima, a inclusão da sociedade civil em âmbitos institucionais costuma acontecer atrelada aos princípios da paz liberal, transformando possíveis contribuições em uma participação simbólica e controlada, em uma ferramenta útil em legitimar abordagens políticas já estabelecidas, principalmente devido ao caráter político que a participação de múltiplos atores da sociedade civil apresenta (Mendes, 2021). Com a categoria juventude não difere, suas múltiplas interseccionalidades frente a abordagem tecnocrata dos processos de paz são consideradas incômodos e quando suas participações são projetadas para programas e projetos políticos na prática o que predomina são participações

meramente simbólicas e com utilidade para o liberalismo e propostas econômicas (Sukarieh et al., 2017).

Em termos de inclusão institucional em processos de *peacebuilding*, cresceu consideravelmente o número de programas, documentos e agendas criadas que relacionam a paz duradoura com a participação de jovens. As principais vias pelas quais eles são propostos é pela criação de empregos e projetos de empoderamento financeiro. É inegável que os desafios para a empregabilidade de jovens em contexto de conflito e pós-conflito são maiores devido à fragilidade de instituições governamentais, baixo acesso educacional e a serviços públicos, entre outros que diminuem as oportunidades disponíveis. Desse modo, atores envolvidos no *peacebuilding* desenvolveram programas em regiões como a Serra Leoa e Guiné-Bissau. Os programas focaram no desenvolvimento de habilidades comerciais, com mentorias para transformar suas ideias em empreendimentos, possibilitando até acesso a empréstimos (Izzi, 2013, p. 108).

No entanto, segundo Izzi (2013), a criação de empregos promovida, principalmente, pelo Fundo para a Construção da Paz das Nações Unidas (UNPBF, em inglês), é uma maneira de canalizar suas energias para algo além da violência e do recrutamento para grupos armados, sem considerar as demandas do local e sem o envolvimento da sociedade civil e dos jovens na elaboração dessas propostas (Izzi, 2013, p. 103-104). Não há, desse modo, uma correlação entre a capacitação de jovens e suas inserções no mercado de trabalho e que o problema do desemprego não é exclusivo dos jovens, mas sim algo que afeta toda a população economicamente ativa. Além disso, não foram feitas pesquisas que comprovasse a relação a longo prazo entre esses programas e a durabilidade da paz, que continuaram apenas como fatos dados e óbvios (Izzi, 2013).

Como mencionado, no início do século XXI os debates sobre a construção de uma paz duradoura e a importância da inclusão de novos atores para esses processos ganhou mais espaço (Berents et al., 2021). Entre os novos atores estavam os jovens, mencionados em eventos como o *World Outcome Summit*, de 2005, que destacou os seus impactos e contribuições em processos de *peacebuilding* e como eles podem contribuir para melhorar a comunicação com as suas comunidades (Berents et al., 2021). Não só nos eventos, como vimos no capítulo anterior, uma série de relatórios encomendados por Instituições Internacionais como a ONU e o Banco Mundial centralizava os jovens e defendiam o aumento de políticas voltadas para eles (Sukarieh et al., 2017).

Nestes documentos, é perceptível a defesa pela inclusão de jovens em processos políticos e em tomadas de decisão, uma vez que eles seriam agentes de mudanças, agentes da paz e importantes recursos para o futuro, ao mesmo tempo em que destacam o perigo em seu constante crescimento em sociedades do Sul Global e o aumento do desemprego (Sukarieh, 2008). Destarte, tais construções normativas sobre os jovens orientavam suas inclusões em processos de *peacebuilding* também a partir de noções de paz liberal, não se adequando às necessidades locais e reforçando relações de poder desiguais (McEvoy-Levy, 2013).

Como visto no capítulo anterior, essa noção de que jovens empregados são menos propensos a violência e jovens desempregados são vulneráveis e fonte de instabilidade deve-se principalmente a grande quantidade populacional de jovens em regiões do Sul Global, percebida por alguns (Huntington, 1997; LaGrafte, 2012; Urdal, 2006) como possível problema (Sukarieh et al., 2017). O baixo desenvolvimento destas regiões é visto de maneira intrínseca ao conflito, fortalecendo argumentos que securitizam essas regiões e grupos marginalizados, como a juventude, principalmente a juventude masculina e racializada (Altiok, 2021; Sukarieh et al., 2017). É desta maneira que jovens desempregados são associados a possíveis ameaças que precisam ser contidas.

Desse modo, suas participações políticas caem neste paradoxo de problema/solução, marginalizando suas contribuições (Sukarieh et al., 2017) e os atrelando ao lugar de não-adultos, i.e., receptáculos de políticas e programas e não agentes políticos (Barber, 2009; Berents et al., 2015). Quando participam de protestos e desafiam a ordem social vigente por promover desigualdades e exclusões são considerados raivosos e perigosos ou então vulneráveis e ingênuos, manipuláveis. Eles não são delinquentes, no entanto, quando sua luta é reconhecida e legitimada dentro de valores morais liberais, i.e., quando são recrutados com 15 por Estados considerados legítimos, como a Inglaterra (Basham, 2020). Neste sentido, o que muitos artigos e estudos buscam argumentar é que quando os jovens se opõem aos governos corruptos e ao status quo em seu modelo ocidental, suas agências são invalidadas (Agbiboa, 2015; Sukarieh, 2008).

A participação simbólica de jovens nestes processos, serve, desta maneira, apenas com objetivos de dar legitimidade ao processo sem adequar seu funcionamento, enquanto a inclusão institucional de novos atores é preterida (Berents et al., 2021). Pela lógica da paz liberal que preza pela participação

controlada em conjunto com as construções ambíguas sobre os jovens como vítimas manipuláveis, delinquentes e/ou excepcionais, os jovens são, em simultâneo, colocados como a solução e o problema, eles devem ser combatidos, vigiados e controlados (Sukarieh, 2008, p. 305). Entender as críticas levantadas à participação de jovens em relação a como ela se apresenta de maneira meramente simbólica nos será importante para, no próximo capítulo, analisarmos a agenda Juventude, Paz e Segurança e seu contexto.

3.4.1

Malala Yousafzai

Em suas atividades diárias os jovens atravessam e testam relações de poder e negociam suas mobilidades, seja no simples ato de ir para a escola em uma zona de conflito (Berents, 2018). Em processos de *peacebuilding* formais, sua presença e participação predominam em espaços de consulta e/ou em programas voltados para a criação de empregos. Para além desses espaços, até pouco tempo pouca visibilidade era concedida para suas atividades e contribuições na construção da paz. Como veremos no próximo capítulo, a agenda Juventude, Paz e Segurança e seus documentos procedentes alteraram este cenário sem, no entanto, alterar profundamente a natureza de suas participações. As ambiguidades em suas construções abrem brechas para que os jovens sejam inferiorizados em relação ao adulto ideal tenham suas participações limitadas, com suas imagens mobilizadas e (re)construídas de acordo com interesses (Berents et al., 2021). Apesar da contínua marginalização em processos de *peacebuilding*, suas presenças na construção da paz são essenciais e crescem cada vez mais, como visto acima. Com o objetivo de linkar o debate sobre a paz cotidiana com possibilidades de transformação presente nas atividades de jovens, esta subseção abordará o caso da Malala Yousafzai, sua trajetória e como sua mensagem circula na política internacional e no ocidente.

Por meio da internet e participando da política local em sua comunidade, desde os 11 anos Yousafzai defende publicamente o direito de jovens meninas terem acesso à educação, como o blog escrito sob um pseudônimo para a BBC³ e o curta documentário sobre seu cotidiano em uma região recém ocupada pelo Talibã e seu ativismo em defesa da educação produzido pelo The New York Times, ambos em 2009 (BBC, 2009; The New York Times, 2009). Como o documentário

³ Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7834402.stm>.

evidência, a fonte de seu ativismo e sua defesa pela educação de meninas nasceu dentro de casa, onde o seu pai gerenciava e era professor de uma escola particular de meninas, sendo também um ativista social constantemente monitorado pelo Talibã (The New York Times, 2009).

Sua atuação e visibilidade local e global fez com que a jovem paquistanesa fosse percebida como ameaça ao Talibã e seus valores e, em 2012, ela foi baleada em um ônibus escolar a mando do grupo armado (Martuscelli, 2013; Ryder, 2015). A tentativa de assassinato rapidamente tomou os holofotes da comunidade internacional e, ainda no hospital, no Reino Unido, sua imagem circulou pela mídia ocidental e em discursos políticos contra o Talibã e a favor de medidas intervencionistas (Lee-Koo, 2020). Ainda criança, com apenas 14 anos, Malala Yousafzai teve sua imagem enquanto menina atravessada por construções de inocência e vulnerabilidade, por noções acerca de uma “infância perdida” e resiliência e teve seu ativismo emaranhado em narrativas sobre conflitos no Sul Global e o papel do ocidente (p. 33).

Em duas semanas, sua imagem e informações sobre ela — ainda no hospital — circularam pelas redes sociais e em especial no Twitter, com a hashtag #IAMMalala, assim como uma petição conjunta do Reino Unido e da ONU em prol da educação de meninas. Nestes espaços, o ativismo de Yousafzai pela educação de meninas paquistanesas foi equalizado com o debate liberal sobre a educação da menina/mulher moderna, sua liberdade e o controle sobre seu corpo e sexualidade, em oposição a mulheres oprimidas em diferentes regiões do Sul Global (Berents, 2016). Enquanto criança, a imagem da Malala ganhou força simbólica com forte engajamento e comoção ao redor do mundo, com virtudes liberais de desenvolvimento, gênero e raça reinscrevendo noções sobre o Sul Global como o *outro* inferior, onde homens maus residem e precisam ser contidos pelo Norte Global. Sua imagem navegou pelas narrativas de criança vítima/vulnerável à criança excepcional, para justificar as intervenções na região do Paquistão e Afeganistão, restringendo e limitando seu ativismo político de acordo com os interesses particulares (Berents, 2016, 2020; Lee-Koo, 2020; Ryder, 2015).

Após sua recuperação, ela foi convidada para falar na ONU e se reunir com diferentes líderes políticos ao redor do mundo. Malala foi noticiada de maneira elegível para audiências ocidentais e de acordo com as expectativas dessas audiências, onde além de vítima, tornou-se um ícone, uma menina excepcional por superar não apenas as dificuldades de seu contexto, mas também a tentativa de

assassinato de um grupo terrorista, uma menina que representava todas as outras inocentes e incapazes, afetadas também pelos conflitos (Berents, 2016; Ryder, 2015). Berents (2016) argumenta que sua iconicidade surgiu atrelada a um suposto triunfo sobre o Talibã, como uma forma de vitória individual, seu ativismo foi associado a superação da violência e distanciado de pautas políticas sobre a região e o conflito, construídas como inerentes ao ordenamento social do Sul Global.

Em suas viagens, por exemplo, ao se reunir com o ex-presidente Barack Obama, a ativista não apenas falou sobre a pauta de educação para meninas, como também ressaltou a contribuição dos Estados Unidos para o aumento da insegurança na sua região, com o uso de drones. No entanto, seu apontamento político e crítica ao ocidental teve baixa repercussão midiática e nenhuma resposta política (Berents, 2016; Ryder, 2015). Semelhante a esta visita, ao longo de seu livro, *I Am Malala*, a jovem ativista constantemente aponta a atuação e responsabilidade de países do Norte Global em relação ao surgimento dos conflitos e ao fomento e financiamento de grupos armados, como o próprio Talibã. Especificamente, Yousafzai contextualiza o problema ao abordar a invasão soviética no Afeganistão, em 1979, e a resposta estadunidense ao fomentar a Islamificação do Paquistão (Ryder, 2015; Yousafzai, 2013). Segundo Ryder: “Their appeal, she suggests, is not inherent religious message, but rather the consequence of a long series of events in which international forces played a significant role” (Ryder, 2015, p. 180).

Os enquadramentos feitos sobre ela e a maneira como sua história foi narrada por terceiros, então, precisam ser analisados com olhar crítico para suposições implícitas sobre idade, gênero e raça que operam nas relações de poder desiguais no internacional, questionando quem está propagando as imagens e narrativas e com quais discursos elas estão relacionadas (Berents, 2020, p. 52-53).

É neste sentido que gostaria de chamar atenção para além da narrativa ocidental criada sobre a Malala e destacar sua agência em meio a cooptação do seu ativismo. Como argumenta Ryder (2015), é impossível o controle total sobre a imagem de si e a forma como ela será recebida e transmitida através de terceiros. Na política internacional isso ganha mais força quando é considerado a construção universal de infância pautada em inocência e vulnerabilidade e o contraste com outras realidades. Para a mídia ocidental, a história de Malala começou quando ela tinha 11 anos, residia em contexto de conflito no Sul Global e foi baleada, tornando-a o ponto patológico extremo em relação ao ideal construído (Berents, 2016; Ryder, 2015). No entanto, seu contexto, o atentado e a circulação de sua imagem, apesar

de distorcerem sua mensagem, não tiraram sua agência e nem seus atos de resistência. Malala enquanto criança e, posteriormente, jovem ativista continuou emitindo sua própria mensagem e levantando críticas às relações de poder desiguais que constituem a política internacional (Ryder, 2015).

A consciência de que a mídia e instituições ocidentais podem ser ferramentas para a propagação de mensagens vem com o conhecimento de que haverá a possível distorção desta mesma mensagem por grande parte dos veículos e atores políticos. A jovem em seu livro e em seus discursos ressalta sempre sua agência e sua posição contra estratégias militares de intervenção, defendendo o caminho do diálogo e da educação para a construção da paz, argumentando que não é possível combater a crueldade com crueldade (Ryder, 2015; Yousafzai et al., 2013).

O caso da Malala Yousafzai nos ajuda aqui a compreender como a complexa relação que a inclusão e participação de jovens em processos de paz se desdobra. Ao mesmo tempo que a jovem apresenta duras críticas ao ocidente e ao teor liberal presente na política internacional, sua imagem é promovida como exemplo de jovem excepcional e modelo a ser seguido por outros, contribuindo para o avanço de políticas tradicionais e agendas, como a JPS (Berents, 2020; Ryder, 2015). Malala tornou-se símbolo de resistência e resiliência ao Talibã, participando ativamente ao longo dos anos com projetos e eventos da ONU em prol da educação de meninas. Nesse processo, sua imagem foi mobilizada pela política internacional como modelo a ser seguido ao mesmo tempo em que suas críticas ao ocidente eram silenciadas (Berents, 2020). Desse modo, sua presença em espaços políticos reflete a complexa relação entre participação demandada por jovens e a cooptação de seus ativismos para promover políticas neoliberais. Sua presença em espaços institucionais, antes limitados a apenas atores tradicionais, contribuiu para avançar a temática da juventude e a importância de suas participações. No entanto, isso aconteceu ainda de maneira limitada e promovendo políticas e abordagens liberais com o uso de sua imagem.

Este exemplo nos ajuda a perceber como sua inclusão, especificamente, acontece de forma dúbia, uma vez que a jovem tornou-se exemplo a ser seguido, ajudando instituições como a ONU e seus Estados-membros a promover políticas liberais ao mesmo tempo em que estabelece duras críticas ao ocidente e suas práticas. Sua participação contribuiu para o avanço do debate sobre a importância da presença de jovens em espaços institucionais, ao mesmo tempo em que facilitou

o avanço de agendas como a JPS e outras com foco na segurança e no desenvolvimento econômico do local como prioridade para a resolução dos conflitos.

3.5

Considerações finais

Os jovens, enquanto maior parte das populações, apesar de em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contradizem argumentos de ingenuidade, manipulação e vandalismo e, ao contrário do que se supõe sobre eles, são engenhosos e criativos em suas resistências diárias. Apesar dos constantes conflitos em diversos países, poucos jovens se envolvem em violência e muitos mais constroem diariamente a paz (Agbibo, 2015; Berents, et al., 2021). Suas recentes inclusões em processos de *peacebuilding* é considerado um reconhecimento de suas contribuições na formação da paz e de como suas percepções e experiências são centrais na construção da paz duradoura (Altiok et al., 2020; Berents et al., 2021; McEvoy-Levy, 2006).

No entanto, estas mesmas inclusões deixam muito a desejar em termos de efetividade. Quando propostas são em atividades e programas posteriores aos acordos de paz, ou seja, em segundo plano nos processos de *peacebuilding* e não consideram a variedade étnica presente na categoria juventude e nem intersecções de classe, gênero, etnia, religião e raça, que influenciam os conflitos locais. A securitização de jovens presente em discursos e documentos que moldam os processos de *peacebuilding* ainda os inscrevem como um problema que pode ser resolvido, principalmente, com a criação de empregos e programas de empreendedorismo, marginalizando suas aspirações, criatividade e agências (Altiok et al., 2020; Izzi, 2013).

Como visto com Malala Yousafzai, a participação por meio de instituições e mecanismos ocidentais é complexa e uma faca de dois gumes. Se por um lado ela não deixa de propagar sua mensagem, por outro lado, sua imagem é instrumentalizada (Ryder, 2015). O mesmo pode ser analisado em termos de *peacebuilding* e demandas por inclusão, com a criação de agendas como a Mulheres, Paz e Segurança e Juventude, Paz e Segurança, oportunidades são construídas para avanços e maiores participações de novos atores, onde essas

agendas podem servir de arcabouço normativo, um alicerce para sustentar as demandas da sociedade civil. Mas, simultaneamente, as inclusões podem e acontecem de maneira instrumentalizada, em prol da legitimação de práticas já estabelecidas que focam no fortalecimento do Estado nos moldes neoliberais (Altiok, 2021).

É a partir desta complexa relação entre oportunidades limitadas e controladas de participação e a mensagem presente no ativismo de jovens, que o próximo capítulo introduzirá a agenda Juventude, Paz e Segurança (JPS) de 2015, seus documentos, avanços e limites.

4

A Agenda Juventude, Paz e Segurança

4.1

Introdução

A inclusão de atores da sociedade civil é um debate que gera controvérsia na política internacional. Apesar de tornada norma em processos de *peacebuilding*, a inclusão encontra desafios e limites na sua aplicabilidade prática. Devido ao teor liberal encontrado em processos de paz, a inclusão proposta pode ser considerada incompatível com as necessidades locais frente a violências estruturais (Altiok, 2021; Mendes, 2021). Proposta a fim de legitimar práticas políticas tradicionais, a inclusão e, conseqüentemente, a participação de atores da sociedade civil apresentam um caráter nesses processos apenas simbólico (Sukarieh et al., 2017). Em relação aos jovens, em específico, ao longo das décadas eles foram construídos como um problema e/ou solução, possibilitando a securitização da categoria

juventude a partir de teorias de *youth bulge*, onde o aumento da violência é associado com a alta do desemprego (Allen, 1968; Sukarieh et al., 2015).

Essa associação tornou-se o foco de diversos documentos, como os analisados no capítulo 2, por diferentes organizações sobre o perigo que os jovens enquanto “excesso populacional” representam para a segurança internacional. Seus *status* enquanto desempregados os tornaram mais vulneráveis e contribuíram para questões como falta de esperança, sensação de não haver prospecção para o futuro, bem como os deixariam mais fáceis de serem manipulados. Neste movimento, principalmente os jovens do Sul Global, árabes e homens, foram destacados como objetos de intervenção a fim de promover políticas neoliberais de prevenção à violência (Altiok et al., 2020; Sukarieh et al., 2017; Wai, 2020).

Junto a categorização de jovens como um perigo, crescia nestes mesmos documentos a percepção de jovens como recursos para a manutenção da ordem social. Associados a debates de *peacebuilding*, os jovens eram percebidos como importantes atores a serem incluídos porque possuem conhecimento local sobre as consequências dos conflitos e, contrário aos discursos predominantes, a maioria sequer se envolve com questões de violência (Berents et al., 2021). Semelhante ao argumento geral sobre a inclusão da sociedade civil, os jovens são plurais e estão no cotidiano do conflito, desse modo, suas inclusões contribuíram para a criação de soluções adequadas e em diálogo com o local (Berents, 2022).

Foi neste contexto, junto ao crescimento do ativismo de jovens voltado para a construção da paz, com demandas voltadas para maior reconhecimento de suas atividades e para suas inclusões em espaços institucionais, que foi criada a agenda Juventude, Paz e Segurança (JPS), oficializada com a Resolução 2250, de 2015, pelo Conselho de Segurança (CS) da ONU. A agenda reconhece os jovens como importantes *peacebuilders* que podem contribuir para a estabilidade da ordem social e durabilidade da paz (ONU, 2015b).

Diante do exposto acima, o capítulo busca analisar o surgimento da agenda JPS, considerando o contexto no qual ela surgiu, bem como as práticas de paz liberal que ainda permeiam os processos de paz. A partir disso, é argumentando que, apesar de sua funcionalidade como arcabouço normativo e normativo que defende a inclusão da sociedade civil, de maneira geral, e de jovens, particularmente, a agenda JPS é mobilizada como ferramenta da paz liberal. Ou seja, apesar de inovadora ao reconhecer o papel dos jovens, o forte vínculo com políticas de prevenção da violência fortalece a construção ambígua de jovens como um problema e/ou solução

e contribui para promover a participação apenas simbólica de jovens, sem mudanças estruturais nas práticas políticas (Sukarieh et al., 2017). Nesse sentido, são legitimadas propostas políticas que contribuem com a securitização da categoria juventude, com o aumento da marginalização de jovens e com suas construções ambíguas de problema e/ou solução (Altiok, 2021; Distler, 2017; Sukarieh et al., 2017).

Para entender como a agenda se encaixa no debate global sobre a inclusão de jovens na política internacional, a seção seguinte (4.2) trata de explicar o contexto que levou a criação da agenda JPS, desde coalizões iniciais que buscavam ampliar o debate, analisando as três resoluções desenvolvidas posteriormente, até os debates de segurança que predominavam prévios à aprovação da agenda e que priorizam políticas de prevenção da violência extrema e radicalização.

Em seguida, na seção 4.3 são analisados os documentos decorrentes da Agenda JPS, que ajudam a informar práticas políticas adequadas, como o estudo em progresso *The Missing Peace*. Este primeiro movimento pretende evidenciar como parte dos atores envolvidos na promoção da agenda JPS a compreendem como importante ferramenta para promover a participação efetiva de jovens, questionando estereótipos acerca desses atores, como noções de que eles são propensos à violência. Esta seção destaca também os dois debates abertos entre os membros do Conselho de Segurança, o primeiro intitulado “*Maintenance of international peace and security: The role of youth in countering violent extremism and promoting peace*” e o segundo “*Maintenance of international peace and security: Youth, peace and security*”, sobre a construção da agenda JPS, que aconteceram nos anos de 2015 e 2018. A linguagem é uma ferramenta essencial na produção de conhecimento sobre o “outro”, capaz de reproduzir subjetividades e permitir a mobilização de ambiguidades em termos universais (Hansen, 2006). O objetivo desta análise é evidenciar como os Estados-membros mobilizam a juventude a partir de problemas de segurança, focando na criação de empregos como solução primária para suas participações. Essas propostas se tornam problemáticas por não considerarem questões de violência estrutural que contribuem para a manutenção dos conflitos, evitando, assim, a responsabilização do Norte Global e suas políticas intervencionistas na promoção da insegurança em regiões do Sul Global.

Por fim, a seção 4.4 busca destacar os avanços e limites da Agenda JPS, comentando os relatórios realizados pelo Secretário-Geral da ONU com

informações fornecidas por organizações e pelos Estados-membros. Ademais, a seção argumenta que a agenda, apesar de apresentar avanços normativos sobre a inclusão de jovens na política internacional, torna-se uma ferramenta para a paz liberal e para propostas políticas neoliberais (Sukarieh et al., 2017). O capítulo encerra com as considerações finais.

4.2

Contexto e debates prévios à agenda JPS

De acordo com Hansen (2006), enquanto discursos ajudam na mobilização e legitimação de políticas, eles detêm o potencial de contestar e desafiar políticas, construções identitárias e a relação estabelecida entre ambos, proporcionando que novas perspectivas e lentes de análise sobre fatos e eventos sejam mobilizadas ao longo do tempo. Não apenas novas perspectivas, mas novas propostas políticas se tornam possíveis por meio de uma reconstituição e reinterpretação dos mesmos fatos e eventos, a depender de como eles serão mobilizados por uma gama de atores. Esse movimento existe porque os acontecimentos de maneira isolada não carregam respostas e significados automáticos, eles são dependentes de mobilizações externas que vão atravessá-los de significados e os localizar no tempo e espaço (Hansen, 2006).

A maneira como a atuação e o papel de jovens em contextos de conflito e pós-conflito é articulada evidencia, de modo preciso, como um mesmo fato ou evento é discursivamente construído na política internacional e as diferentes respostas políticas decorrentes. Um exemplo é como o “excesso” populacional de jovens foi enquadrado tanto como um problema, quanto uma solução. Em meio ao crescimento e produção teórica de jovens como atores da paz e agentes de mudança, respostas institucionais a esta temática foram desenvolvidas, como resoluções internacionais para orientar políticas externas (Berents et al., 2021; Sukarieh et al., 2017).

A segunda década do século XXI presenciou a continuidade deste debate com campanhas para a criação de uma agenda de paz e segurança voltada exclusivamente para os jovens. Liderando as campanhas estava uma coalizão criada em 2012, denominada *Global Coalition on Youth, Peace and Security*, antes conhecida como *Working Group on Youth and Peacebuilding*. A coalizão global

conta com parceiros dentro e fora da ONU, como ONGs lideradas por jovens, grupos da sociedade civil e doadores, somando mais de 40 organizações e partes interessadas. Entre eles, estava a *United Network of Young Peacebuilders* (UNOY), uma rede de ONGs lideradas por jovens sobre *peacebuilding* e uma das principais articuladoras em prol da criação de uma nova agenda. O principal objetivo era reestruturar a visão dos jovens na política internacional para uma nova norma sobre participação positiva, jovens como parte da solução e não do problema (Berents, 2022; Simpson, 2018). Sua principal preocupação era fugir de estereótipos sobre os jovens, i.e., não categorizá-los como um problema/ameaça, e evidenciar como eles são afetados pelo conflito, combatem às inseguranças e, a partir disso, constroem a paz (Berents et al., 2021).

Os anos de 2014 e 2015 foram essenciais neste processo. Devido ao aumento do recrutamento de jovens por parte de grupos armados e no aumento da violência, a temática da juventude em contexto de conflito ganhou maior atenção internacional. Concomitante a isto, ganhavam cada vez mais importância institucional dentro do Conselho de Segurança as discussões sobre a radicalização e o extremismo violento. Com a detecção do recrutamento e participação de jovens em grupos terroristas, debates sobre a prevenção à violência extrema (PVE) e contenção da violência extrema (CVE) foram atrelados a debates sobre a presença e o papel dos jovens nos conflitos. Em 2015, por exemplo, foi criada em paralelo à Agenda JPS o Plano de Ação para Prevenção do Extremismo Violento, que consistia em um relatório do Secretário-Geral com recomendações políticas. Entre elas estava a importância da participação de jovens em decisões políticas, reconhecendo suas diversidades e o impacto direto que o aumento do terrorismo e violência extrema tem em suas vidas. Incluir os jovens era tido como essencial para ser possível liberar “the full economic potential of youth” por meio de “job creation, facilitation and training opportunities” (ONU, 2015c, par. 54). Ou seja, o documento mobiliza semelhanças argumentativas com o discurso internacional sobre os jovens ao endereçar a alta quantidade de jovens, suas vulnerabilidades e os problemas de segurança que representam e apresentando soluções em termos econômicos, como a criação de empregos (Altiok, 2021).

Além do guia, eventos foram organizados por partes interessadas ao longo desses anos com o objetivo de promover o debate sobre a importância da inclusão institucional de jovens em processos de construção e manutenção da paz. Os eventos promovidos reuniram jovens de todas as regiões, representando um poder

simbólico ao evidenciar a quantidade de jovens interessados em contribuir na construção da paz e foram importantes espaços para estabelecer canais de comunicação entre as ONGs de/para jovens (Berents, 2022). Co-organizados por governos locais, agências da ONU — como a UNOY — e a sociedade civil, os eventos contaram com a participação de jovens e adultos, entre eles líderes políticos, pesquisadores, ativistas, membros da ONU, líderes corporativos e outras partes interessadas (Kwon, 2018).

Intencionadas para serem espaços de diálogos entre os jovens ativistas presentes no cotidiano dos conflitos e envolvidos com a temática da construção da paz, a experiência na prática foi de um espaço restrito e com debates confinados aos mesmos atores tradicionais (Kwon, 2018). Entre estes eventos, três conferências foram atendidas pela pesquisadora Soo Ah Kwon (2018), que ao entrevistar jovens participantes recolheu depoimentos e experiências. Os relatos recolhidos pela autora nos proporcionam um vislumbre sobre os limites em torno da participação de jovens em conferências referentes justamente às suas inclusões e participações. Conforme a autora, havia grande descontentamento entre os jovens participantes em relação às dinâmicas e estruturas dos eventos. Um exemplo foi na *World Conference on Youth*, onde a declaração elaborada ao longo do evento foi construída majoritariamente por representantes governamentais, com baixa presença de jovens. Ademais, a quantidade de jovens palestrantes era inferior em comparação com oficiais políticos e as falas e debates entre os jovens foram limitadas em tempo e quantidade devido a longos discursos destes mesmos oficiais, os quais apresentaram apenas informações superficiais sobre as realizações de seus governos. O cronograma foi outro ponto de insatisfações entre os jovens, com espaços de debates com órgãos da ONU e representantes políticos fechados ao público geral dos eventos (Kwon, 2018).

Deste modo, o tipo de participação disponível para os jovens nestes eventos, que tinham como temática suas participações, foi insatisfatório e considerado insuficiente. A participação descrita pelos convidados tinha um teor individualizante, semelhante aos relatórios comentados no capítulo 1. Era esperado dos jovens um comprometimento com propostas políticas que não endereçam problemas e violências estruturais e destacam os jovens como responsáveis por lutar e superar suas marginalizações. Ou seja, não havia nas pautas propostas o reconhecimento da responsabilidade dos Estados na manutenção das exclusões e desigualdades, bem como não havia um comprometimento com mudanças nesse

sentido (Kwon, 2018). O que se tornou evidente ao longo das conferências foi como relações de poder assimétricas e construções ambíguas sobre os jovens contribuem para que suas participações fossem pautadas de maneira simbólica, visando promover participações despolitizadas, individuais e que legitimam práticas tradicionais de *peacebuilding*, pautadas na paz liberal e disfarçados de promoção da inclusão (Kwon, 2018, p. 5-7; Sukarieh et al., 2017). Kwon (2018) ainda destaca que os próprios organizadores do evento admitiram que a presença de muitos líderes políticos foi inesperada e que isso prejudicou o cronograma e tomou o espaço antes pensado como um diálogo *entre e para* os jovens, mas que isso não foi possível, pois precisaram seguir os protocolos diplomáticos da ONU, que priorizavam “*high-level speakers*” (Kwon, 2018, p. 7), tratando como secundárias as participações, contribuições e experiências de jovens sobre a construção da paz e suas inclusões.

Apesar das insatisfações e relações de poder desiguais apresentadas nos eventos, a campanha para a criação de uma agenda de paz e segurança focada nos jovens teve continuidade, sendo considerada pelos envolvidos como um sucesso por conseguir mobilizar atores diversos e negociar os espaços de decisão com elites políticas (Berents, 2022). Em março de 2015, a Jordânia, atuando na presidência do Conselho de Segurança da ONU na época, apresentou uma carta conceito sobre o tema e presidiu o primeiro debate aberto no mês seguinte. Entre os pontos apresentados na carta, a sua construção ambígua permanece, com a visão de jovens como influentes *peacebuilders* e o indicativo de que os jovens entravam para grupos armados devido a suas vulnerabilidades e falta de propósito (ONU, 2015b, p. 2).

Após o primeiro debate aberto do Conselho de Segurança sobre os jovens, foi aprovada a Resolução 2250, primeira da Agenda Juventude, Paz e Segurança. Esta resolução e as duas seguintes têm como propósito estabelecer uma estrutura para que os Estados-membros criem políticas e apoiem a participação de jovens em processos de *peacebuilding* e promovam suas inclusões em espaços formais. Em termos normativos de participação, a JPS estabelece este como um dos seus cinco pilares, que ganha destaque em relação aos outros por ser mobilizado por atores políticos quase como sinônimo de inclusão. Aqui a participação e a inclusão seguirão as definições apresentadas no capítulo anterior, a primeira como desdobramento da segunda.

Para entendermos como a inclusão de jovens, de maneira geral, e suas participações, de maneira específica, são propostas pela Agenda JPS, a seguir serão comentadas as três resoluções aprovadas no Conselho de Segurança, com atenção

para a construção ambígua presente nos documentos e para visão utilitária em termos de legitimar práticas de segurança tradicionais.

4.2.1

Resoluções

A Resolução 2250 (2015)⁴ do CS lançou a Agenda Juventude, Paz e Segurança, fruto da longa campanha comentada acima. Considerada pioneira por reconhecer os potenciais e contribuições de jovens para processos de *peacebuilding*, ela foi a primeira resolução a centralizar a importância dos jovens e apoiar suas participações (Altiok et al., 2020; Berents et al., 2021; Williams, 2016). O documento qualifica como jovens aqueles entre 18 a 29 anos, entendendo que pode haver uma variação nesta definição, e reconhece a necessidade de incluir os jovens para fortalecer o combate à radicalização e a violência extrema (ONU, 2015b). Entre outras menções, a Resolução 2250 (2015) aborda a grande quantidade de jovens existentes para justificar a importância de suas participações em processos de *peacebuilding* e *peacekeeping* e sugere aos Estados-membros maior atenção com exclusões econômicas, sociais, políticas e culturais ao desenvolver estratégias para conter narrativas de extremismo violento, porque estas podem ser “conducive to terrorism, as drivers of conflict” (ONU, 2015b, p. 2). Dessa maneira, empoderar grupos da sociedade civil por meio da educação e do emprego e promover a inclusão e coesão social são importantes ferramentas para conter o terrorismo (ONU, 2015b).

A partir disto, a resolução institui cinco pilares:

- (i) participação:** ressalta a necessidade de uma representação inclusiva de jovens em todas as etapas de tomadas de decisão em todos os níveis — local, nacional e internacional —, assim como uma inclusão institucional;
- (ii) proteção:** a proteção de civis de acordo com a Convenção de Geneva de 1949 é prioridade e, conseqüentemente, é ressaltada a obrigação dos Estados em protegê-los e responsabilizar aqueles que cometeram genocídio e crimes contra a humanidade, garantindo a aplicabilidade dos direitos humanos para todos os indivíduos igualmente;
- (iii) prevenção:** ressalta a importância em promover ambientes onde as lideranças jovens sejam reconhecidas e apoiadas no combate a violência,

⁴ S/RES/2250 (2015)

com políticas que contribuam nos seus esforços e em um desenvolvimento socioeconômico;

(iv) parceria: ressalta a importância de parcerias dentro e fora da ONU, atores não-governamentais e da sociedade civil, que vão contribuir para um engajamento significativo de jovens durante e após situações de conflito;

(v) desengajamento e reintegração: a importância da reintegração social de jovens que se engajaram em práticas de extrema violência, considerando suas necessidades e a necessidade daqueles afetados também pelos conflitos armados.

O desenvolvimento econômico ganha destaque em termos de prevenção e reintegração. Sobre o primeiro são sugeridas políticas que contribuam positivamente para esforços de *peacebuilding* e de desenvolvimento social e econômico, “supporting projects designed to grow local economies, and provide youth employment opportunities and vocational training” (ONU, 2015b, parag. 11). Sobre o segundo, a parceria com o setor privado é tida como relevante para criar “evidence based and gender sensitive youth employment opportunities, inclusive labour policies, national youth employment action plans” e investir em desenvolver nos jovens “capabilities and skills to meet labour demands through relevant education opportunities” (ONU, 2015b, parag. 17).

Em 2018, foi aprovado pelo Conselho de Segurança a Resolução 2419⁵, segunda da Agenda JPS. Esta nova resolução reforçou o papel dos Estados-membros em reconhecer, proteger e incluir os jovens e sociedade civil nas tomadas de decisões e durante os processos de *peacebuilding*. A resolução refletiu sobre a importância dos jovens na Agenda 2030 (*2030 Agenda for Sustainable Development*), reafirmando o compromisso por uma abordagem integrada e comum entre os órgãos da ONU, e requisitou ao Secretário-Geral a produção de um relatório para 2020 com informações sobre o andamento e implementação da Agenda JPS. Entre seus avanços podemos citar mais atenção para questões de direitos humanos, como o tráfico humano, e o destaque não apenas para o papel dos jovens, mas também para suas iniciativas independentes, que precisam ser apoiadas. Por último, a Resolução 2419 avança ao estimular que os Estados-membros avaliem a compatibilidade de suas ações mediante as necessidades dos jovens:

“Urges Member States to consider, as appropriate, how their political, financial, technical and logistical support in conflict and

⁵ S/RES/2419 (2018)

post-conflict situations takes into account the needs and participation of youth in peace efforts” (ONU, 2018b, parag. 14).

Entre suas propostas políticas, a segunda resolução reforça a importância de um espaço educacional seguro e menciona de maneira genérica a criação de programas e políticas para os jovens. Entre as menções está a criação de políticas que vão contribuir positivamente para facilitar o engajamento de jovens e para:

“peacebuilding efforts, including social and economic development, supporting projects designed to grow local economies, and provide youth employment opportunities and vocational training, fostering their education, and promoting youth entrepreneurship and constructive political engagement” (ONU, 2018b, parag. 13).

Ao passo que a segunda resolução deixou de comentar sobre a alta quantidade de jovens no mundo, a Resolução 2535 (2020), terceira e mais recente, reconhece que isto pode ser benéfico para a construção da paz, além de contribuir “to lasting peace and economic prosperity if inclusive policies are in place” (ONU, 2020b, p. 2), reforçando mais uma vez a importância que o viés econômico tem para a Agenda JPS. A centralidade que a economia e o encorajamento de políticas voltadas para a empregabilidade dos jovens ao longo das resoluções reforçam o já havia sido apresentado na Resolução 2250 sobre a participação de jovens, onde “their [youth] participation in peace processes can significantly *contribute to the maintenance and promotion* of international peace and security” (ONU, 2015b, p. 2, destaque meu). Ou seja, o que a Agenda JPS ressalta por meio de suas resoluções é a *contribuição* que os jovens podem oferecer para práticas e políticas já em andamento, em especial quando estão empregados (Sukarieh et al., 2017).

Isto é importante ser considerado quando analisamos o tipo de participação proposta pela Agenda JPS, visto que a relação estabelecida entre a categoria juventude, o desemprego e o aumento da violência é uma prática já comum na política internacional (Allen, 1968; Sukarieh et al., 2015). Além disso, os processos de *peacebuilding* presentes nas práticas internacionais fomentam políticas de privatização, desregulamento de mercado e corte de gastos públicos. Estas mesmas políticas são responsáveis pela crescente marginalização dos jovens e de minorias em geral. Como explica Sukarieh e Tannock (2017):

“Promotion of youth employment has now become one of donors’ preferred peacebuilding programmes in many post-conflict settings; however, not only is there limited evidence that such programmes do much to create sustainable and good quality jobs

for young people, it is also possible that they work to entrench social and economic models that undermine peace and security in the first place” (Sukarieh et al., 2017, p. 861).

Similar a outros relatórios, é importante ressaltar que a proposta de criação de empregos em si não é problemática, posto que o desemprego é uma das principais consequências do conflito e aumenta a vulnerabilidade daqueles afetados. O que se torna passível de crítica é a centralidade que essa proposta política ganha e como ela é atrelada especificamente a categoria juventude, visto que muito já foi produzido em cima da suposição de que o desemprego entre os jovens têm relação com o aumento da violência. Esta característica favorece a percepção de jovens como uma “reserva de trabalhadores” que precisa se adequar às necessidades do mercado de trabalho e, individualmente, superar as desigualdades socioeconômicas (Allen, 1968; Sukarieh et al., 2017).

Ainda sobre a terceira resolução, ela reforça as resoluções anteriores e reconhece “that core challenges still remain, including structural barriers that limit the participation and capacity of young people, especially young women” (ONU, 2020b, p. 2), sem informações e dados sobre o que exatamente são essas barreiras estruturais e sem menções sobre suas origens/causas. Apenas mais adiante na resolução que é mencionado que “their [youth] marginalization is detrimental to building sustainable peace” (ONU, 2020b, parag. 1). Além disso, tanto a segunda, quanto a terceira resolução apresentam avanços em clamar aos Estados-membros maior consciência em relação a suas possíveis contribuições para a instabilidade e maior responsabilidade em punir as partes responsáveis por “genocide, crimes against humanity, war crimes and other egregious crimes perpetrated against civilians, including youth” (ONU, 2020b, p. parag. 6).

No entanto, ainda no tocante às imprecisões conceituais, termos como “paz” e “conflito” são mobilizados sem maiores definições, com seus significados tratados como universais e sempre algo desejável frente a instabilidades e transformações sociais, e o conflito sempre como um evento negativo e prejudicial para a sociedade em sua totalidade (Sukarieh et al., 2017). Embora menções sobre obstáculos e problemas estruturais apareçam nas resoluções, bem como a necessidade de olhar para a origem dos conflitos e suas causas (ONU, 2020b, p. 2), a imprecisão em como isto é proposto e a não responsabilização de atores internacionais, como os próprios Estados-membros, na manutenção dos conflitos limitam mudanças estruturais mais profundas que dependem de transformações nas

próprias relações de poder assimétricas presentes no internacional (Distler, 2017; Doty, 1996; Fernandez et al., 2017).

É neste sentido que a ideia de que a inclusão de jovens promove uma “cultura da paz” é traduzida na prática em políticas e investimentos conectados com “labour demands through relevant education opportunities” (ONU, 2015b, parag. 17) e com políticas voltadas para a economia e para fortalecer a resiliência de jovens, como abordado na Resolução 2535:

“Stresses the importance of providing opportunities for young people to strengthen resilience against radicalization to violence and terrorist recruitment by creating policies for youth, while complying with relevant obligations under international law, in particular international human rights law and international humanitarian law as an essential part of successful counter-terrorism efforts” (ONU, 2020b, parag. 7).

Possíveis mudanças na ordem política internacional voltadas para diminuir as relações de poder desiguais não são levadas em consideração. A nuance das relações sociais e políticas são tratadas em termos universalizados e a fonte de instabilidade e insegurança são relacionadas apenas com o aumento da violência extrema e da radicalização por parte de grupos armados não-estatais. Ao mencionar a origem e possíveis causas para o aumento da violência é citada na Resolução 2015 “the importance of identifying and addressing social, economic, political, cultural and religious exclusion” (ONU, 2015b, 2), ao passo que tanto nas Resoluções 2419 e 2535 são destacadas violências e desigualdades de gênero, reconhecendo que as mulheres enfrentam riscos particulares e que elas são vitais para políticas de prevenção à violência extrema (ONU, 2018b, p. 2; ONU, 2020b, p. 3). A falta de uma definição mais específica acerca das origens dos grupos armados e suas motivações políticas abre brechas para que eles sejam tratados como autogerados no local e sem vínculo com relações imperiais (Doty, 1996; Sukarieh et al., 2017, p. 860-861), como exemplifica Barkawi et al (2006) ao associarem a origem de grupos armados com disputas políticas de grandes potências no período da Guerra Fria (Barkawi et al., 2006).

O mesmo pode ser dito sobre a vaga definição do que seria um jovem agente da paz, um jovem *peacebuilder*. Esta abrangência permite que alguns jovens sejam mobilizados de maneira positiva, como solução, enquanto outros sejam tratados em termos de problema e segurança. Todos estes aspectos evidenciam como as instituições liberais e o ocidente assumem o papel de legitimador sobre quais lutas serão válidas e justas e quais serão securitizadas em termos de ameaça,

possibilitando a contínua promoção da paz liberal, que segue em seu projeto de transferir modelos ocidentais de organização social para o resto do mundo (Sukarieh et al., 2017). Ao invés de levar em consideração a origem dos conflitos locais e promover uma redistribuição de poder entre as sociedades, a inclusão de jovens cai na retórica dos processos de paz e suas estratégias de implantar modelos e instituições liberais (Sukarieh et al., 2017, p. 861-862). Como argumenta Barkawi e Laffey:

“[A] Eurocentric security studies regards the weak and the powerless as marginal or derivative elements of world politics, as at best the site of liberal good intentions or at worst a potential source of threats. Across diverse fields of social inquiry, it is taken for granted that the weak and the strong must be placed in a common analytic frame, as together constitutive of events, processes and structures” (Barkawi et al., 2006, p. 332).

Por fim, todas as resoluções fazem alusão a uma série de outras resoluções ligadas a temas de paz e segurança e estratégias de PVE. Como mencionado acima, concomitante à construção da Agenda JPS, estava a criação do Plano de Ação para Prevenção do Extremismo Violento, o qual relacionava o aumento do desemprego com o aumento da violência e centralizava a criação de empregos como forma de aplacar as desigualdades socioeconômicas e conter o aumento da violência. Desse modo, a alta quantidade de jovens é construída como um problema de segurança cuja solução é proposta em termos econômicos. As vulnerabilidades, inseguranças e violências estruturais presentes na vida de jovens são mobilizadas como problemas individuais, em prol da securitização desta categoria. Estas construções e conexões teóricas são as mesmas que estão por trás de políticas externas como a “Guerra ao Terror”, que se apoiam em justificativas sobre antiterrorismo e que possuem impacto direto na geração de insegurança em regiões do Sul Global e na vida de jovens. São políticas que mobilizam os jovens e defendem suas inclusões de maneira simbólica, em termos de legitimidade, para fortalecer práticas já existentes que se escondem por trás de debates sobre empoderamento e empreendedorismo e os reforçam no lugar de problema (Altiok, 2021, p. 8; Sukarieh et al., 2017).

Na primeira resolução podemos ver um exemplo disso na seguinte citação:

“Recognizing that the rise of radicalization to violence and violent extremism, especially among youth, threatens stability and development, and can often derail peacebuilding efforts and foment conflict, and stressing the importance of addressing conditions and factors leading to the rise of radicalization to

violence and violent extremism among youth, which can be conducive to terrorism” (ONU, 2015b, p. 2).

Ademais nas resoluções, em relação ao papel dos Estados-membros, é encorajada a elaboração de Planos Nacionais de Ação (PNA) voltados para a inclusão de jovens e para o desenvolvimento a fim de prevenir os conflitos e promover uma paz duradoura. Entre os próximos passos sugeridos, foi requisitado pela Resolução 2250 ao Secretário-Geral a produção de um estudo em progresso sobre a contribuição positiva de jovens em processos de paz e em resoluções de conflito, de forma a recomendar respostas eficazes para a contenção da violência e para a durabilidade da paz.

Como veremos a seguir, quando estes termos são encontrados em debates abertos e mobilizados por representantes governamentais, torna-se evidente seu viés ideológico e seu direcionamento liberal e como a radicalização e o terrorismo são referidos a países não-ocidentais, sem considerar a insegurança promovida em regiões do Oriente Médio. Drones estadunidenses, por exemplo, não são questionados ou mencionados para fatores produtores de insegurança e violência, no lugar são mencionadas apenas características individuais do sujeito e que tocam em questões psicológicas, ideológicas, identitárias e religiosas, ou como o próprio Norte Global foi fundamental no financiamento de grupos armados durante a Guerra Fria (Barkawi et al., 2006; Sukarieh et al., 2017).

4.3

Documentos decorrentes da Agenda Juventude, Paz e Segurança

Esta seção tem como propósito analisar como a agenda JPS é entendida e instrumentalizada por diferentes atores internacionais. Iniciando com o estudo em progresso, *The Missing Peace*, é analisado como parte dos atores compreende a agenda como importante ferramenta em defesa em prol da inclusão e participação de jovens em espaços institucionais, como a ONU. Segundo as informações apresentadas no estudo, a juventude contribui diariamente para a construção da paz com projetos independentes em suas comunidades, bem como eles são marginalizados pelos Estados, questionando estereótipos sobre os jovens como fontes de instabilidade e propensos à violência (Simpson, 2018).

A seguir, com os debates abertos, busca-se compreender como os líderes políticos reproduzem narrativas sobre os jovens como problema e/ou solução devido ao aumento no recrutamento por parte de grupos armados. É também evidenciado como são priorizadas políticas econômicas a partir de uma abordagem neoliberal. A linguagem presente nos debates por parte dos representantes políticos evidencia as propostas políticas giram em torno da criação de empregos como principal solução a fim de ocupar os jovens e promover suas participações, sem considerar violências estruturais que permeiam seus cotidianos e contribuem para a manutenção dos conflitos.

4.3.1

Estudo em Progresso: *The Missing Peace*

Em abril de 2018, anterior a aprovação da segunda resolução da Agenda JPS, foi lançado um estudo liderado por Graeme Simpson e intitulado *The Missing Peace*, apresentado para a Assembleia Geral⁶. Simpson, nesta reunião, declarou o seguinte:

“Through consultations, country studies, focus group discussions and online contributions, they shared their hopes and aspirations for a peaceful world and described their incredible initiatives, commitments and dedication to peace and security. They took a leap of faith in trusting that their uncensored perspectives would be visible through the study. I gladly carry the burden of this responsibility and only hope in transmitting this to you, that I can come close to doing justice to their voices” (A/72/761-S/2018/86).

O estudo começou a ser elaborado em 2016 e contou com a participação de jovens ativistas de diversas regiões diferentes através de consultas nacionais e regionais entre 2016 e 2017. Com a metodologia de uma pesquisa participativa, o objetivo era dar oportunidade para que jovens de diferentes regiões pudessem contribuir com as discussões de paz e segurança, compartilhar suas experiências, problemas enfrentados e sugerir soluções. Os critérios de seleção das consultas, em sua maioria, ampliaram a participação para jovens entre 15 a 35 anos que já estivessem engajados com questões de paz e segurança.

Ao longo das consultas, o que se destacou entre os principais problemas levantados pelos jovens foram a pobreza, desemprego, corrupção e a falta de

⁶ A/72/761-S/2018/86

confiança no governo. Entre as soluções, além da criação de empregos e melhora na educação, os jovens apontam a criação de cotas para cargos políticos, a fim de garantir uma participação política da juventude nos seus respectivos governos. Ademais, em diferentes consultas os jovens levantaram observações sobre como os critérios utilizados para a seleção dos participantes excluía aqueles marginalizados (Altiok, 2016, p. 12). Na primeira consulta regional, com jovens de Estados árabes, foi realizado um protesto devido à insatisfação com o modo no qual a consulta foi organizada. Foi expresso descontentamento pelo fato de não possuírem o mesmo espaço que outros palestrantes convidados para expressar suas opiniões e perspectivas (Altiok, 2016).

A participação de jovens proposta ao longo do processo e elaboração do estudo apresenta variados níveis e ampla diversidade. Como um projeto que busca contribuir para práticas de *peacebuilding*, a heterogeneidade apresentada entre os jovens foi essencial para abordar diferentes contextos e perspectivas. Mesmo com o constrangimento e limites institucionais ainda apresentados, o estudo liderado por Simpson (2018) evidenciou que a inclusão de jovens em diversas partes do processo não prejudicou seu desenvolvimento e, pelo contrário, foi reflexo das vozes daqueles excluídos. O próprio protesto organizado pelos jovens ao final da primeira consulta é evidência de como os jovens não estão dispostos a exercer apenas uma participação simbólica. Como comenta Paffenholz (2014), a participação por meio de protestos tem grande potencial influenciador em processos políticos e, neste caso, levou à organização as insatisfações referentes aos limites estabelecidos durante as consultas. Ou seja, mesmo com as consultas se propondo espaços de participação para os jovens, foi necessário que eles negociassem os termos propostos por os considerarem insuficientes.

O estudo final, *The Missing Peace*, aborda a exclusão de jovens de espaços políticos formais como uma forma de violência estrutural que afeta a confiança que os jovens possuem em seus governos e as relações entre os jovens e suas comunidades, enfraquecendo-as (Simpson, 2018). O estudo ressalta pontos levantados pelos jovens ao longo das consultas e defende a participação de jovens em todas as etapas dos processos políticos, principalmente em debates e formulações de políticas direcionados para a própria juventude (Simpson, 2018, p. 63-64). O documento reconhece também as diversidades presentes entre os jovens como um aspecto positivo e contesta generalizações sobre eles, argumentando que a mesma pode levar a promoção de uma inclusão simbólica que não questiona

interesses particulares de elites locais pautados a partir de estereótipos e não olha para interseccionalidades de raça, gênero e classe (Altiok et al., 2020; Simpson, 2018, p. 70). De acordo com Simpson (2018):

“Factors such as the diversity of participants at the table (including, in this instance, young women), the independence of those participating, the extent to which participation is fully informed, and – perhaps most critically – the connections between female participants in the formal peace process and a wider women’s movement beyond the confines of the negotiations process itself all appear to be vital in shaping the quality and impact of women’s participation in formal peace processes” (Simpson, 2018, p. 72-73).

A representação adequada e plural dos jovens é sugerida como um veículo de comunicação com o local e de inclusão de diferentes camadas da sociedade civil, sendo reconhecido que todo e qualquer tipo de participação vai depender do contexto de cada região e conflito (Simpson, 2018, p. 65-66), semelhante ao elaborado por autores como Kew et al (2008) e Paffenholz (2014) ao tratar da temática da inclusão e participação da sociedade civil. Suas diversidades proporcionaram ricas contribuições para entender os cotidianos e como atores internacionais e instituições podem apoiar e auxiliar para a construção de uma paz duradoura (Berents, 2018). O envolvimento dos jovens nos estudos e suas participações em diferentes níveis do processo desde o início foi, dessa maneira, um fator relevante para expor que, diferente de suposições, a maioria dos jovens não se envolve em conflito e seus *status* enquanto desempregados não é o suficiente para contribuir com o aumento da violência (Berents, 2022).

Embora também mencione e incentive a criação de empregos como solução para evitar o conflito e promover a estabilidade, o estudo reconhece esta como apenas *uma* entre as muitas estratégias que precisa acontecer em sintonia com as populações locais (Simpson, 2018). Os trabalhos e a economia por si só são apenas parte do problema e, portanto, da solução, sendo necessário analisar o que informa e promove os conflitos e desigualdades socioeconômicas (Simpson, 2018; Sukarieh et al., 2017). De acordo com Simpson (2018, p. 76-77), as falhas e dificuldades governamentais em responder às insatisfações e desigualdades são pouco analisadas e a relação entre desemprego entre os jovens e o aumento da violência ainda é o principal fator que informa políticas nacionais e internacionais, individualizando as soluções, ao contrário de construí-las por meio de normas e ganhos coletivos:

“The vast majority of employment interventions are limited by the underlying assumption that changes in individual behaviour will

produce positive outcomes for development and peace at the community level. In this way, these interventions ignore broader social, political and economic factors that inform their success” (Simpson, 2018, p. 80).

Desse modo, não apenas a participação formal em instituições, o estudo ressaltou também a importância de financiar iniciativas independentes, onde os jovens constroem seus espaços de luta política e contribuem para a construção e durabilidade da paz e para evitar a cooptação e controle estatal sobre os trabalhos desenvolvidos por eles, evitando corrupções e remodelagem de programas a fim de atender interesses de elites políticas (Simpson, 2018, p. 74-75). É neste sentido que a Agenda JPS é considerada, no estudo, como um ponto de partida ao oferecer normas e caminhos que fomentam a inclusão de jovens e constroem uma paz duradoura. Como uma pesquisa decorrente da Resolução 2250, as recomendações feitas envolvem três pontos principais — investimentos, parceria e inclusão — para transformar os sistemas que perpetuam práticas de exclusão e combater as violências estruturais experienciadas por jovens, as quais são descritas em termos de corrupção, injustiças e desigualdade ao longo do documento (Simpson, 2018). No entanto, o estudo não aprofunda em quais termos isso acontece ou sobre a responsabilidade do Norte Global para a manutenção da insegurança em regiões do Sul Global.

Em termos práticos e de investimento, é sugerido que 1,8 bilhões de dólares sejam destinados a organizações de/para jovens, suas iniciativas, bem como as de Estados-membros, doadores, instituições internacionais e outras organizações e setor privado. É sugerido também que toda e qualquer política ou programa que foque em juventudes conte com a participação de pelo menos uma organização liderada por jovens, além da adoção de cotas para a inclusão de jovens em processos de paz e da priorização de questões de gênero (Simpson, 2018, p. 118).

O estudo promove uma ampla e positiva percepção sobre a Agenda JPS como fonte de mudanças ao questionar narrativas estereotipadas sobre os jovens (Simpson, 2018). Como um documento derivado da própria agenda, ele pode ser considerado um manual e/ou guia para Estados e organizações que pretendem tratar do assunto de maneira adequada e holística, sendo um avanço, pelo menos em termos teóricos, defendendo que os termos para a implementação da inclusão de jovens em espaços institucionais e o desenvolvimento de políticas precisam acontecer já com a participação de jovens (Berents et al., 2021; Simpson, 2018).

Em suma, o estudo considera que a Agenda JPS apresenta grande potencial para informar políticas adequadas de inclusão de jovens em processos de *peacebuilding* e que para isso acontecer estruturas formais e tradicionais precisam ser questionadas e mesmo reformuladas. O foco nos jovens como vulneráveis, inexperientes e propensos a violência ofusca que a maioria sequer participa de grupos armados e atos de violência, e é justamente isto que o estudo questiona e mostra o oposto (Berents, 2022; Simpson, 2018). Espaços de participação como o proporcionado pelo estudo possibilitaram uma ampla compreensão de como os jovens negociam suas agências no cotidiano, evidenciando suas inovações, criatividade e resiliências, sem deixar de reconhecer que mudanças estruturais são necessárias para lidar com a origem dos problemas e não apenas suas consequências.

Não apenas, o estudo como ferramenta metodológica para orientar práticas de inclusão, foi receptáculo de diferentes níveis de participação para os jovens. Desde protestos, como forma de participação indireta, passando por consultas regionais e nacionais ao redor do mundo, até participação direta na elaboração e escrita do estudo, os jovens foram envolvidos, negociaram seus espaços e mostraram como não existe uma fórmula específica e universal de participação (Berents, 2015; McEvoy-Levy, 2006; 2011; Paffenholz, 2014).

4.3.2

Debates Abertos

Apesar de ser apenas um entre cinco pilares da Agenda JPS, a participação de jovens em contexto de conflito e pós-conflito foi amplamente mobilizada nos dois debates abertos, com diferentes perspectivas sobre o tema e a maneira como cada representante localiza a juventude no cenário político. Ao longo dos debates torna-se evidente nas falas dos presentes entendimentos particulares sobre a participação de jovens. Como comentado no capítulo anterior, as participações tomam formatos e abordagens diferentes a depender do contexto, do envolvimento almejado pela população civil e já estabelecido culturalmente e dos limites impostos pelos governos (Paffenholz, 2014). Entre os representantes presentes nos dois debates abertos, exemplos de iniciativas governamentais foram citados em torno da participação de jovens. O governo angolano, por exemplo, considera necessário “the promotion of youth and student association, and the strengthening of social,

community-based projects directed at young people” (ONU, 2015a, p. 15), destacando a participação de jovens em espaços de tomadas de decisão com o objetivo de fomentar “information-sharing and transparency with national and international networks that seek to combat violent extremism” (p. 16).

O primeiro debate, em 2015, antecedeu a aprovação da primeira resolução e levantou questões sobre a importância da inclusão da sociedade civil e como os jovens podem colaborar ao serem pontes de diálogo com as comunidades locais (ONU, 2015a, p. 11-12). Entre outras colocações realizadas, foi reforçado pelo representante espanhol, Ignacio Ybáñez, que a juventude não é uma categoria homogênea e que suas visões e experiências possuem contribuições para processos de *peacebuilding*. Entre outras coisas, o representante comentou que “Young people are not a homogenous group with an intrinsic vulnerability and they do not usually begin armed conflicts” (p. 13). Outro ponto que apareceu foi a conexão da participação com processos democráticos. Segundo o representante da Angola, Manuel Domingos Augusto: “An equally important aspect consists in promoting effective participation by young people in the democratic process for social change and the development of the country” (p. 15). Ponto que foi reforçado, posteriormente, pelo representante da Índia, Bhagwant S. Bishnoi, mas dessa vez em termos de responsabilidade do governo em criar políticas de prevenção a condições que levam ao extremismo violento. O representante afirmou que: “a truly democratic, inclusive and participatory form of Government will go a long way towards preventing conditions that lead to violent extremism” (p. 35). Particularmente, o representante da Costa Rica, Juan Carlos Mendoza García, ressaltou que a participação é mais um direito que não é assegurado, junto a outros como educação e saúde (p. 51). Além disso, outros representantes comentaram que a participação precisa ser parte de uma abordagem holística, estabelecida em diferentes níveis institucionais (p. 51), e que é preciso considerar questões espirituais e emocionais (p. 16-17).

O segundo debate, em 2018, também ocorreu às vésperas da aprovação da segunda resolução da Agenda JPS e pontos semelhantes foram levantados, como a abundância de jovens, suas diversidades e desemprego. O principal foco de muitos países foi em explicar suas iniciativas internas voltadas para os jovens e como seus países lidam com a temática da participação em diferentes níveis. O debate contou também com a participação de Graeme Simpson, redator do estudo *The Missing Peace*, recém apresentado ao Conselho de

Segurança, e de jovens que participaram e contribuíram com a elaboração do estudo. Em sua fala, Simpson (2018) argumentou que os jovens ainda são tratados como um problema a ser endereçado e como não há uma relação de confiança entre a maioria deles e seus respectivos governos (ONU, 2018a, p. 5). Entre as jovens convidadas, Sophia Pierre-Antoine falou sobre os obstáculos enfrentados pelos jovens para exercerem a participação, principalmente por questões etárias, de gênero e socioeconômicas (p. 7-8). Segundo Sophia:

“Such inclusive platforms enabling young women and men to take part in peace and security discussions are rare. I hope that Member States can replicate that inclusive participatory methodology so as to further support the work of young peacebuilders in their countries. All of us — the young people who participated in the progress study — are very clear that we do not want more weaponized forces that terrorize the poor, the indigenous, the racial and ethnic minorities, those with disabilities and illnesses and lesbian, gay, bisexual, transgender and questioning youth. Much money is spent on military action globally, when it could be spent on advancing the Sustainable Development Goals. Instead, young people called for investment in positive, peaceful and practical solutions” (ONU, 2018a, p. 7)

Às vésperas da aprovação da segunda resolução, a participação foi tratada por muitos dos presentes como algo externo a eles, os quais usaram seu tempo para falar de políticas e iniciativas internas e o quanto já haviam avançado, destacando como era importante a inclusão de jovens pela ONU (ONU, 2018a), como veremos abaixo.

O combate e prevenção à violência extrema são os principais argumentos reforçados ao longo dos debates, argumentando que os jovens “play a crucial role through their participation in any strategy against violent extremism and in peace processes” (ONU, 2015a, p. 14, representante da Espanha). Para o representante do Iraque, as principais participações de jovens precisam acontecer “in decision-making, liberating our land, countering extremism and terrorism and preventing terrorist groups from recruiting young people in order to fuel hatred and destruction” (ONU, 2018a, p. 46). Entre as iniciativas do país, o estudo *The Missing Peace* nos fornece o exemplo de um programa televisivo. O *Salam Shabab* “is a youth-run reality television show involving around 50 Iraqi youth undertaking a series of tasks to become “peace ambassadors” in their country” (Simpson, 2018, p. 56).

Outro exemplo de participação que apareceu nas falas de alguns representantes foi a realização de consultas, como no caso da Bulgária, que busca

assegurar “the meaningful participation of young people in all spheres of political and public life through broad and inclusive consultation”; e a implementação de sistemas de cotas, exemplos fornecidos pelo Marrocos e da Tunísia (ONU, 2018a, p. 82-84). Segundo Khiari, representante da Tunísia, o sistema de cotas para a participação de jovens junto ao governo “was adopted in the electoral law, ensuring a direct and equitable participation of young people all over the country” (p. 84). Semelhante a implementação de cotas, o representante do Sri Lanka, Amrith Rohan Perera, destacou a importância da Agenda JPS e falou sobre diversos programas e políticas domésticas voltadas para os jovens que foram implementadas (p. 67), mas quando comparamos com os dados presentes no estudo *The Missing Peace*, vemos como ainda há um longo caminho a ser percorrido para atender as demandas dos jovens e estabelecer a participação a nível de tomadas de decisão. Segundo o estudo:

“In Somalia and Sri Lanka, youth councils are not directly connected to national parliaments, which has raised questions regarding the “actual power of such structures to effectively channel youth voices into concrete change” (Inter-Parliamentary Union TP, p. 16). For some, youth councils give access to government personnel and policymaking processes, whereas others see them as unhelpfully segmenting policy into “youth” and “non-youth” issues, potentially doing more to narrow channels of meaningful participation, or tighten political parties’ control over youth politics” (Simpson, 2018, p. 65).

Não apenas, o estudo aponta como muitos jovens entendiam estes conselhos como meramente consultivos, sem uma participação adequada e direta nas tomadas de decisão e na elaboração de projetos voltados para a juventude (Simpson, 2018, p. 65). Sem uma representação adequada de jovens, suas participações tornam-se apenas ferramentas simbólicas para legitimar práticas tradicionais dos governos mencionados. Durante o segundo debate aberto, o representante do Sri Lanka discursou sobre como seu governo avançou em termos de baixa na mortalidade infantil e que até 2041 “one of every four persons is expected to be an elderly person” (ONU, 2018b, p. 66). No entanto, este tipo de política desvinculada de uma participação efetiva de jovens não contribui para a estabilidade social e/ou durabilidade da paz, como são os objetivos destacados pela Agenda JPS. Sem subsídios, muitos programas e iniciativas de jovens não conseguem ter amplo alcance nas comunidades locais (Simpson, 2018, p. 42), demonstrando desalinhamento com as demandas da juventude e baixo incentivo para participação em espaços políticos.

Semelhante crítica pode ser estendida ao governo da Somália, onde os conselhos da juventude não possuem ligação direta com parlamentos nacionais, ou seja, estruturas políticas não são adequadas e espaços institucionais não são criados para incluir os jovens e assegurar suas participações. É neste sentido que grande parte das iniciativas citadas ao longo dos debates são discursadas como modelos de participação direta ou mesmo moderada (Paffenholz, 2014; Mendes, 2021), mas que na realidade permanecem insuficientes e meramente simbólicas e sem mudanças políticas no combate a violências estruturais. Estes exemplos do Sri Lanka e da Somália são evidências de que a agência de jovens pode ser cooptada por governos nacionais a partir de justificativas de promoção da participação.

A criação de empregos aparece também como importante ferramenta de participação e melhor solução para ocupar a mente de jovens, afastá-los da violência e dar utilidade para suas vidas, para não ficarem à toa e sem esperanças, uma vez que a falta de prospecção não apenas os torna indefesos como também “easy prey for all types of extremists” (ONU, 2015a, p. 43, representante da Bélgica). Um exemplo é a fala do representante da Coreia do Sul, Oh Joon, que associou a criação de empregos com a sensação de pertencimento: “It is the home communities themselves that are best placed to protect their youths from such vulnerability, by providing them with a sense of belonging, identity and job opportunities” (p. 58). Em meio a outras falas, é possível notar uma associação do empoderamento individual com a criação de empregos e que a própria criação de empregos é defendida em termos de demandas de um mercado liberal, onde os jovens teriam as ferramentas para construir seus próprios futuros.

É neste sentido que o representante da Costa Rica, Mendoza-García, ao ressaltar a importância de jovens destacou “the growth of the youth population, particularly young people of working age, which serves as the economic and demographic engine of our region within the current global context” (ONU, 2015a, p. 50). Na fala dele, a importância da participação dos jovens é tratada em termos econômicos e de capital humano para que o progresso seja possível. Ainda em defesa da participação em termos econômicos, o representante da Alemanha, Martin Schulz, afirmou que “we can promote this positive influence by focusing on youth training and employment [which] is a fundamental driver of economic development, and [...] *[d]ecent work is the basis for socioeconomic participation*” (ONU, 2018a, p. 52, destaque meu), além de reforçar o papel central do setor privado, onde “more private-sector dynamism is needed to create new jobs” (p. 52).

No entanto, como o próprio representante destaca, os principais programas desenvolvidos pela Alemanha em processos de *peacebuilding* são por meio de políticas externas. Com destaque para o Sudão do Sul em seu discurso, é recomendado para um Estado do Sul Global mais envolvimento com o setor privado, bem como “*employment-effective business and cooperation models [and] demand-oriented training*” (ONU, 2018a, p. 52). Ou seja, a participação de jovens se torna, neste movimento, importante ferramenta para impulsionar o setor privado, a economia em termos liberais e uma lógica mercadológica e neoliberal em processos de *peacebuilding*. É neste sentido que podemos destacar que os interesses que ganham prioridade quando a participação de jovens é defendida na política internacional são os de políticas neoliberais, e não os de jovens propriamente. O que a defesa da inclusão dentro dos moldes da paz liberal faz é alinhar as demandas de participação de jovens ativistas com os interesses econômicos. Como argumenta Sukarieh e Tannock (2008, p. 305):

“interests of youth and capital are established as being closely parallel — indeed, one and the same — how youth-friendly policies are subsequently framed as being, by definition, business-friendly policies (and vice versa), and how the actions that the international community should be taking are predetermined and set in stone ahead of time”

Ao longo dos debates abertos foi também constantemente reiterado como os jovens são mais suscetíveis ao recrutamento devido a suas vulnerabilidades, sendo o desemprego a principal entre elas. Não apenas os jovens desempregados estão desamparados e desesperados, como se tornam mais fáceis de manipular, porque “[they] are sensitive to romantic and heroic ideias”, segundo Plasai, representante da Tailândia (ONU, 2015a, p. 45). A incapacidade de jovens, é uma construção argumentativa constante no porquê políticas antiterroristas e de controle e prevenção da violência extrema precisam ser tomadas. No segundo debate, representando os Estados Unidos, Kelley Eckels-Currie explicou como os jovens podem ser “a catalyst for economic growth and lasting peace the world over”, mas que fatores como “poverty, unemployment, illiteracy, discrimination, *boredom* and marginalization [...] ideology, a sense of belonging, the prospects of fame or glory and other benefits” podem levar a violência extrema (ONU, 2018a, p. 14, destaque meu).

Além disso, quase ao final do discurso da representante, é exaltada a atuação externa dos Estados Unidos na Tunísia em um projeto voltado para a resiliência e

empoderamento das comunidades locais: “[in] Tunisia, we support young leaders through the Sharekna project, working with their communities to *strengthen resilience in the face of economic, political and social stresses*” (ONU, 2018a, p. 15). A resiliência é tratada como fundamental para que os jovens sejam capazes de, individualmente, enfrentar seus problemas. Na fala da representante não são mencionadas violências estruturais, além da marginalização tratada nos mesmos termos que o tédio (*boredom*).

Não apenas a criação de empregos, a educação é também associada a demandas de mercado e proposta a partir de estruturas ocidentais, semelhante a outros documentos analisados previamente no capítulo 1 (Sukarieh et al., 2008). O representante da França sugere que a luta contra o terrorismo é uma luta moral, que precisa de respostas apropriadas, como a implementação da educação nos moldes franceses, com “*specific teachings, to focus on the concepts of citizenship and secularism*” (ONU, 2015a, p. 10, destaque meu). Já a representante do Líbano, Caroline Ziade, afirma que “[e]ducation should also *be oriented to the needs of the labour market* and ensure a dignified livelihood, social inclusion and a wider participation in the public political sphere” (p. 54, destaque meu). Sobre o segundo debate aberto trago aqui a fala da representante da Jordânia, Sima Sami Bahous, a qual afirma que uma das medidas necessárias é estabelecer “a modern educational system that *caters to labour market needs*” (ONU, 2018a, p. 41). Desse modo, é possível argumentar que a proposta de uma educação profissionalizante evidencia como a vida de jovens é tratada em termos de utilidade para o mercado e como as agendas de paz e segurança são mobilizadas como ferramentas da paz liberal e do neoliberalismo em processos de *peacebuilding*. A educação é conectada com as demandas de mercado e a participação por meio da criação de empregos é proposta como solução não só dos conflitos, mas também como solução da pobreza e de violências estruturais e históricas (Sukarieh, 2008).

Na identificação de problemas enfrentados pelos jovens e que impede a participação almejada, poucos foram os membros que reconheceram a questão da desconfiança entre os jovens e seus governos. Um deles foi a Islândia, onde seu representante argumentou que “[societies] that allow young people to participate in public life are less likely to experience violence” (ONU, 2018a, p. 31). Ainda nesse sentido, o representante da África do Sul, Wouter Zaayman, reforçou que “there is a need to invest in young people’s capabilities, redress the structural barriers that limit youth participation in peace and security, and emphasize partnerships and

collaborative action” (p. 60). No entanto, ao analisar mais discursos e os debates de maneira geral, é evidente que tais propostas acontecem alinhadas com abordagens neoliberais e mercadológicas, bem como intervenções militares. Para Nusseibeh, representante dos Emirados Árabes no primeiro debate, as causas dos conflitos e a vulnerabilidade dos jovens podem ser associadas “[with] the significant and growing “youth bulge” globally and the stress it is placing on basic services such as education, unemployment, *perceptions of injustice, individual alienation or community grievances*” (ONU, 2015a, p. 74-75).

Este tipo de colocação não apenas contribui para despolitizar a atuação de grupos armados, como também para a despolitização de insatisfações da sociedade civil, em específico dos jovens. Violências estruturais e injustiças sociais são tratadas em termos de *percepção* e *ressentimentos* e a agência de jovens é considerada *alienação* quando não compatível com os interesses do Estado. A inclusão de jovens em processos de paz acontece, então, de maneira instrumentalizada, onde suas participações são limitadas e controladas, sem gerar mudanças estruturais (Mendes, 2021; Sukarieh et al., 2017). Predominam, neste tipo de abordagem, estratégias *top-down* em relação ao contexto local, individualizando e restringendo as participações, tornando-as incompatíveis com as necessidades cotidianas (Lanz, 2011; Mendes, 2021; Richmond, 2009; Tadjbakhsh, 2011).

Por fim, é importante destacar que em diferentes falas é perceptível um teor quase místico ao tratar do problema da violência e do terrorismo, como se fosse algo misterioso em sua concepção, de impossível compreensão. Segundo o próprio presente da sessão no momento, o príncipe Al Hussein bin Abdullah II, da Jordânia, a guerra ao terror é uma preocupação de todos, uma vez que a interconectividade moderna proporcionou que todas as vozes sejam ouvidas, e nesse movimento “[the] ideologies of darkness can reach where armies cannot [...] luring victims into their dark world under religious pretexts and promises of heavenly rewards” (p. 9). De modo semelhante, segundo o representante da França, Leo Kanner, os jovens precisam ser incluídos porque são “the best shield against obscurantism” (p. 10), ao mesmo tempo em que precisam ser protegidos das maquinações de teorias da conspiração que se aproveitam de jovens desamparados e indefesos e os colocam contra autoridades institucionais (p. 10).

Neste movimento de despolitização de conflitos, o Sul Global ganha centralidade nos debates como região fértil para o surgimento de conflitos. As

menções aos países do Oriente Médio e Norte da África são constantes, colocando-os como regiões relevantes para a implementação da Agenda JPS. Um exemplo explícito pode ser encontrado com a fala do representante da Geórgia, Giorgi Kvelashvili, que centralizou o problema em países de “Terceiro Mundo”:

"The participation of third-country citizens as foreign terrorist fighters in ISIL and other terrorist groups is a matter of serious concern. Addressing this problem, especially taking into account its transnational and cross-border nature, requires coordinated approaches. We stand ready to work closely with our international partners in countering the global problems posed by foreign terrorist fighters by better coordinating our efforts, as well as exchanging experience and good practices" (ONU, 2015a, p. 64).

Em contraste, podemos encontrar neste mesmo debate posicionamentos que divergem deste acima. O representante da Espanha, Ignacio Ybáñez, argumentou que, em 2015, “of the 20,000 foreigners who are part of Daesh, at least one-fifth are from Europe” (ONU, 2015a, p. 13). Já a representante da Colômbia, Mejía Vélez, discursou sobre que:

“[N]either poverty nor underdevelopment is the cause per se of such phenomena, as some have said. As history has taught us, terrorism and extremism affect very diverse societies with disparate levels of development and varying social-inclusion conditions. For that reason, it is not just counterproductive but also mendacious to stereotype terrorism, radicalization and violent extremism among youth as being uniquely a problem of underdeveloped societies”

A alocação do problema em termos místicos e enigmáticos desqualifica as resistências e lutas armadas como questões políticas e inibem críticas à origem dos problemas, tratando-os como pré-discursivos e inerentes às regiões onde acontecem. Este tipo de posicionamento impede com que relações desiguais de poder sejam questionadas em suas origens e que soluções adequadas sejam propostas. De acordo com Barkawi e Laffey (2006, p. 332): “As a result, security studies provides few categories for making sense of the historical experiences of the weak and the powerless who comprise most of the world’s population”. É neste sentido que entendimentos particulares de segurança e ameaça, promovendo soluções postas como universais para resolver os problemas. Soluções geralmente engendradas na percepção de paz liberal, com uma visão e contextualização histórica individual e autônoma dos Estados e que são incompatíveis com resoluções de conflitos que levam em consideração o local, a origem dos conflitos e as violências estruturais (Barkawi et al., 2006; Sukarieh et al., 2017).

Desse modo, ainda que a proposta inicial da inclusão de novos atores, como os jovens, pretendesse quebrar com o tradicionalismo nos processos de paz e proporcionar soluções coletivas e duradouras, na prática ela passa a funcionar como ferramenta de legitimação da paz liberal, com a participação despolitizada da sociedade civil (Lanz, 2011; Mendes, 2011). Ao mobilizar o debate sobre o impacto que as vidas de jovens têm no aumento da violência e relacionar com uma solução em termos econômicos, o regime internacional de segurança torna a JPS uma ferramenta neoliberal justificada em termos de inclusão, i.e., a agenda passa a integrar um sistema cujo propósito é a manutenção da ordem social/neoliberal e a promoção de políticas de intervenção e políticas econômicas que individualizam o sujeito e priorizam o setor privado (Altiok, 2021; Sukarieh et al., 2017; Parashar, 2018; Pratt, 2013).

4.4

Avanços e limites

Em 2020, foi lançado o relatório proposto pela Resolução 2419 (2018), e estabeleceu-se uma produção bianual de um relatório sobre a implementação das três resoluções por parte dos Estados Membros. A continuidade do relatório teria como finalidade garantir um comprometimento da ONU com a agenda JPS (Berents et al., 2021, p. 8). Os relatórios são construídos a partir de informações e dados fornecidos pela ONU, pelos Estados-membros, organizações regionais e organizações da sociedade civil, principalmente aquelas que têm como alvo jovens e/ou são lideradas por jovens.

Apesar dos avanços apresentados, com o relatório de 2020, torna-se evidente sua insuficiência frente aos desafios globais dos últimos anos e das práticas tradicionais encontradas na política internacional. A seguir são comentados os relatórios e suas informações e, em seguida, são levantados questionamentos acerca da Agenda JPS.

4.4.1

Relatórios

No primeiro relatório, entregue em 2020, dois pontos foram destacados sobre o desenrolar das resoluções: o aumento do debate sobre o papel dos jovens e

seus reconhecimentos e os obstáculos que permanecem para que suas participações não sejam apenas simbólicas (ONU, 2020a, parag. 10). O relatório admite que apesar do reconhecimento crescente sobre as contribuições dos jovens em processos de *peacebuilding*, ajudando em diálogos com a comunidade local, provendo perspectivas e experiências características à juventude e atuando como pontes intergeracionais com as comunidades locais, suas participações formais em espaços institucionais permanecem um desafio (ONU, 2020a).

Entre 2015 e 2020, mais programas foram criados e recursos alocados para apoiar políticas voltadas para os jovens e suas atuações independentes e exemplos de iniciativas podem ser encontrados em países como Colômbia, Filipinas, Iraque, Líbia, entre outros (ONU, 2020a, parag. 18, 26). Apenas em 2018, cerca de 10 milhões de iniciativas de/para jovens foram apoiadas e financiadas, além de eventos e conferências regionais em busca de aprofundar a questão (parag. 39, 42-44, 65). Também entre 2016 e 2019, com a criação do *Youth Promotion Initiative*, cerca de 57,2 milhões de dólares foram investidos, como, por exemplo, em Burundi (parag. 68).

O segundo relatório, lançado em 2022, apresenta dados mais atualizados que consideram o efeito da pandemia na vida de jovens ao redor do mundo. A situação pandêmica é descrita como fator crucial na piora da qualidade de vida da juventude, seja em termos de desigualdades socioeconômicas, de interrupção da educação e de serviços públicos, no aumento do desemprego ou na piora da saúde mental, além de intensificar os conflitos e as vulnerabilidades da sociedade civil. Esta piora representou também um declínio na criação de programas e políticas de/para jovens, o que estagnou práticas de inclusão (ONU, 2020a, parag. 2-6).

Em termos de participação institucional, são escassas as informações oficiais, mas há um consenso de que a participação de jovens permanece marginalizada em processos de *peacebuilding* e em órgãos governamentais. Em 2016, por exemplo, apenas 2,6% dos parlamentos no mundo continham funcionários com menos de 30 anos, evidenciando uma grande lacuna entre a idade mínima permitida para votar — que costuma ser entre 16 a 18 anos — e a idade dos representantes políticos. Em 2020, apenas 1% dos parlamentos continham mulheres com menos de 30 anos (parag. 16-17). Não foram fornecidos dados sobre a presença de grupos étnicos e não-brancos. O pouco avanço aconteceu também por meio dos departamentos e órgãos de *peacebuilding* da ONU, como em missões de paz na Líbia, no Iêmen, na Bolívia e na Tunísia (parag. 13).

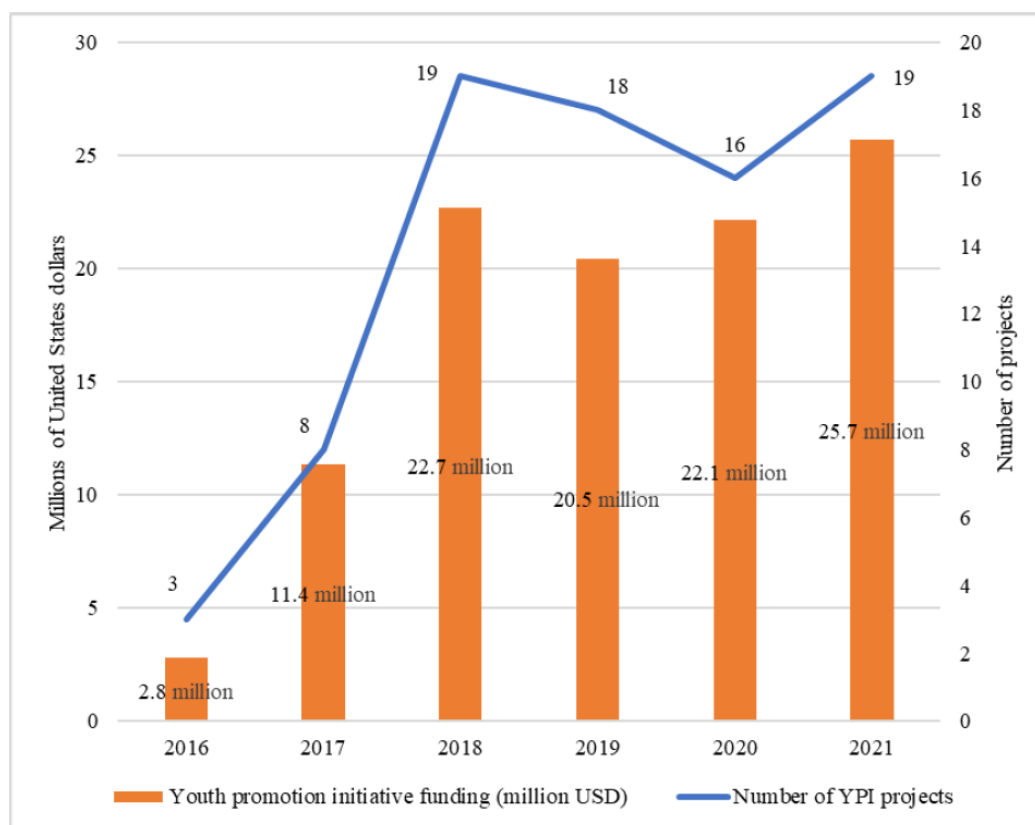
Em termos de proteção, a violência envolvendo principalmente jovens meninas e mulheres cresceu exponencialmente e jovens ao redor do mundo foram prejudicados. A educação, importante ferramenta para a prevenção da violência, sofreu interrupção e muitos jovens afastaram-se permanentemente das escolas após as reaberturas. A pandemia prejudicou a trajetória educacional de cerca de 94% dos estudantes no mundo (ONU, 2022, parag. 25-32, 35-36). Em setembro de 2021, conforme o segundo relatório, “131 million students had missed an estimated 1.8 trillion hours of in-person learning” (parag. 35). O desemprego também, junto à educação, foi afetado em grande escala, piorando a qualidade de vida de jovens ao redor do mundo (parag. 40). Informações sobre programas de desengajamento e reintegração apontam para a inclusão em regiões como República Centro-Africana, Colômbia, Congo, Iraque e Sudão, com foco em projetos voltados para mulheres (parag. 43). Em termos de parceria, os dados indicam que quando elas ocorrem é de maneira transacional, focando em ganhos apenas para um lado, sem considerar questões de responsabilização e cooperação, com foco na cooptação da legitimidade que jovens passam para promover intervenções (parag. 44).

Apesar dos obstáculos, os dois relatórios reconhecem que a participação independente de jovens cresceu em diversas regiões, como protestos políticos por melhores sistemas democráticos, igualdade de gênero, oportunidades econômicas e justiça social. Um importante fator neste quesito foram as redes sociais e o maior contato e envolvimento com o meio virtual devido ao isolamento social (ONU, 2020a, parag. 4-5). Apenas em 2020, cerca de 5 milhões de jovens participaram em alguma forma de engajamento civil e tomadas de decisão em suas comunidades (parag. 20). Ao exemplificar a atuação de jovens ao redor do mundo em meio a protestos, no entanto, apenas países do Sul Global foram mencionados, excluindo episódios muito importantes e que evidenciaram as agências e demandas políticas dos jovens, como o assassinato de George Floyds, em maio de 2020 nos Estados Unidos, que desencadeou uma série de protestos e revoltas civis contra o racismo presente nas forças policiais. Este, entre outros exemplos, evidencia a produção de uma narrativa onde o conflito e instabilidade social são características presentes apenas no Sul Global.

Visando melhorar os dados recolhidos, o relatório menciona a parceria com atores internacionais, como o Banco Mundial — um dos responsáveis por perpetuar uma construção e análise enviesada de jovens em seus relatórios (ONU, 2022, parag. 47; Sukarieh et al., 2016). Além disso, atividades como eventos, mesmo que

online, com foco em questões de juventude, paz e segurança foram realizados e políticas nacionais e leis nesta temática foram criadas no Azerbaijão, México, Austrália, Irlanda, Congo, Itália, entre outros. (parag. 50-57). O *Peacebuilding Fund* continuou com o financiamento de programas e ONGs de/para jovens por meio do *Youth Promotion Initiative*, e entre 2020 e 2021 foram investidos um total de 47,9 milhões de dólares em 35 projetos diferentes, como mostra a tabela abaixo:

Tabela I: Tendências de financiamento no âmbito da *Youth Promotion Initiative* do *Peacebuilding Fund*



Fonte: ONU (2022, p. 17)

Apesar da pandemia, os relatórios evidenciam o crescimento tanto do debate sobre os jovens e suas contribuições para a construção da paz, como também um pequeno avanço em termos de criação de programas e políticas nacionais e internacionais por parte dos Estados-membros. As tendências sugerem que mais programas pautados em jovens líderes e agentes da paz serão criados em todo o mundo, o que não necessariamente significa que estas iniciativas irão responder adequadamente a problemas de insegurança que afetam os jovens e a sociedade civil como um todo. Os seus sucessos vão depender de mudanças e transformações

estruturais por parte dos Estados e instituições, cujas ações precisam ir mais além do que a criação de empregos e promoção da educação (Ozerdem, 2016).

4.4.2

A securitização de jovens

Como visto no capítulo anterior, a inclusão da sociedade civil ainda é um debate que levanta controvérsias entre a comunidade internacional, em especial em processos de *peacebuilding*. Os desconfortos causados à possibilidade de participação civil em processos de paz têm a ver com seu caráter político e, portanto, múltiplo. A inclusão em sua idealização inicial deveria transbordar identidades políticas diversas que, por sua vez, contribuíram para a construção da paz. Mesmo com evidências empíricas cujos dados revelam maior estabilidade quando há inclusão de atores da sociedade civil nos processos de *peacebuilding*, mudanças estruturais para sua aplicabilidade ainda são escassas e insuficientes (Mendes, 2021; Paffenholz, 2014).

No entanto, a natureza política da inclusão não é refletida na prática e casos onde ocorreu a participação de atores não tradicionais em alguma parte do *peacebuilding* foi de maneira limitada e quando considerada útil para legitimar o processo (Mendes, 2021). Quando a inclusão da sociedade civil acontece é, a princípio, por meio de ONGs e em etapas secundárias do processo de paz, sem participar diretamente em espaços de tomada de decisão. Um dos motivos para isso, é a percepção de que em espaços formais são necessários sujeitos com expertise, que possuam conhecimentos técnicos e especializados sobre o conflito e como resolvê-lo. Esta percepção ignora contribuições e experiências cotidianas do conflito que podem ajudar em sua solução e trata a sociedade civil como uma ferramenta que precisa ter utilidade técnica. A instrumentalização da sociedade civil é acompanhada de sua despolitização, uma vez que suas experiências cotidianas seriam pontos-chave de questionamento de práticas políticas e críticas a relações de poder desiguais (Mendes, 2021; Richmond, 2008). Como argumenta Mendes (2021, p. 54): “As a consequence, inclusion is most often laid out as a tentative effort by decision-makers, one that may be quickly discarded when more urgent matters surface throughout negotiations”.

Em relação aos jovens, a hiper-visibilização que as últimas décadas proporcionaram reforçou as construções ambíguas acerca desta categoria,

associando-as com narrativas presentes na política internacional. O conhecimento gerado sobre os jovens os colocou no holofote como problemas de segurança que precisavam ser solucionados por meio de políticas desenvolvimentistas e de caráter neoliberal. Teorias sobre jovens como excesso populacional — *youth bulge* — no Sul Global contribuíram para a alocação deles como problema e ameaça a ordem social. Seus *status* enquanto delinquentes em potencial foi relacionado com a alta taxa de desemprego e, conseqüentemente, também a solução foi produzida em termos econômicos (Sukarieh et al., 2015).

A solução para acabar com o desemprego e diminuir a violência, pautada em termos econômicos, foi proposta associada a debates sobre inclusão e *peacebuilding*, uma vez que o desemprego de jovens seria problema também de segurança. Desse modo, crescem cada vez mais programas voltados para a criação de emprego e/ou para promover a empregabilidade, como cursos e treinamentos, para que as ofertas sejam compatíveis com as demandas de mercado. Em termos de participação política, essas iniciativas foram consideradas parte de programas de inclusão por desviar os jovens do caminho da violência e ocupar suas mentes, antes suscetíveis à manipulação de grupos armados (ONU, 2005; ONU, 2015a). Ou seja, o conhecimento produzido sobre os jovens, em especial aqueles do Sul Global, associou seus *status* enquanto trabalhadores com agência positiva, como sinônimo de cidadania e agentes da paz (Sukarieh et al., 2017; Wai, 2020).

Esse cenário contribuiu para a despolitização da categoria da juventude em práticas de inclusão que pode ser percebida por dois movimentos. O primeiro diz respeito ao constante aumento da categoria, ampliando a faixa etária que serve de referência para idades até 35/40 anos em algumas regiões. Longe de propor definições fixas e a padronização da categoria juventude em uma faixa etárias específica, é importante analisarmos essa ampliação representa e a qual referencial ela é mobilizada. Quando o principal problema associado aos jovens é o desemprego — e a violência decorrente disso — e a categoria juventude é ampliada para até 40 anos, o problema ainda é o desemprego entre os jovens, de maneira específica, ou o desemprego de maneira geral? Quando os jovens são produzidos como problemas de segurança, eles são também construídos como inexperientes, vulneráveis, dependentes e manipuláveis, em oposição aos adultos. Mas se os jovens manipuláveis já são adultos, são suas idades que os tornam inferiores, incapazes e inexperientes, que precisam de ajuda e programas externos, ou questões de interseccionalidade como raça, gênero e classe? E mesmo as relações e

manutenção de poder do Norte Global com o Sul Global pode entrar nesta análise, uma vez que os jovens cada vez mais velhos são localizados em regiões do Sul Global. Quando os jovens são produzidos enquanto problema de segurança devido a seus *status* de desempregados e políticas neoliberais são sugeridas como solução, torna-se evidente de que o objetivo dessa associação é lidar e ocupar a população economicamente ativa, em especial no Sul Global (Sukarieh et al., 2017; Wai, 2020).

O desemprego não é apenas uma condição estrutural de determinados Estados, sem conexão com relações internacionais desiguais. O histórico desta condição está diretamente ligado e é constituído por uma relação política global de dominação e desigualdade que privilegia atores hegemônicos do Norte Global. Para que problemas socioeconômicos como o desemprego sejam resolvidos é necessária uma abordagem que vá considerar o papel do Norte Global na produção de injustiças e desigualdades no Sul Global. No entanto, as políticas de criação de empregos sugeridas não dialogam com as violências estruturais e a insatisfação das populações não conseguem ser explicadas apenas em termos de desemprego (Sukarieh et al., 2017; Wai, 2020).

Nesta mesma linha de questionamentos, o segundo movimento associado a despolitização dos jovens está relacionado com suas interseccionalidades e atravessamentos identitários. Os documentos muito mencionam a necessidade de considerar os jovens em suas diversidades, no entanto, o máximo de reconhecimento que essas identidades aparecem de maneira explícita é no tocante a questões de gênero, que não deixa de ser importante por isso. Quando analisado quais jovens são alvo de intervenções externas, vemos um foco em jovens homens árabes e negros. Não considerar a interseccionalidade presente na categoria juventude e trata a inclusão de jovens de maneira genérica contribui para limitar suas contribuições em processos de *peacebuilding* e quaisquer outros espaços políticos, além de contribuir com suas marginalizações (Altiok et al., 2021; Sukarieh et al., 2017).

As desigualdades presentes nas relações políticas são informadas por um fator racial e colonial que está presente na formulação de estruturas institucionais e políticas externas (Altiok et al., 2020; Anievas, 2014; Sukarieh et al., 2017). Além disso, não apenas a criação de empregos, mas políticas pautadas em empoderamento continuam sendo utilizadas pelo ocidente, com fórmulas a serem seguidas para “salvar” os indefesos do Sul Global (Parashar, 2018). São os jovens

do Sul Global que são produzidos como fontes de instabilidade e potenciais terroristas e, consequentemente, se tornam alvos de intervenções militares. É neste sentido que qualquer inclusão não é o suficiente para que a participação de jovens seja compatível com representações políticas plurais. O pouco reconhecimento que os jovens têm nestes espaços é limitado por uma imagem específica que silencia seus potenciais e despolitiza suas identidades (DeGraaf, 2018; Sukarieh et al., 2017).

Deste modo, a promoção da juventude como um recurso, como agentes da paz, importantes para processos de *peacebuilding*, está ligada a um projeto neoliberal de aproximar transformações sociais, como reformas educacionais, reestruturação de instituições estatais e leis trabalhistas com uma abordagem corporativa, de negócios e nas linhas de mercado (Brown, 2018; Sukarieh et al., 2015; Wai, 2020). A Agenda JPS é atrelada a uma estrutura prévia que faz parte da herança do pensamento colonial e da colonização, reproduzindo injustiças, relações imperiais e a construção do “outro”, no caso os jovens, como inferiores e indefesos, que precisam da orientação de adultos, especificamente aqueles do Norte Global (Sukarieh et al., 2017). Reproduzindo assim estereótipos do Sul Global como local de intervenção e laboratório de políticas que visam transpor estruturas ocidentais para o restante do mundo (Doty, 1996; Wai, 2020).

Os relatórios apresentam poucos avanços em termos de inclusão dos jovens e reconhecem que suas inclusões institucionais ainda estão limitadas. Uma análise detalhada de cada um dos programas mencionados nos relatórios foge ao escopo deste trabalho. Entretanto, a maneira genérica e sem detalhes nas quais elas são informadas em conjunto com o modo como os jovens são entendidos como um problema de segurança nos debates abertos evidencia a prioridade em promover políticas de segurança no Sul Global e de controle das agências e contribuições de jovens (Sukarieh et al., 2017).

A Agenda Juventude, Paz e Segurança, desta maneira, pode ser entendida como instrumento do regime internacional de segurança, promovendo a securitização de jovens. A agência de jovens é então cooptada e canalizada para a reprodução de hierarquias de poder, controlando como e onde ela é legítima de acontecer. Ao centralizar o impacto direto que o aumento do extremismo violento tem na vida de jovens, o regime internacional de segurança utiliza dos benefícios e ampla aprovação da JPS para promover políticas neoliberais e intervencionistas que seguem a lógica da paz liberal (Sukarieh et al., 2017; Parashar, 2018). Ao centralizar

essas questões de segurança, a resolução faz parte do sistema que busca promover uma determinada ordem social/neoliberal, refletindo e fomentando políticas de “Guerra ao Terror” (Sukarieh et al., 2017; Pratt, 2013), como visto na fala do príncipe Al Hussein bin Abdullah II, durante o primeiro debate aberto em 2015 (ONU, 2015a, p. 9).

Ela é mobilizada a partir de hierarquias de conhecimento sobre os jovens que os reforçam no lugar de problema, mesmo que argumentos sobre suas utilidades sejam feitos, uma vez que violências estruturais não são endereçadas. Apesar de incluir os jovens como *peacebuilders*, essa abordagem continua os colocando como suscetíveis a entrar em grupos armados. São propostas políticas de segurança que contribuem para a insegurança local e promovem violências internas e externas contra eles, uma vez que os estereótipos raciais e étnicos os colocam como uma ameaça que precisa ser contida (Altiok, 2021; Sukarieh et al., 2017).

Por meio de uma racionalidade da paz liberal e do neoliberalismo, a ordem social é remodelada para atender as necessidades ocidentais. O principal locus organizacional para o neoliberalismo é o mercado e é por causa dele que os jovens passam a ser tratados como problemas de segurança que demandam soluções econômicas. Nestes Estados, o neoliberalismo atua na privatização econômica em busca de eliminar restrições econômicas impostas pelo governo, tirando sua responsabilidade e a colocando no sujeito, eles seriam os responsáveis pelo desmantelamento de provisões públicas (Brown, 2018). No entanto, mais do que isso, o neoliberalismo atinge a esfera do pessoal para controlar o social. Isso acontece quando cada vez mais atividades são construídas enquanto privadas, desreguladas e "protegidas" de normas democráticas reguladoras (Sukarieh et al., 2017).

Mesmo que não tenha uma definição sobre as resoluções, o modelo de *peacebuilding* e o tipo de participação almejada, o que é promovido na prática é o tradicional das operações da ONU e de Estados-membros, pautados na paz liberal. A Resolução 2250, por exemplo, fala sobre a participação de jovens como necessária para *fortalecer* práticas de *peacebuilding* já existentes, que não propõe políticas de redistribuição de poder político e econômico, necessários para que as origens do conflito sejam endereçadas (Sukarieh et al., 2017). Os modelos de paz liberal propagados se apropriam de demandas por inclusão e seu *status* como norma nas práticas de *peacebuilding* e utilizam a imagem de jovens para se promover como políticas legítimas de inclusão e com espaços de participação, mas ignorando

interseccionalidades e relações de poder desiguais entre Norte e Sul Global (DeGraaf, 2018).

A participação de jovens e suas contribuições para a construção da paz enquanto trabalhadores carrega também a noção de que assim eles serão, finalmente, integrados à modernidade, se tornando cidadãos modernos em sociedades modernas. A promessa de cidadania, modernidade e progresso estão embutidas no modelo de paz liberal, que não são cumpridas (Sukarieh et al., 2017). Ao Sul Global é prometido a modernidade a partir de políticas que promovem a manutenção das desigualdades internacionais. O Sul Global se torna espaço de experimentos e implementação de técnicas e políticas externas, laboratórios de normalização, que no caso dos jovens buscam adequar suas agências às práticas da paz liberal, colocando suas demandas em termos de empregabilidade. Na formulação de políticas, o histórico imperial das interações entre Estados permanece fora do processo, não é considerado a maneira como os Estados modernos e o internacional foram construídos a partir de práticas de exclusão (Barder, 2015).

4.5

Considerações finais

Em busca de ir além de um olhar romantizado sobre a inclusão de jovens em espaços políticos, o capítulo buscou analisar como a política e a segurança internacional produzem objetos de segurança e articulam construções ambíguas sobre a categoria juventude. A juventude é inferiorizada em relação ao adulto, construída como ingênuos e inexperientes, ao mesmo tempo em que possui importantes contribuições para processos de *peacebuilding* e se tornam ameaças à ordem social. O que vai diferenciar as abordagens em relação aos jovens são seus contextos e os tipos de participação que vão exercer (Sukarieh et al., 2017). Para um funcionamento adequado da inclusão de atores civis em espaços políticos formais é necessária uma nova abordagem e transformações nas relações políticas e de poder, uma nova forma de dialogar com o local e fazer política a partir do local, a partir do coletivo e não mais por estruturas liberais e pautadas em concepções políticas individualistas (Mendes, 2021).

No entanto, suas inclusões não acontecem em oposição a suas securitização, mas por meio delas. Com políticas de anti-radicalização, de contra-extremismo e prevenção da violência, os jovens são os principais alvos de intervenções militares, principalmente jovens homens árabes e negros do Sul Global, ao passo que suas participações em processos de *peacebuilding* permanece como um token. A securitização de jovens contou com produções de conhecimento sobre *youth bulge*, reforçando-os como um problema e ameaça a ordem social, ao mesmo tempo em que políticas de participação política são propostas em busca de canalizar suas agências para a promoção da paz liberal. Políticas de CVE e PVE apresentam riscos de segurança para os jovens, e a limitada inclusão de jovens propostas em processos de *peacebuilding* servem para legitimar essas práticas (Altiok, 2021; Sukarieh et al., 2018; Wai, 2020).

Isso não significa, no entanto, que os jovens sejam espectadores passivos e que não questionam e negociam suas participações políticas. Os jovens incluídos em espaços formais de participação mantêm relações complexas de combate à securitização da juventude ao mesmo tempo em que recebem financiamentos para seus programas e projetos. Além disso, os jovens negociam diariamente suas agências e participações em seus cotidianos, principalmente em contexto de conflito (Altiok, 2021; Berents, 2022). Os objetivos daqueles que advogam por parâmetros normativos em defesa da inclusão de jovens em processos de *peacebuilding* foram alcançados, culminando na criação de uma agenda de paz e segurança inovadora em termos de inclusão e juventude. No entanto, a reconfiguração das narrativas políticas sobre os jovens ainda está longe de ser alcançada. A criação de uma norma de inclusão de jovens proposta pela JPS foi desde suas formulações iniciais complicada. Apesar de considerar os jovens como importantes agentes políticos, discursos sobre a propensão à violência associada a jovens continuam a ser mobilizados, evidenciando o caráter paradoxal da Agenda JPS (Berents, 2022). Para que as mudanças normativas em termos de inclusão encontrem aplicabilidade na prática muito ainda precisa ser percorrido. Como destaca Berents (2022):

“In the negotiation of a new norm, old norms have been reinforced, which contest the emergent norm of positive youth participation in peace. These contestations may impact how successful this new norm will eventually be over time” (Berents, 2022, p. 10).

5

Conclusão

Para concluir esta dissertação, trago uma breve recapitulação do que foi explorado ao longo do trabalho junto a reflexões pessoais sobre a temática da

juventude. O objetivo inicial da dissertação foi analisar como os jovens são mobilizados na política internacional a partir de construções ambíguas. Enquanto parte da categoria juventude em sua definição fornecida pela agenda JPS, o esforço para refletir sobre essa temática me levou a considerar como eu me encaixo neste cenário. Essa reflexão esteve comigo ao longo das muitas reestruturações sobre o capítulo 2. Como primeiro capítulo, eu considerava essencial que o leitor tivesse amplo conhecimento sobre o debate da juventude e entendesse as ambiguidades intrínsecas a articulação dessa categoria.

Desse modo, eu busquei evidenciar que a categoria juventude não possui uma definição específica e universal, seja em relação a suas características ou mesmo em relação à faixa etária, i.e., a idade daqueles considerados jovens vai depender de uma série de fatores culturais, sociais, econômicos, etc. Para além, o cenário político (inter)nacional, regido por ideais ocidentais de modernidade e progresso, promove a produção de conhecimento sobre os sujeitos a partir de processos de assimilação e diferenciação, informando práticas de inclusão e exclusão (Hansen, 2006). Em relação aos jovens, se por um lado eles são construídos como a esperança e solução para o futuro, por outro lado, eles são construídos justamente como um problema e ameaça iminente (Sukarieh et al., 2015). Nesse processo, os jovens são mobilizados a partir de um sistema de conhecimentos que não é neutro e nem vazio de ideologia, mas que mobiliza variantes raciais, de gênero, sexualidade, etnia, etc., para separar aqueles considerados soluções daqueles considerados problemas.

Este movimento não é novo ou inédito à modernidade. Ao longo dos séculos, características são atribuídas a categorias como infância, juventude e vida adulta e, conforme o cenário político vigente, noções são resgatadas e associadas a diferentes sujeitos. No decorrer da Primeira e Segunda Guerra Mundial, por exemplo, os jovens soldados foram considerados sinônimos de vitória e heroísmo e a juventude como momento da vida aclamado (Ariès, 1960). Já com o processo de industrialização e, hodiernamente, com o surgimento dos conflitos, a juventude navega por caracterizações como de “reserva de trabalho”, “agentes da paz” e “problema” (Sukarieh et al., 2015; Wai, 2020). Neste último cenário, mais semelhante ao nosso atual, os jovens, em especial aqueles desempregados ou com empregos informais, são associados ao ócio, a falta de esperança, a delinquência e a imaturidade, propensos à violência e ao recrutamento para grupos armados (Allen, 1968; Sukarieh et al., 2017).

Essa percepção é articulada por meio de documentos e relatórios produzidos por agências e instituições nacionais e internacionais, como guias e manuais que carregam em si orientações para como melhor lidar com a questão dos jovens considerados um problema. O principal ponto destacado nestes documentos é o desemprego entre os jovens como principal alimento de suas vulnerabilidades e, conseqüentemente, do aumento da violência. Ao associar o desemprego à violência, associando problemas econômicos a questões de segurança, esses documentos contribuem para enquadrar jovens marginalizados, em especial aqueles do Sul Global, como problemas de segurança que precisam ser contidos.

É com este cenário de fundo que, junto ao século XXI, transformações políticas tornaram a juventude parte central dos debates, seja tratando-os como solução ou como problema. A mudança no teor dos conflitos e nos seus tratamentos internacionais no período pós-Guerra Fria contribui para destacar os jovens, uma vez que junto a tais mudanças houve grande aumento no recrutamento de crianças e jovens por parte de grupos armados não-estatais. Concomitante a isto, o ativismo de jovens em demanda por maior inclusão e participação política daqueles marginalizados encontrou ressonância com debates sobre a virada local e mudanças normativas em relação ao papel da sociedade civil nos processos de paz (Berents et al., 2021). Resultado dessas mudanças e demandas, em 2015, foi aprovada a agenda Juventude, Paz e Segurança (JPS). Entre reforçar a necessidade de mais políticas de prevenção à violência extrema (PVE), associar estratégias econômicas com soluções para problemas de segurança e destacar a abundância de jovens entre as populações ao redor do mundo, a agenda JPS ressalta a importância de incluir jovens em debates e processos políticos, associando suas participações a uma paz mais duradoura e estável (Berents et al., 2021; Sukarieh et al., 2017).

Considerada inovadora e uma grande conquista, a JPS é tida como o principal arcabouço normativo da política e segurança internacional em defesa da inclusão e participação de jovens, incentivando os Estados-membros da ONU a formularem políticas e financiarem projetos de jovens e para jovens (Simpson, 2018). No entanto, a relação entre a inclusão da juventude em processos de paz e sua participação efetiva é complexa e ainda encontra muitos obstáculos devido a interesses políticos particulares cujas intenções limitam as agências de jovens e as principais mudanças necessárias (Altiok, 2021; Berents et al., 2021). Um dos motivos para isso é a insistente percepção de que a inclusão da própria sociedade civil, de maneira geral, nestes espaços é prejudicial para o andamento das

negociações entre as partes envolvidas, sendo recebida com hostilidades por parte de atores tradicionais (Mendes, 2021).

Somada a percepção da sociedade civil como um incômodo, a relação hierárquica estabelecida entre os jovens e os adultos, pautada em termos de incompetência e imaturidade, faz com que práticas tokenistas e participações simbólicas tenham prioridade em detrimento de possíveis contribuições desses sujeitos em espaços de tomada de decisão (Berents et al., 2021). Ou seja, mesmo quando há debates e políticas que centralizam a inclusão de jovens, suas participações limitadas contribuem na promoção de construções ambíguas de jovens como um problema e uma solução. A inclusão de jovens acontece, dessa maneira, por meio da cooptação de suas agências e pautas, resultando em uma participação simbólica (Sukarieh et al., 2017).

Ademais, o descaso como o recrutamento de jovens por parte de grupos armados não-estatais é tratado em termos de imaturidade e falta de esperança, fazendo também com que eles sejam reinscritos como problemas de segurança (Distler, 2017). Nesse processo de securitização dos jovens, políticas imperialistas que contribuem com o aumento da insegurança em regiões do Sul Global são priorizadas, como o ataque por drones em países do Oriente Médio, fomentando a marginalização, a violência, a pobreza e muitas outras violências estruturais (Altiok; 2021; Distler, 2017; Sukarieh et al., 2017).

Desse modo, se por um lado a agenda JPS é considerada por muitos como um avanço da política internacional em termos de segurança e participação política (Berents, 2022; Simpson, 2018), por outro lado, é também percebida como ferramenta neoliberal, ao possibilitar a promoção de políticas intervencionistas pautadas na paz liberal (Distler, 2017; Sukarieh et al., 2017; Wai, 2020). Isso porque, os jovens como maior parte das populações em regiões do Sul Global, por exemplo, é conectada ao aumento da violência por meio do desemprego (Sukarieh et al., 2017). Como observado no capítulo 2 e no capítulo 4, a menção à jovens desempregados como fontes de instabilidade é recorrente nos documentos e em debates sobre a temática. Nesse tipo de formulação discursiva sobre os jovens em situação de vulnerabilidade, políticas econômicas neoliberais são propostas em termos de reestruturação estatal para solucionar problemas de segurança, descaracterizando o teor político dos conflitos e suas origens imperiais (Richmond, 2009). Ao priorizar soluções econômicas como fundamentais para o aumento da resiliência de jovens e para suas atuações como agentes da paz, a participação

política deles em espaços de tomada de decisão e de formulação de políticas voltadas para a juventude se torna secundária e uma mera ferramenta discursiva (Sukarieh et al., 2017).

A criação de mais empregos, por exemplo, é proposta e posta em prática de maneira desvinculada a necessidades locais e, além disso, são acompanhadas de políticas mercadológicas que priorizam as necessidades de grandes corporações capitalistas (Sukarieh et al., 2017). Nesses processos, a lógica de mercado não se restringe a criação de empregos, mas sim a todo o funcionamento do Estado, propondo reestruturações como o do sistema educacional para que ele possa atender as demandas de mercado e produzir trabalhadores necessários ao sistema capitalista (Sukarieh et al., 2008).

Ademais, por que o foco justamente em jovens ao tratar de problemas como o desemprego? Como Izzi (2013) argumenta, o desemprego é um problema que afeta a população de maneira geral, não apenas os jovens (Izzi, 2013). O foco em jovens associado com a justificativa sobre seu crescimento demográfico evidencia um olhar para esse grupo de sujeitos, considerando-os como ociosos para o capitalismo e até desnecessários, contribuindo para suas marginalizações. O perigo que esses grupos representam está em seu potencial em questionar a ordem social posta e as desigualdades propagadas. Ao não contribuírem para o crescimento do capitalismo, torna-se necessário para o neoliberalismo redirecionar a energia desses sujeitos, ocupá-los, controlá-los a fim de evitar instabilidades políticas (Sukarieh et al., 2017).

Por fim, cabe aqui reforçar que o enquadramento de jovens como problema, ou seja, a securitização da categoria, não afeta homogeneamente todos aqueles definidos como jovens. Considerando as interseccionalidades de raça, gênero, classe, etnia, religião e muitas outras, são aqueles marginalizados — como jovens negros, árabes e muçulmanos — que sofrem as maiores consequências de políticas intervencionistas, como a “Guerra ao Terror”. São esses tipos de políticas que contribuem para centralizar os jovens como ameaças à segurança internacional, posicionando-os como possíveis terroristas e, desse modo, alvos de intervenções (Altiok et al., 2021). Com argumenta Altiok et al. (2021):

“The development of a “Global War on Terror” increased political and policy attention to youth as a potential security threat (e.g. Lombardi et al., 2014), with a particular emphasis on Muslim youth’s potential for radicalization to violent extremism (Maira, 2016). National governments and international institutions continue to seek to identify drivers of extremism with emphasis on

particular youth populations both domestic and overseas (e.g. Slachmuis, 2017; USAID, 2009)” (Altiok et al., 2021, p. 435).

Antes de finalizar este trabalho, eu considero importante destacar também que, apesar da cooptação de suas agências e dos limites e obstáculos postos sobre suas participações devido a contante, inferiorização de jovens em relação a um sujeito ideal, a juventude não é míope em relação a sua possível utilidade para o neoliberalismo e relações imperiais. Utilizar as ferramentas disponíveis, mesmo que limitantes pela lógica de funcionamento ocidental, pode dificultar a promoção de mudanças e questionamentos, mas não torna nossas agências — daqueles construídos como jovens — ineficazes ou sequer as silencia (Altiok, 2021). Como mostra o exemplo de Malala (Ryder, 2015), não há como controlar totalmente o modo como nossa imagem e nosso envolvimento são propagados e construídos discursivamente, em especial quando acontecem por meio de aparatos ocidentais — como no caso da agenda JPS. No entanto, ao redor do mundo a juventude continua a reforçar e tornar seu caráter político, bem como o caráter político de suas agências, participando direta e indiretamente, por meio de agendas políticas e por meio de protestos, resistindo a violências estruturais e relações imperiais.

Termino esse trabalho com curiosidade e receio para acompanhar os desdobramentos da agenda Juventude, Paz e Segurança, bem como a implementação dos Planos Nacionais de Ação (PNA) criados pela Finlândia⁷ e pela Nigéria⁸ em 2021.

Referências bibliográficas

AGBIBOA, Daniel E. Youth As Tactical Agents Of Peacebuilding And Development In The Sahel. *Journal of Peacebuilding & Development*, 2015, p. 30-45.

ABBINK, Jon. Being young in Africa: The politics of despair and renewal. In: ABBINK, Jon et al (ed.). *Vanguard or Vandals: Youth, Politics and Conflict in Africa*. Koninklijke Brill, 2004.

⁷ Disponível em:

<https://julkaisut.valtioneuvosto.fi/bitstream/handle/10024/163334/UM_2021_05.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

⁸ Disponível em: <<https://bbforpeace.org/yplslibrary/wp-content/uploads/2021/11/YPS-NAP-RS.pdf>>.

ALLEN, S. Some Theoretical Problems in the Study of Youth. *The Sociological Review*, 1968.

ALTIOK, Ali. Youth, Peace, and Security in the Arab States Region: A Consultation and High-level Dialogue. United Nations, 2016, p. 1-24.

_____; BERENTS, Helen; GRIZELJ, Irena; MCEVOY-LEVY, Siobhan. Youth, Peace, and Security. In: HAMPSON, Fen Osler et al (ed.). *Routledge Handbook of Peace, Security and Development*. Routledge, 2020.

ALTIOK, Ali. Squeezed Agency: Youth Resistance to the Securitization of Peacebuilding. In: ENSOR, Marisa O. *Securitizing Youth: Young People's Roles in the Global Peace and Security Agenda*. Rutgers University Press, 2021.

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. Confronting the Global Colour Line: An introduction. In: ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. *Race and Racism in International Relations: Confronting the global colour line*. Routledge, 2015.

ARIÈS, Phillipe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019 [1960].

BANCO MUNDIAL. *Children & Youth: A Resource Guide for World Bank Staff*. Washington, D.C., 2005.

BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2007: Development and the Next Generation*. Washington, D.C., 2006.

BARBER, Terry. Participation, citizenship, and well-being: Engaging with young people, making a difference. *Nordic Journal of Youth Research*, 2009, p. 25-40.

BARDER, Alexander. Introduction. BARDER, Alexander. In: *Empire Within: International hierarchy and its imperial laboratories of governance*. Interventions, 2015.

BARKAWI, Tarak; LAFFEY, Mark. The Postcolonial Moment in Security Studies, 2006, p. 329-352.

BARNES, Catherine. Democratizing peacemaking processes: strategies and dilemmas for public participation. *Accord*. London: Conciliation Resources, 2002, p. 6-12.

BBC NEWS. *Diary of a Pakistani schoolgirl*. 2009. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7834402.stm. Acesso em: 11 jul. 2022.

BEIER, Marshall. *Shifting the burden: childhoods, resilience, subjecthood*. Critical Studies on Security, 2015.

BERENTS, Helen. An embodied everyday peace in the midst of violence. *Peacebuilding*, 2015, p. 1-14.

_____.; MCEVOY-LEVY, Siobhan. Theorising youth and everyday peace(building). *Peacebuilding*, 2015, p. 115-125.

BERENTS, Helen. Hashtagging girlhood: #IAmMalala, #BringBackOurGirls and gendering representations of global politics. *International Feminist Journal of Politics*, 2016, p. 513-527.

_____. *Young People and Everyday Peace: Exclusion, Insecurity and Peacebuilding in Colombia*. Routledge, 2018.

_____. *Depicting Childhood: A Critical Framework for Engaging Images of Children in IR*. In: BEIER, J. Marshall (ed.). *Discovering Childhood in International Relations*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

_____.; MOLLICA, Caitlin. Reciprocal institutional visibility: Youth, peace and security and ‘inclusive’ agendas at the United Nations. Brisbane: Queensland University Technology, 2021, p. 1-22.

BERENTS, Helen. Power, Partnership, and Youth as Norm Entrepreneurs: Getting to UN Security Council Resolution 2250 on Youth, Peace, and Security. *Global Studies Quarterly*, 2022, p. 1-11.

BRASIL. Lei nº 12.852, de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília: Casa Civil. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 19 de maio de 2022.

BROWN, Wendy. Neoliberalism’s Frankenstein: Authoritarian Freedom in Twenty-First Century “Democracies”. *Critical Times*, 2018, p. 60-79.

COTÊ, James. Towards a new political economy of youth. *Journal of Youth Studies*, 2014, p. 527-543.

DEGRAAF, Anne. Introduction: The Place of Young People. In: GRAAF, Anne De. *Speaking Peace Into Being: Voice, Youth and Agency in a Deeply Divided Society*. University of St Andrews, 2018.

DÍAS-BENÍTEZ, María; MATTOS, Amana. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. In: SIQUEIRA, Isabel R. et al. (organizadores). *Metodologia e Relações Internacionais: debates contemporâneos*: vol. II. Editora PUC-Rio, 2019.

DISTLER, Werner. Dangerised youth: the politics of security and development in Timor-Leste. *Third World Quarterly*, 2017, p. 1-16

DOTY, Roxanne Lynn. *Imperial Encounters: The politics of representation in North-South- Relations*. Borderlines, 1996.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). *Global Trends 2025: A Transformed World*. National Intelligence Council, 2008.

FERNÁNDEZ, Marta; ESTEVEZ, Paulo. Silencing Colonialism: Foucault and the International. In: BONDITTI, Philippe (ed.). *Foucault and the Modern*

International: Silences and Legacies for the Study of World Politics. Palgrave Macmillan, p. 137-153, 2017.

FINLÂNDIA. Youth, Peace and Security: Finland's National Action Plan 2021–2024. Ministério das Relações Exteriores da Finlândia, Helsinki, 2021

FISHER, Dana. Youth Political Participation: Bridging Activism and Electoral Politics. *Annual Review of Sociology*, 2012, p. 119-137.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, v. 1: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Editora Vozes, 2014.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. *International Peace Research Institute*, 1969, p. 168-191.

LECLERC, Katrina. The World's First National Action Plan on Youth, Peace and Security: an analysis of Finnish commitments. An analysis of Finnish commitments. 2021. Disponível em: <https://gnwp.org/the-worlds-first-national-action-plan-on-youth-peace-and-security-an-analysis-of-finnish-commitments/>. Acesso em: 09 mar. 2022.

HANSEN, Lene. The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School. *Millennium - Journal of International Studies*, 2000, p. 285-306.

_____. *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*. Nova York: Routledge, 2006.

HELLMAN, Maria; HOLMBERG, Arita; WAGNSSON, Charlotte. The Centrality of Non-traditional Groups for Security in the Globalized Era: The Case of Children. *International Political Sociology*, 2010, p. 1-14.

HOLZSCHEITER, Anna. Origins of the Drafting of the UN Convention on the Rights of the Child. In: HOLZSCHEITER, Anna. *Children's Rights in International Politics*. Palgrave Macmillan, 2010.

HONWANA, Alcinda. *The Time of Youth: Work, Social Change, and Politics in Africa*. Kumarian Press, 2012.

_____. Youth, Waithood, and Protest Movements in Africa. *International African Institute*, 2014, 2427-2446.

HUESCA, Eliseo. On "Youth, Peace, and Security" in Mindanao, Philippines. *Peace Review: A Journal of Social Justice*, 2019, p. 57-65.

HUNTINGTON, Samuel. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Simon & Schuster, 1997.

International Youth Foundation (IYF). Funding Partners. 2022. Disponível em: <https://iyfglobal.org/funding-partners>. Acesso em: 21 de junho 2022.

IZZI, Valeria. Just keeping them busy? Youth employment projects as a peacebuilding tool. *International Development Planning Review*, 2013, p. 103-117.

JANSSON, Maria; EDUARDES, Maud. The politics of gender in the UN Security Council resolutions on women, peace and security. *International Feminist Journal of Politics*, 2016, p. 590-604.

Jenks 2005

KALDOR, Mary. Introduction. In: KALDOR, Mary. *New & Old Wars: Organised Violence in a Global Era* (3a ed.). Polity Press, 2012.

KEW, Darren; WANIS-ST., John. Civil Society and Peace Negotiations: Confronting Exclusion. *International Negotiation*, 2018, p. 11-36.

KWON, Soo Ah. The politics of global youth participation. *Journal of Youth Studies*, 2018, p. 1-15.

LAGRAFFE, Dan. The Youth Bulge in Egypt: An Intersection of Demographics, Security, and the Arab Spring. *Journal of Strategic Security*, 2012, p. 65-80.

LANZ, David. Who Gets a Seat at the Table? A Framework for Understanding the Dynamics of Inclusion and Exclusion in Peace Negotiations. *International Negotiation*, 2011, p. 275-295.

LEE-KOO, Katrina. Decolonizing Childhood in International Relations. In: BEIER, J. Marshall (ed.). *Discovering Childhood in International Relations*. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

LYYTIKÄINEN, Minna; YADAV, Punam. Capitalising on UNSCR 1325: The Construction of Best Practices for the Women, Peace and Security Agenda. *Journal of Intervention and Statebuilding*, 2021, p. 1-19.

MAC GINTY, Roger; RICHMOND, Oliver. The Local Turn in Peace Building: a critical agenda for peace. *Third World Quarterly*, 2013, p. 763-783.

MAC GINTY, Roger. Everyday peace: Bottom-up and local agency in conflict-affected societies. *Security Dialogue*, 2014, p. 548-564.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. O Lugar das Crianças nas Relações Internacionais: Considerações Sobre Novos Atores e a Difusão de Poder. *Revista de Estudos Internacionais*, 2013, p. 100-117.

MCEVOY-LEVY, Siobhan. Introduction: Youth and the Post-Accord Environment. In: MCEVOY-LEVY, Siobhan (ed.). *Troublemakers or Peacemakers? Youth and Post-Accord Peace Building*. University of Notre Dame Press, 2006.

_____. Children, Youth, and Peacebuilding. In: BYRNE, Sean; MATYÓK, Thomas; SENEHI, Jessica. *Critical Issues in Peace and Conflict Studies*. Lexington Books, 2011.

_____. Youth. In: GINTY, Roger M. (ed.). *Routledge Handbook of Peacebuilding*, 2013.

MENDES, Isa L. *Resolução de Conflitos e Representação: os Caminhos Teóricos dos Processos de Paz Inclusivos*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MENDES, Isa L. *Unveiling inclusion in peace negotiations through the concept of political representation: Women and the Havana Dialogues between the Colombian government and the FARC-EP (2012-2016)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) — Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MIGNOLO, Walter. *The Global South and World Dis/Order*. *Journal of Anthropological Research*, vol. 67, 2011.

NIGÉRIA. *Nigerian National Action Plan on Youth, Peace and Security: An Adoption of (UNSCR 2250)*. Ministério Federal da Juventude e do Desenvolvimento Esportivo, 2021.

ONU. Assembleia Geral. *Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos*, 16 de dezembro de 1966. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>.

ONU. Conselho de Segurança. Resolução 1325. Index: S/RES/1325, 13 de outubro de 2000. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1325>.

ONU. Assembleia Geral. Reunião 60/133. Index: A/60/133, 19 de julho de 2005. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/60/133>.

ONU. *UN Peacebuilding: an Orientation*. Peacebuilding Support Office, 2010.

ONU. Conselho de Segurança. Reunião 7432. Index: S/PV.7432, 23 de abril de 2015a. Disponível em: <https://undocs.org/S/PV.7432>.

_____. Resolução 2250. Index: S/RES/2250, 9 de dezembro de 2015b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/814032?ln=en#record-files-collapse-header>.

ONU. Assembleia Geral. Reunião 70/674. Index: A/70/674, 24 de dezembro de 2015c. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/816212#record-files-collapse-header>.

ONU. Conselho de Segurança. Reunião 8241. Index: S/PV.8241, 23 de abril de 2018a. Disponível em: <https://undocs.org/S/PV.8241>.

_____. Resolução 2419. Index: S/RES/2419, 6 de junho de 2018b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1628896?ln=en>.

_____. Reunião 2020/167. Index: S/2020/167, 2 de março de 2020a. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N20/055/28/PDF/N2005528.pdf?OpenElement>.

_____. Resolução 2535. Index: S/RES/2535, 14 de julho de 2020b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3872061?ln=en>.

ONU. Definition of Youth. 2021. Disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/fact-sheets/youth-definition.pdf>. Acesso em: 09 de novembro de 2021.

OZERDEM, Alpaslan. The Role of Youth in Peacebuilding: Challenges and Opportunities. 2016. Disponível em: <https://gdc.unicef.org/resource/role-youth-peacebuilding-challenges-and-opportunities>. Acesso em: 17 maio 2022.

PAFFENHOLZ, Thania. Civil Society and Peace Negotiations: Beyond the Inclusion–Exclusion Dichotomy. *Negotiation Journal*, 2014, p. 69-91.

PAIVA, G. A. A. . Crianças e (in)segurança: a construção de narrativas sobre crianças-soldado na agenda internacional. 1. ed. Campinas: IFCH Unicamp, 2021.

PARASHAR, Swati. The WPS Agenda: A Postcolonial Critique. *Oxford Handbooks Online*, 2018, p. 1-13.

PRATT, Nicola. Reconceptualizing Gender, Reinscribing Racial–Sexual Boundaries in International Security: The Case of UN Security Council Resolution 1325 on ‘‘Women, Peace and Security’’. *International Studies Quarterly*, 2013, p. 772-783.

PRUITT, Lesley. Music, youth, and peacebuilding in Northern Ireland. *Global Change, Peace & Security*, 2011, 207-222.

RICHMOND, Oliver. A post-liberal peace: Eirenism and the everyday. *Review of International Studies*, 2009, p. 557-580.

ROBERTS, David. Post-Conflict Peacebuilding, Liberal Irrelevance and the Locus of Legitimacy. *International Peacekeeping*, 2011, p. 410-424.

RYDER, Phyllis Mentzell. Beyond Critique: Global Activism and the Case of Malala Yousafzai. *LiCS* 3.1, 2015, p. 175-187.

SIMPSON, Graeme. The missing peace: independent progress study on youth and peace and security. *Progress Study on Youth, Peace and Security*. Nova York: ONU, 2018.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous Peoples*. Londres: Zed Books, 2012.

SUKARIEH, Mayssoun; TANNOCK, Stuart. In the best interests of youth or neoliberalism? The World Bank and the New Global Youth Empowerment Project. *Journal of Youth Studies*, 2008, p. 301-312.

SUKARIEH, Mayssoun; TANNOCK, Stuart. *Youth Rising? The Politics of Youth in the Global Economy*. Routledge, 2015.

SUKARIEH, Mayssoun; TANNOCK, Stuart. On the political economy of youth: a comment. *Journal of Youth Studies*, 2016, p. 1281-1289.

SUKARIEH, Mayssoun; TANNOCK, Stuart. The global securitisation of youth. *Third World Quarterly*, 2017, p. 1-17.

SUKARIEH, Mayssoun. The Rise of the Arab Youth Paradigm: A Critical Analysis of the Arab Human Development Report 2016. *Middle East – Topics and Arguments*, 2017, 70-83.

TABAK, Jana. *As Vozes de Ex-Crianças Soldado: Reflexões Críticas sobre o Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração das Nações Unidas*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TADJBAKSH, Shahrbanou. Introduction: Liberal peace in dispute. In: TADJBAKSH, Shahrbanou (ed.). *Rethinking the Liberal Peace: External models and local alternatives*. Routledge, 2011.

THE NEW YORK TIME. Class Dismissed in Swat Valley. Produção de Adam B. Ellick, 2009. Disponível em: <https://www.nytimes.com/video/world/asia/100000001835296/class-dismissed-malala-yousafzais-story.html>. Acesso em: 08 abr. 2022.

THORNE, Barrie. Editorial: Theorizing age and other differences. *Childhood*, 2004, p. 403-408.

_____. Editorial: Crafting the interdisciplinary field of childhood studies. *Childhood*, 2007, p. 147-152.

TSCHIRGI, Necla. International Security and Development. In: GHECIU, Alexandra; WOHLFORTH, William C. (eds.). *The Oxford Handbook of International Security*. Oxford University Press, 2018.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral (AG), 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 07 de junho de 2022.

URDAL, Henrik. A Clash of Generations? Youth Bulges and Political Violence. *International Studies Quarterly*, 2006, p. 607-629.

WAI, Zubairu. Making neoliberal subjects: ‘idle’ youth, precarity, and development intervention in Sierra Leone. *Journal of International Relations and Development*, 2020.

WALKER, R.B.J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge University Press, 1992.

_____. *International/Inequality*. International Studies Association, 2002.

_____. *The Double Outside of the Modern International*. *Ephemera: Theory & Politics in Organization*, v.6, n.1, 2006a, p.56-69.

_____. *Lines of Insecurity: International, Imperial, Exceptional*. *Security Dialogue*, v.37, n.1, p.65-82, 2006b.

WATSON, Alison M. S. *Children and International Relations: a new site of knowledge?* *Review of International Studies*, 2006a, p. 237 - 250.

_____. *Saving more than the children: the role of child-focused NGOs in the creation of southern security norms*. *Third World Quarterly*, 2006b, p. 227-237.

WEISS, Julia. *What Is Youth Political Participation? Literature Review on Youth Political Participation and Political Attitudes*. *Frontiers in Political Science*, 2020, p. 1-13.

WILLIAMS, Margaret. *Youth, Peace, and Security: A New Agenda for the Middle East and North Africa*. *Nova York: Journal of International Affairs*, 2016, p. 103-112.

YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. Oxford University Press, 2000.

YOUSAFZAI, Malala; LAMB, Christina. *I Am Malala: The Girl Who Stood Up for Education and Was Shot by the Taliban*. Little, Brown and Company, 2013.